

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGÜÍSTICA GERAL**

**EDELSVITHA PARTEL MURILLO**

**O Sistema Produtor do Alto Tietê: Um Estudo Toponímico**

São Paulo

2008

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**EDELSVITHA PARTEL MURILLO**

## **O Sistema Produtor do Alto Tietê: Um Estudo Toponímico**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick

São Paulo

2008

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Edelsvitha Partel Murillo**

**Toponímia Indígena**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Linguística, área de concentração em Semiótica e Linguística Geral, do Departamento de Linguística, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dr<sup>a</sup>. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.

Aprovada em:

## **Banca Examinadora**

**Prof.(a) Dr(a) Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick**

**Instituição: FFLCH/USP**

**Assinatura**

**Prof.(a) Dr(a)**

**Instituição:**

**Assinatura**

**Prof.(a) Dr(a)**

**Instituição:**

**Assinatura**

## AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial meu marido e meus filhos, pela compreensão e apoio.

À Professora Doutora Maria Vicentina, minha amiga e orientadora, pela sua maneira maravilhosa de ver o mundo e principalmente a Toponímia.

Às Professoras, Doutora Maria Aparecida Barbosa e Doutora Beatriz Daruj Gil, que participaram de minha banca de qualificação, pelas sugestões valiosas para a execução desta dissertação.

À Universidade de São Paulo e professores pela oportunidade em continuar meus estudos.

Ao Departamento de Arqueologia da Universidade Braz Cubas, em especial às Arqueólogas Margarida Andreatta, Vivian Fernandes e Nair Tomiyana, pela contribuição com informações importantes para a elaboração deste trabalho.

À Divisão de Preservação do Patrimônio Histórico e Conhecimento da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, em especial aos Arquitetos Maria Lúcia de Freitas e Ubirajara Nunes, pela gentileza com que disponibilizaram os dados pesquisados.

Ao DAEE e a Sabesp, pela qualidade das informações disponíveis.

*O Cabralismo. A civilização dos donatários,*

*A Querencia e a Exportação.*

*O Carnaval. O Sertão e a Favela. Pau Brasil.*

*Barbaro e nosso.*

*A formação ethnica rica. A riqueza vegetal. O  
minério. A cosinha. O vatapá, o ouro e a dansa.*

*Toda a historia da Penetração e a historia  
commercial da America. Pau Brasil.*

*Contra a fatalidade do primeiro branco apor-  
tado e dominando diplomaticamente as selvas  
selvagens. Citando Virgilio para os tupiniquins.*

*O bacharel.*

*[...]*

*A língua sem archaismos. Sem erudição.*

*Natural e neologica. A contribuição milliona-  
ria dos erros.*

*[...]*

*Barbaros, pictorescose e crédulos. Pau Brasil. A  
floresta e a escola. A cosinha, o minério e a  
dansa. A vegetação. Pau Brasil.*

*(Pau Brasil, Oswald de Andrade, 1925)*

MURILLO, E. **O Sistema Produtor do Alto Tietê: Um Estudo Toponímico**. 2008. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é a identificação e significação dos acidentes geográficos por meio do estudo dos denominativos de lugar, os topônimos. A área demarcada situa-se a leste da cidade de São Paulo e compreende os municípios de Salesópolis, Biritiba Mirim, Mogi das Cruzes e Suzano, onde estão localizados os cinco reservatórios que compõem o Sistema Produtor do Alto Tietê. A transformação do ambiente, resultante da construção de reservatórios para abastecimento de água para a Grande São Paulo, justificou a delimitação da área de trabalho. Fundamentado na metodologia do Projeto ATESP, desenvolvida por Dick (1989), este estudo propõe-se à análise e descrição das transformações do espaço físico e sua relação com o homem que ocupa e modifica este espaço, tendo por base o estudo da natureza semântica dos denominativos de lugar. A averiguação do padrão da motivação toponímica presente na região denotou valores étnico-culturais da formação da população local. Como signo lingüístico, o topônimo apresenta características próprias à sua natureza designativa, cuja definição está fundamentada em proposições teóricas da Onomástica e da Lingüística. Verificou-se que a antiguidade da ocupação da região de Mogi das Cruzes deixou marcas significativas nos denominativos geográficos, configurados, principalmente, nos hidrotopônimos de origem tupi. Esta nomenclatura que data do século XVI ou até mesmo antes da chegada do europeu à América, deve ser tratada como verdadeiros “fósseis lingüísticos” e confirma a concentração de topônimos de origem tupi nas zonas de ocupação mais antigas. Apesar das transformações do espaço físico o padrão denominativo da região se manteve preservando os antigos designativos de origem indígena. A etnolingüística torna-se componente essencial para os estudos toponímicos quando aspectos da constituição das populações são observados.

Palavras- chave: Lingüística, Projeto ATESP, Hidrotopônimos, Topônimos Tupi, Alto Tietê.

MURILLO, E. Alto Tietê Producing System: A Toponymic Study. 2008. Thesis (Master Degree). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

#### ABSTRACT

The objective of this research is to identify and explain the meaning of geographic accidents by means of the denominative of place study, the own toponyms. The demarcated area is at the east of São Paulo city, and comprises Salesópolis, Biritiba Mirim, Mogi das Cruzes, and Suzano cities, in where the five reservoirs containing Alto Tietê Producing System are located. The environment transformation resultant of the effect of reservoir construction for water supplying to Great São Paulo justified the delimitation of the work area. Based on ATESP Project methodology, developed by Dick (1989), this study intend to analyse and describe physical space transformations, and its relation with the man, who occupies and modifies this space, based on the study of semantics nature of denominative of place. The ascertainment of patterns of toponymic motivation present in the region denoted ethnic-cultural values of local population's formation. As linguistic sign, toponym presents proper characteristics to its designative nature; the definition of these characteristics is based on Onomastics and Linguistics theoretical proposals. It was verified the antiquity of Mogi das Cruzes region occupation left significant marks in geographic denominatives mainly configured in Tupi hydrotoponyms. This nomenclature, which exists since 16<sup>th</sup> century or even before the European's arrival to America, must be treated as true "linguistic fossils", and it confirms the concentration of Tupi toponyms in the oldest occupation zones. In spite of physical space transformations, the region denominative pattern preserved the old aboriginal designative. Etnolinguistic becomes essential component to toponymic studies when aspects of populations' constitution are observed.

Key Words: Linguistics, ATESP Project, Hydrotoponyms, Tupi Toponyms, Alto Tietê.



MURILLO, E. Das Produktionssystem Alto Tietê : Eine toponymische Studie. 2008. Dissertation (Magister). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

### **Zusammenfassung**

Das Ziel dieser Forschung ist die Identifizierung und Bedeutung der geographischen Besonderheiten durch die Beschäftigung mit den Ortsbezeichnungen oder Toponymen. Die zu behandelnde Region liegt östlich der Stadt São Paulo und umfasst die Städte Salesópolis, Biritiba Mirim, Mogi das Cruzes und Suzano, wo sich 5 Wasserreservoirs befinden, die das Produktionssystem "Alto Tietê" bilden. Die Veränderung der Umwelt, die sich durch den Bau der Wasserreservoirs zur Wasserversorgung von Groß- São Paulo ergeben hat, ist der Grund für die Definition des Umfangs der Arbeit. Diese Arbeit fußt auf der von Dick (1989) entwickelten Methodologie des Projekts ATESP und will mittels des Studiums der Semantik der Toponyme (Ortsbezeichnungen) die Beschreibung der Wandlungen des physischen Raumes und seiner Beziehungen zum Menschen, die ihn besiedeln und verändern, analysieren. Die Ermittlung des Musters der toponymischen Beweggründe, die sich in der Region manifestieren, führte zu ethnisch-kulturellen Werten, die sich bei der Entstehung der lokalen Bevölkerung herangebildet haben. Als linguistische Bezeichnung weist das Toponym

einen beschreibenden Charakter auf. Die Definition dieser Eigenheiten ist in den Theorien der Onomastik und der Linguistik begründet. Man hat festgestellt, dass die Frühzeitigkeit der Besiedlung der Region von Mogi das Cruzes in den geographischen Bezeichnungen signifikative Marken hinterlassen hat, vorallem durch die Hydrotoponyme, die von den Tupis stammen. Diese Nomenklatur, die sich ins 16. Jahrhundert oder sogar bis vor die Ankunft der Europäer in Amerika zurückdatieren lässt, muss als wahrhafte linguistische Fossilien betrachtet werden und bestätigt die Konzentration von den Tupi hergeleiteten Toponymen in den ältesten Siedlungsgebieten. Trotz der Veränderungen des physischen Raumes behält die Art der Ortsbezeichnungen der Region die Kennzeichen der alten indianischen Herkunft bei. Die Ethnolinguistik wird zu einem wesentlichen Bestandteil der toponymischen Studien, wenn dabei Aspekte der Zusammensetzung der Bevölkerung berücksichtigt werden.

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: distribuição dos nomes de rios quanto às taxionomias .....	69
Figura 2: distribuição dos nomes de reservatórios quanto às taxionomias.....	69
Figura 3: distribuição dos nomes de aglomerados urbanos quanto às taxionomias.....	70
Figura 4: distribuição da nomenclatura quanto aos aspectos descritivos.....	70
Figura 5: nomes de rios, tabulação segundo o Projeto ATESP.....	73
Figura 6: nome de reservatórios, tabulação segundo o Projeto ATESP .....	73
Figura 7: nome de aglomerados urbanos, tabulação segundo o Projeto ATESP .....	74
Figura 8: Capitania de São Vicente, parte do Brasil, com outros lugares adjacentes.....	84
Figura 9: Região da bacia hidrográfica do Sistema Produtor doAlto Tietê.....	118

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Levantamento dos acidentes urbanos (A.H.): as cidades, os distritos, os bairros .....	52
Tabela 2: Levantamento dos acidentes hidrográficos naturais (A.F.): os rios, os ribeirões os córregos e as águas.....	53
Tabela 3: Levantamento dos acidentes hidrográficos construídos (A.H.): os reservatórios.....	55

# SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. BASES TEÓRICAS.....	14
2.1. Percurso histórico dos estudos onomásticos.....	14
2.2. Fundamentação Teórica.....	18
2.3. Processo de Toponimização.....	37
3. Delimitação da área de pesquisa: o tempo e o espaço geográfico.....	40
3.1. Justificativa.....	40
4. METODOLOGIA.....	43
4.1. Metodologia do Projeto ATESP e as categorias Taxionômicas Toponímicas.....	43
4.2. Estabelecimento do corpus de análise e estudo das cartas geográficas.....	50
4.3. Análise do corpus.....	55
4.3.1. A intencionalidade do denominador.....	55
4.3.2. A própria origem semântica da denominação.....	57
4.3.2.1. Etimologia tupi dos nomes de rios.....	58
4.3.2.2. Verificação da tendência motivadora da nomenclatura.....	62
4.3.3. Análise dos dados.....	69
4.4. A ficha Lexicográfico - Toponímica.....	75
5. O NOME DAS CIDADES E DISTRITOS: ESTUDO HISTÓRICO.....	80
5.1. Mogi das Cruzes.....	81
5.1.1. A origem do topônimo Mogi das Cruzes.....	89
5.2. Salesópolis.....	93
5.3. Biritiba Mirim.....	96
5.4. Suzano.....	98
5.5. Jundiapéba.....	101
6. NOME DOS RIOS.....	104
6.1. Historiografia dos nomes dos rios.....	104
7. O COMPLEXO DAS REPRESAS E A MODIFICAÇÃO DO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA.....	111
7.1. Considerações sobre os aspectos sociais e políticos que determinaram o aparecimento das represas.....	111
7.2. Glossário dos termos dos acidentes construídos.....	123
7.2.1. Justificativa e orientações sobre o glossário.....	123
7.2.2. Glossário dos termos da engenharia.....	126
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133
10. ANEXOS.....	139

## 1. INTRODUÇÃO

O acontecer humano está intimamente ligado às transformações do território. Desde os primeiros agrupamentos, o homem transforma o ambiente à sua volta procurando adaptá-lo às suas necessidades. Este sentimento de posse está caracterizado no ato de nomear aquilo que lhe “pertence”, “o dar nomes e o conhecer os nomes dados, para os primitivos em geral, tinha, realmente, uma conotação própria, porque pressupunha toda uma recorrência ao mecanismo de domínio do ente...” (DICK,1990)

Estudando o homem e o território por ele modificado, definimos nossa área de pesquisa na região do Alto Tietê, região que está sofrendo grandes modificações pela construção de reservatórios para abastecimento de água para a Grande São Paulo.

A compreensão das relações homem/língua, homem/espço e homem/tempo é, para nós, um dos objetivos centrais desta pesquisa, tendo por base as teorias da Lingüística e da Onomástica. A análise e descrição dos processos denominativos conduzirão ao entendimento dessas relações, priorizando os aspectos simbólicos imanentes ao signo toponímico, os quais permitirão captar elementos marcantes da mentalidade do homem, em sua época e em seu tempo, de acordo com as condições ambientais de vida. Nesta perspectiva, predomina o estudo das motivações toponímicas, ou melhor, da natureza semântica dos denominativos.

De acordo com a metodologia do projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo), desenvolvida por Dick (1989), demarcamos a área de nosso estudo na região da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, a leste de São Paulo, entre as cidades de Suzano, Mogi das Cruzes, Biritiba Mirim e Salesópolis, onde estão localizados os cinco reservatórios que compõem o Sistema Produtor Alto do Tietê (SPAT).

Objetivando explicitar fatos pertinentes ao ato de nomeação, descrevemos parte da historiografia dos aglomerados humanos mais significativos, buscando a paisagem primordial sobre a qual os denominativos foram se constituindo.

Os rios, como os elementos naturais que há mais tempo participam do espaço humanizado, vinculam-se à própria formação dos territórios e à fundação da maior parte das cidades. Em nossa pesquisa, os rios são, também, determinantes na constituição do complexo dos reservatórios, são eles os responsáveis pela radical alteração do espaço; reservamos um capítulo especial em que estas relações são explicitadas.

O Sistema Produtor Alto Tietê visa à distribuição de água para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), devendo beneficiar mais de quatro milhões de pessoas. Abrange os cinco reservatórios: reservatório de Ponte Nova e de Paraitinga em Salesópolis, reservatório de Biritiba, em Biritiba Mirim, reservatório de Jundiaí, em Mogi das Cruzes, e reservatório de Taiapuê, entre Mogi das Cruzes e Suzano. O Sistema implantado pelo DAEE (Departamento de Água e Energia Elétrica) é administrado e operado em parceria com a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo). Ao descrevermos o Sistema dos Reservatórios levamos em conta a preocupação existente, desde os primórdios da ocupação urbana da São Paulo de Piratininga, com o abastecimento de água para uma população que cresce rapidamente.

Compondo a nomenclatura do SPAT (Sistema Produtor Alto Tietê), além dos topônimos, existe um outro tipo de designativo que faz parte de uma terminologia especializada, terminologia da área técnico científica da engenharia; são acidentes construídos que são parte do complexo de construção dos reservatórios. Esses termos, alguns deles também indicadores de lugar, talvez estejam se transformando em vocábulos da norma dos moradores da região, ou podem, até mesmo, estar se transformando em topônimos. Esses vocábulos integrarão um glossário, objetivando facilitar a compreensão do funcionamento do Sistema.

Contextualizando nosso estudo toponímico, trabalhamos com duas cartas geográficas fornecidas pelo DAEE, de onde foram extraídas as unidades terminológicas, base principal de nosso corpus de análise. Uma dessas cartas está inserida nesta dissertação, em anexo, demonstrando a complexidade do SPAT.

Trazer à consciência das populações locais a importância do ato denominativo é, para nós, um dos caminhos possíveis, senão uma condição indispensável, no sentido de que a cidadania seja, de fato, exercida, para que ações concretas sobre a apropriação positiva do espaço passem a fazer parte do cotidiano dos cidadãos e não mais sejam decididas à revelia dos moradores locais, a quem pertence o espaço denominado.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma, a saber:

1. **Introdução**, apresentamos o objeto da pesquisa e a forma de abordagem.

2. **Bases teóricas**, discorremos sobre as teorias que sustentam nossa base de dados.
3. **Delimitação da área de pesquisa**, em que nos propomos a explicitar e demarcar o espaço e o tempo da área determinada de nosso estudo.
4. **Metodologia**, enunciamos e justificamos o corpus fundamentado na metodologia do Projeto ATESP; a análise dos dados é também parte fundamental deste capítulo.
5. **O nome das cidades e distritos: estudo histórico**, neste capítulo é feita uma análise diacrônica; a relação nome e lugar é analisada desde os primórdios da ocupação da região, determinando aspectos etnográficos da população local.
6. **Nome dos rios**, a historiografia da região está intimamente ligada aos cursos d'água; fazemos, neste capítulo, um levantamento destas relações.
7. **O complexo das represas e a modificação do espaço de convivência**, descrição do Sistema Produtor do Alto Tietê em toda sua complexidade; neste capítulo está inserido o glossário que define os termos pertencentes ao campo semântico da engenharia, o qual contribui para compreensão do funcionamento do SPAT.
8. **Considerações finais**, consiste na última etapa da dissertação, onde justificamos os resultados obtidos ao longo do desenvolvimento dos capítulos, traçando o percurso do desenvolvimento da pesquisa.
9. **Referências bibliográficas**, neste capítulo elencamos a bibliografia que serviu de base para a realização deste trabalho.

## 2. BASES TEÓRICAS

### 2.1. PERCURSO HISTÓRICO DOS ESTUDOS ONOMÁSTICOS

Todo trabalho toponímico constitui um caminho possível para o conhecimento do *modus vivendi* e da cosmo-visão das comunidades lingüísticas que ocupam ou ocuparam um determinado ‘lugar’. Através dos estudos onomásticos, evidenciamos aspectos sociais, religiosos, antropoculturais, a organização política e lingüística de um determinado grupo.

Os estudos científicos da Onomástica tiveram início na França por volta de 1876, na *École Pratique des Hautes-Études* e no *Colégio de França*, quando Auguste Longnon introduziu os seus estudos em carácter regular. Do curso que ministrava, seus alunos publicaram postumamente, após 1912, a obra que chamou *Les noms de lieux de La France*, obra considerada clássica para o conhecimento da nomenclatura dos lugares habitados. Dick (1992).

Em 1922, Albert Dauzat retoma esses estudos interrompidos com a morte de Longnon. Sintetizou as fontes e trabalhos publicados por D’Arbois de Junbanville (estudioso do celta), George Dottin (estudioso do gaulês), Quicherat (medievalista) e Paul Joanne, autor do *Dictionnaire Geographique de France*, entre outros; esses trabalhos demonstravam como era possível, através do estudo de nomes antigos de lugares, recuperar vestígios de antigas línguas e populações.

No ano de 1938, Dauzat organizou o *I Congresso internacional de Toponímia e Antroponímia* com participação de vinte e uma países. Nesse congresso, foram traçadas as normas a serem seguidas pelos pesquisadores, que previam não só o trabalho de superfície, mas também trabalhos com foco na história, na geografia e em línguas regionais.



Estados Unidos e Canadá despontaram como expoentes dos estudos toponímicos no século passado. A revista *Names*, publicação oficial da *American Name Society*, fundada em Detroit, em 1951, pauta sua publicação nos seguintes objetivos: “o estudo da etimologia, origem, significado e aplicação de todas as categorias de nome: geográfico, pessoal, científico, comercial, e popular, e a divulgação destes resultados.” Também são seus objetivos “tornar o povo americano consciente do interesse e da importância dos nomes em todos os campos do saber humano e em todas as disciplinas ministradas nas escolas e em colégios”. George Stewart, como importante colaborador da revista, é também autor de trabalhos como: *Names of the Land* e de *A Classification of places names*, neste trabalho enfoca os meios pelos quais os lugares são nomeados.

No Canadá, formou-se, em 1966, o *Grupo de Estudos de Coronímia e de Terminologia Geográfica*, grupo este, associado ao Departamento de Geografia da Universidade de Laval, Quebec. Foi esse grupo que, através de artigo de Henri Dorion e Louis Hamelin, sugeriu o termo Coronímia para indicar a disciplina “por englobar uma gama mais extensa de fenômenos e um campo mais amplo de pesquisas”. Dentro dessa gama maior de fenômenos estão as diferentes partes do espaço terrestre, extraterrestre e submarino, também os nomes de estabelecimentos comerciais, de ensino e de edifícios residenciais.

A Rússia trabalhou com Comissões Toponímicas que funcionaram no Instituto de Lingüística da Academia de Ciências da Ucrânia e na Sociedade Geográfica Russa.

No Brasil, a toponímia teve início com os estudos etimológicos dos denominativos em língua indígena tupi. Teodoro Sampaio foi o precursor dessas pesquisas juntamente com Padre Lemos Barbosa e outros estudiosos. Levy Cardoso, especialista nos topônimos brasílicos da Amazônia, em sua obra *Toponímia Brasília*, de 1961, mapeou e identificou

lugares da Amazônia praticamente desconhecidos; estudando o caribe e o aruak, deu início ao estudo de nomes de outras origens indígenas que não fosse o tupi.

*O Tupi na geografia nacional*, de Teodoro Sampaio, publicado em 1901, foi considerado por Levy Cardoso a obra clássica da toponímia brasileira, ele diz a respeito da obra:

[...] pela criteriosa análise a que foram submetidos todos os vocábulos, pela profundidade dos conhecimentos tupis, pela seriedade de suas investigações, para cujo resultado não faltaram nem as leituras das crônicas antigas e das antigas relações de viagem, nem a consulta ao elemento histórico, a fim de descobrir a verdadeira grafia primitiva dos vocábulos, para a perfeita elucidação de seu sentido e a rigorosa determinação de sua etimologia. (apud DICK, 1990)

Em 1965, Carlos Drumond apresenta, na Universidade de São Paulo, sua tese de Livre-Docência, *Contribuição do Bororo à toponímia brasílica*, na qual estuda os nomes de lugares de origem bororo. Nesse trabalho, fixou-se a necessidade de se criar uma metodologia para o estudo sistemático da Toponímia adequada à realidade lingüística do Brasil.

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick aceita o desafio, e em sua tese de doutoramento, *A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos*, de 1980, estabelece os padrões metodológicos para os estudos toponímicos. Essa obra foi publicada em 1990 pelo Arquivo do Estado de São Paulo com o título *A motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. É obra de referência para o estudo de denominativos em território brasileiro.

A autora consegue, nesse trabalho, “recortar, da massa heteróclita dos fatos, o perfil próprio de seu objeto de estudo”, determinando seus aspectos essenciais e específicos. Estabelece, através desses estudos, os princípios estruturais gerais da análise toponímica dentro da área da Lingüística. O ordenamento dos ‘fatos’ da nomeação em terras brasileiras,

desde os primórdios da colonização, ou mesmo antes, até os dias de hoje, configura o trabalho de pesquisa de Dick.

Entre as principais linhas de pesquisa desenvolvidas pela autora, destacam-se a elaboração do Atlas Toponímico do Estado de São Paulo e, posteriormente, o Atlas Toponímico do Brasil. O objetivo central dos Atlas é o de remapear o território de acordo com as diferentes línguas e suas respectivas variantes, e verificar campos semânticos de motivação dos designativos, pela introdução de uma nomenclatura diferenciada e específica.

Outros dois projetos vinculados aos mesmos princípios teóricos são: *O Caminho das Águas, Povos do Rio : Uma Visão Etnolingüística da Toponímia Brasileira e Águas e rios, religião e fé, desde o início da ocupação da terra, consubstanciam os mitos do homem.* Nesses estudos, Dick propõe-se, principalmente, a resgatar traços etnolingüísticos através da figura mitológica dos cursos de água.

Importante também é o Atlas das Cidades, projeto em que sua tese de Livre Docência (1997) está incluída. Nesse trabalho, estudou-se o centro da cidade de São Paulo entre os anos de 1554 e 1889, desenvolvendo modelos mais específicos para a toponímia urbana. Trata-se de pesquisa baseada em documentação antiga, nem sempre disponível ou mesmo de difícil acesso. A antiga São Paulo dos Campos ou São Paulo de Piratininga foi ‘reconstruída’ através da toponímia, proporcionando a recuperação das diversas camadas denominativas.

Nos últimos anos, além das pesquisas, Dick tem se dedicado a divulgar por todo o Brasil a importância dos estudos onomásticos sustentados por uma base científica. O comprometimento dos toponimistas com os resultados obtidos, e a divulgação desses trabalhos em publicações especializadas é, para a autora, a certeza da autonomia da Toponímia enquanto ciência.

Milton Santos (1988) afirma que: “As mudanças que o território vai conhecendo, nas formas de sua organização, acabam por invalidar os conceitos herdados do passado e a obrigar a renovação das categorias de análise.”

Um dos objetivos da pesquisa toponímica é justamente acompanhar essas transformações e, dentro do possível, realizar as adaptações necessárias para a ‘renovação das categorias de análise’.

## 2.2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

*“Em todo fenômeno de linguagem, não há somente a comunicação, há também um esforço para elaborar modos de comunicação privilegiados que pertencem a tal ou tal grupo, geração ou meio.”*

(Lévi-Strauss<sup>1</sup>)

Entendendo a Onomástica como o estudo dos nomes próprios, temos a Toponímia e a Antroponímia como ramos desse estudo, o primeiro responsável pelos nomes de lugares e o segundo, pelo nome de pessoas.

O topônimo pode ser compreendido como o vocábulo que estabelece a função semiótica entre o homem e a língua, entre o homem e o espaço, e entre o homem e o tempo, numa concepção de linguagem especializada, que deve ser sincrônica e diacrônica.

As relações homem/língua, homem/espaço e homem/tempo são fundamentais para justificar a interdisciplinaridade neste campo de estudo, que não pode ser pensado isoladamente. Esta interdisciplinaridade, portanto, é parte inseparável desse ramo de conhecimento. A possibilidade de intercâmbio entre as principais áreas de pesquisa da

---

<sup>1</sup> CHARBONNIER, Georges. Arte, Linguagem, Etnologia. Entrevista com Claude Lévi-Strauss. 1989, p. 114.

Toponímia, a saber, a Lingüística, a Geografia, a História, a Antropologia, a Psicossociologia, é fundamental para a formação de uma visão holística do homem e das relações que este mantém com o ‘mundo’. Não podemos, porém, deixar de caracterizar a autonomia da toponímia como ciência. Como já foi visto anteriormente, a toponímia possui seus códigos e objetos próprios de análise.

Entendemos a linguagem como uma parte integrante da vida social. Partimos do pressuposto de Lévi-Strauss (1989) de que a Lingüística está estreitamente ligada à Antropologia Cultural. Enquanto sistema de signos, portanto, sistema semiótico, a linguagem estabelece relações intrínsecas com a cultura, “nenhuma língua é separável de uma função cultural.” (BENVENISTE, 2006, p.24)

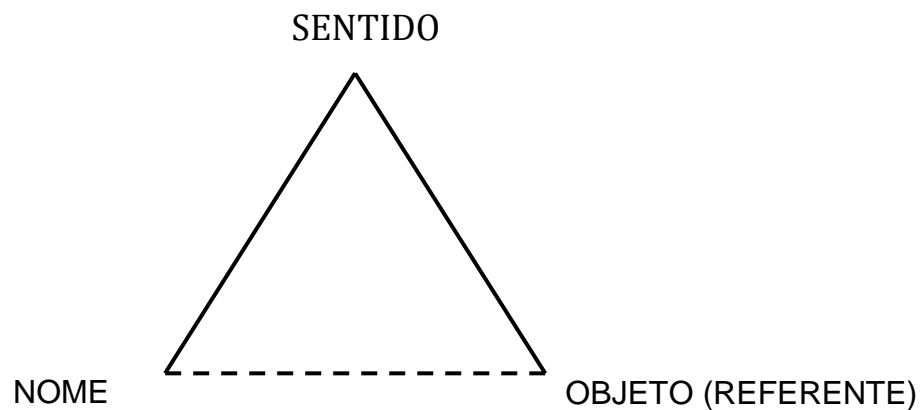
Procuraremos estudar o topônimo enquanto unidade de língua, inserido nos princípios de classificação da Lingüística, e enquanto unidade cultural. Daremos prioridade, em nossa análise lingüística, às duas modalidades de aferição dos fenômenos de motivação toponímica, pois entendemos serem essas as características que distinguem o topônimo no universo das linguagens; a saber:

1. “primeiro, a intencionalidade que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele lugar;

2. a seguir, na própria origem semântica da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas.” (DICK, 1990, p.49)

Primeiramente, apresentamos o signo lingüístico composto de significante, uma imagem acústica, e significado, um sentido; em que a relação significante/significado se dá de forma

arbitrária<sup>2</sup>, não existindo relação direta entre a palavra e a coisa que ela representa (o referente). Explicando melhor, citamos o triângulo de Ogden e Richards, modificado por Ullmann.



Ullmann (1973, p.116) chama de nome “a combinação de elementos fonéticos e de sentido à informação que se comunica ao ouvinte. O objeto, com o qual se relaciona o nome, não se liga diretamente a este (como se indica pela linha pontilhada), mas se relaciona através do sentido. O significado de uma palavra será a relação recíproca que existe entre o som e o sentido”.

É necessário que analisemos o topônimo como nome próprio, “a diferença essencial entre os substantivos comuns e os nomes próprios reside na sua função: os primeiros são unidades significativas; os segundos, simples marcas de identificação”. (Ibid., p.160).

Como nome próprio, poderíamos dizer que, diferente de outros signos lingüísticos, o topônimo é um signo motivado, partindo do princípio de que a nomeação não é arbitrária, pois parte de uma escolha. Mas, devemos pensar que raramente criamos novas palavras para dar nome às coisas. Até pelo princípio de economia da língua se faz natural, mesmo ao

---

<sup>2</sup> Benveniste diz, a respeito da arbitrariedade do signo lingüístico, que, para quem utiliza a mesma língua materna, tal relação (significante/significado) se torna uma necessidade. (1995)

denominarmos um novo objeto, ou “um novo lugar”, até então inexistente, aproveitarmos palavras que são parte do universo lexical, pinçadas do sistema e inseridas na norma lingüística como vocábulos.

“Los términos son el conjunto de signo lingüísticos que constituyen um subconjunto dentro del componente léxico de la gramática del hablante”. (CABRÉ,1995)

Logo, podemos dizer que a motivação está no denominador e não no sistema lingüístico. Segundo afirma Dick (1990):

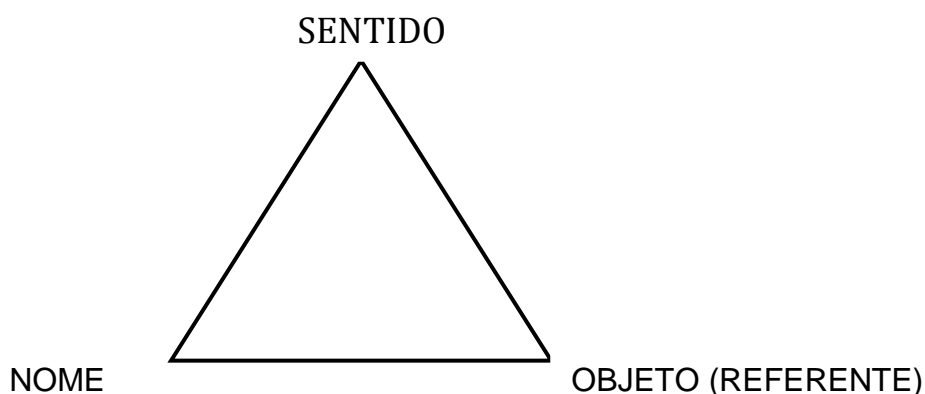
“A compreensão da existência de um vínculo estreito entre o objeto denominado e o seu denominador é que remeterá a toponímia taxionômica ao estudo das motivações da nomenclatura geográfica.”

Poderíamos, portanto, dizer que a motivação na constituição do topônimo não altera a propriedade de arbitrariedade do signo lingüístico, pois o ato de nomear pressupõe apenas uma restrição semântico-sintática de semas lexicais e gramaticais de um lexema (sistema), transformando-o num vocábulo (norma). O que normalmente acontece com esse vocábulo, é adquirir uma nova semantização ou ressemantização, recebendo acréscimo da combinatória dos semas contextuais de um campo de conhecimento, levando em consideração as variações diatópicas, diacrônicas, diastráticas e diafásicas.

Portanto, a motivação toponímica se efetivaria, realmente, em nível de palavra ocorrência, na qual o vocábulo seria ressemantizado, levando em conta um contexto geográfico, histórico, étnico, ideológico e, até mesmo, econômico e social, dentro de um percurso semiótico.

Barbosa (1995) diz: “... a palavra ocorrência sofre ainda maior restrição (significação específica do texto), mas, ao mesmo tempo, recebe acréscimo da combinatória dos semas contextuais, no percurso sintagmático (epissemema).”

Neste processo de ressemantização, em nível de discurso manifestado ou palavra ocorrência, a denominação ou ato de nomear passa a ter valor monossemeêmico, pois àquela expressão corresponde um só semema que nada mais é que o lugar que ela denomina. Neste momento, poderíamos dizer que se fecharia o triângulo de Ogden e Richards, citado acima. A linha, antes pontilhada, poderia ser pensada, agora, como uma linha contínua, pois o nome de lugar se ligaria diretamente ao referente que é o próprio lugar.



“Acidente e nome de lugar, indivíduo e nome pessoal, configuram sempre, uma unidade inseparável, tornando-se difícil, por vezes, recuperar as distâncias entre a expressão e o objeto representado”. (DICK, 1999, p.121)

Neste caso, não existiria um sentido comum que, segundo Hjelmslev<sup>3</sup>, dependendo da língua, pode ser moldado diferentemente em expressão e conteúdo.

<sup>3</sup> HJELMSLEV, Louis. Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem, 2006, p. 57.



Concluimos, então, afirmando que a motivação do signo toponímico está no denominador e não no sistema da língua, sendo essa motivação um dos principais objetos dos estudos onomásticos, isto é, a ‘intencionalidade que anima o denominador.’

Ao analisarmos os topônimos, enquanto palavra ocorrência, dentro do universo da Onomástica, seguimos o processo semasiológico, aquele que parte do específico para o geral, “a abordagem que visa, a partir dos signos mínimos (ou dos lexemas), à descrição da significação.” Greimas e Courtés (1979, p.402). No plano semiótico, partindo da análise das figuras para a análise das categorias fundamentais, ou da praxis ao logos.

“Tomando-se por base o topônimo concretamente manifestado, procedeu-se ao estudo etimológico das formas lingüísticas...” (DICK,1990, p.209)

O segundo ponto de nossa análise leva em consideração os aspectos semânticos do vocábulo toponímico, a origem semântica da denominação.

Voltemos ao triângulo de Ogden e Richards citado anteriormente. Em nossa explanação, concordamos que o topônimo, como nome próprio, em sua função dêitica, liga-se diretamente ao referente, que é o próprio lugar. A partir desse pressuposto, tentaremos entender o signo toponímico em seu aspecto denotativo e estrutural, enquanto indicativo de lugar, e em seu aspecto conotativo, quando estabelece relações semióticas com o homem, o tempo e o espaço; nesse caso, poderíamos dizer que existe uma relação metafórica, ou metonímica, entre o nome e o lugar, associados por semelhança ou contigüidade.

Como nome próprio indicativo de lugar, o signo toponímico em seu aspecto estrutural e denotativo está estreitamente ligado ao acidente geográfico que indica. Essa nomenclatura onomástica, segundo Dick (1990), é constituída de um termo ou elemento genérico, relativo à entidade geográfica que receberá a nomeação, e outro, o elemento ou termo específico, ou

topônimo propriamente dito, que particularizará a noção espacial, identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes.

Como componentes do sintagma toponímico, os vocábulos podem se apresentar de forma justaposta (rio Claro), ou de forma aglutinada (Mogi, mboy ( cobra) + gy (rio) = “rio das cobras”), de acordo com a língua que os inscreve.

Quando aglutinados, os dois elementos aparecem indissolavelmente unidos, acidente geográfico e topônimo, não sendo mais possível divisar um do outro, principalmente se a língua usada já extinguiu de seu uso o vocábulo em questão. Nesses casos, faz-se necessário incluir um ‘novo’ termo genérico, indicativo do acidente geográfico, para complementar a idéia daquele que foi absorvido no interior do designativo. No topônimo Jundiáí (yundiá + y = rio dos jundiás), como se pode perceber, o termo genérico (y= rio) está embutido no termo específico, mas não é mais reconhecido como tal, e se faz necessário o uso do correspondente em português, *rio Jundiáí*.

Acontece também de o termo genérico englobar as duas categorias, a de determinado e a de determinante. Para Dick isso ocorre, ou porque o acidente pode ser único na região, “tornando desnecessárias as complementações referenciais ou, ele é tão significativo para a comunidade que, ‘nomeá-lo’ ou acrescentar-lhe outras características, é desvirtuá-lo ou retirar-lhe o caráter de plenitude enfática que se empresta ao nome comum, tornado próprio, então, na fala do povo.” (1990, p.11)

Como exemplo, apresentamos o termo *represa*, que no universo de nosso estudo é usado pela população local de Mogi das Cruzes sem o termo específico. Entendemos que, para as pessoas daquela localidade, o acidente construído se tornou tão significativo que não é mais necessário acrescentar-lhe outras características, “tornando-o nome próprio, na fala do

povo”. Trataremos melhor desse fenômeno quando discutirmos o processo de toponimização na região dos reservatórios.

O termo genérico, algumas vezes, vem acompanhado de um qualificativo que não altera sua função de determinado e determinante, apenas o explicita, tornando-o mais descritivo. Na região de nossa pesquisa encontramos o topônimo *rio Grande*.

Os topônimos podem ser classificados em sua composição morfológica em simples, compostos ou híbridos. O termo específico é o que determina esta classificação, partindo do princípio apresentado por Dick de que esse é o termo que determinará a motivação dos designativos de lugar.

O topônimo ou elemento específico simples é aquele constituído por um só formante, predominantemente um substantivo ou adjetivo, podendo apresentar-se acompanhado de sufixação (diminutivo, aumentativo, ou de outras procedências lingüísticas). Em nosso corpus de estudo, há a predominância dos topônimos simples; como exemplo temos: Suzano (A.H.), Guaçu (A.F.), Guaió (A.F.), Claro (A.F.), Una (A.F.).

Um topônimo ou elemento específico é caracterizado como composto quando apresenta mais de um elemento formador. Temos como exemplos Ponte Nova (A.H.), Brás Cubas (A.H.), Manuel Ferreira (A.H.), etc. Em língua indígena tupi predominam os compostos como: -mirim (pequeno), -guaçu (grande) e suas variantes, -uçu, -açu; -tyba (sufixo coletivo), e as variantes -tuba, -nduba, -nduva, -ndiba; encontramos em nossa pesquisa: Biritiba Mirim (A.H.), Taiacupeba Assú (A.F.), Perequê Mirim (A.F.), Jurubatuba (A.F.).

Os híbridos são aqueles em que o elemento específico é formado por elementos lingüísticos de diferentes procedências. Em nosso país, o que predomina é a composição português + indígena ou indígena + português. Mogi das Cruzes (A.H.), Jundiázinho (A.F.) apresentam essa característica. O primeiro é formado por um vocábulo de origem indígena

tupi, Mogy (m'boigy), seguido de um termo em língua portuguesa, Cruzes; no segundo, ao vocábulo indígena Jundiaí, segue-se o sufixo diminutivo português, -inho.

De acordo com Dick (1990), os topônimos podem ser agrupados em duas vertentes, os de natureza física ou natural, (A.F.) e os de natureza antrop-cultural (A.H.), os quais definirão a classificação das taxionomias toponímicas. As taxionomias são motivações que privilegiam, numa análise sincrônica, os aspectos denotativos dos denominativos de lugar. “A configuração do acidente geográfico nomeado representaria uma projeção aproximativa do real, tornando clara a natureza semântica (ou transparência) de seu significado” Rio Claro, ribeirão Grande, por exemplo, fazem referência às características próprias do acidente nomeado. Nesse aspecto, Dick sugere que haveria uma aproximação do topônimo aos conceitos de ícone e símbolo determinados por Pierce. Acreditamos que, enquanto signo indicativo de lugar, em sua função dêitica, os topônimos podem também ser entendidos como indicadores ou índices.

Segundo Pierce (1975), “um signo é um ícone, um indicador ou um símbolo”. O ícone é compreendido como o signo que “opera, antes de tudo pela semelhança de fato entre seu significante e seu significado. [...] O símbolo, o signo que opera por contigüidade instituída, apreendida entre significante e significado. Esta conexão ‘consiste no fato de que constitui uma regra’ e não depende da presença ou da ausência de qualquer similitude ou contigüidade de fato. O índice (ou indicador) opera, antes de tudo, pela contigüidade de fato, vivida, entre seu significante e seu significado.” (JAKOBSON, 1995, p.101).

A iconicidade no signo toponímico está implícita (não existe a semelhança de fato) na existência de um vínculo entre ele e seu referente; está presente na descrição precisa dos aspectos físicos e antropoculturais, isto é, quando o designativo de lugar descreve com precisão características físicas ou culturais do lugar nomeado, tais como, cor, forma, tamanho,

constituição natural. Em nosso corpus temos rio Claro, ribeirão Grande, e os denominativos de origem indígena. Entretanto, nestes, não conseguimos mais perceber esta relação de similitude, por desconhecermos a língua de partida, o que ocorre em rio Paraitinga (*para*, rio –y, água – *tinga*, branca; rio de água branca ou, de águas claras).

Em sua função dêitica, como nome próprio, o topônimo é sempre um indicador de lugar.

“Os indicadores podem distinguir-se de outros signos ou representações, graças a três traços característicos: primeiro, eles não têm semelhança significativa com seus objetos; segundo, eles se referem a individuais, a unidades singulares, a coleções singulares, a coleções singulares de unidades ou a contínuos singulares; terceiro, dirigem atenção para seus objetos por compulsão cega. Contudo, seria difícil se não impossível apontar um indicador absolutamente puro ou um signo absolutamente despido de qualidade indicadora.” (PIERCE, 1975, p.133)

Como símbolo, o signo toponímico “se relaciona a seu objeto pela convenção de que será como tal entendido, ou por instinto natural, ou por ato intelectual que o toma como representativo de seu objeto, sem que se dê, necessariamente, qualquer ação que poderia estabelecer uma conexão factual entre o signo e o objeto”. (Ibid. p. 134)

Pode-se perceber a complexidade dos estudos dos signos toponímicos; nesta abordagem, quanto ao seu aspecto denotativo de representação de lugar, buscamos observar se os topônimos são predominantemente símbolo, ícone ou indicador. Concluimos, explicitando que os topônimos, como signos lingüísticos, são prioritariamente símbolos (“toda palavra é um símbolo”)<sup>4</sup> que podem comportar um ícone e/ou um índice a ele incorporado, segundo Pierce. (JAKOBSON, 1995)

Um estudo etimológico do vocábulo toponímico, principalmente os de língua indígena já extinta (por exemplo, o tupi antigo), é de grande importância para a reconstrução de

---

<sup>4</sup> PIERCE, Charles. Existential Graphs. In: Jakobson, Roman. Lingüística e Comunicação, 1995.

significações não mais transparentes. Em virtude da opacidade que esses topônimos adquiriram, a análise etimológica reconstrói, através da correta interpretação, fundamentos para uma melhor compreensão e identificação dos lugares. Nesse aspecto, é indiscutível a contribuição que esses estudos trazem para o conhecimento de estilos de vida diferentes, dos quais, os vestígios só são perceptíveis nos nomes geográficos.

Segundo Dick (1990, p.22):

“[...] não é de se estranhar, portanto, a existência de uma relação analógica entre o topônimo e algum fato do cotidiano indígena. [...] as antigas expressões onomásticas [são] reveladoras [...] não apenas dos característicos típicos da região, firmados na nomenclatura descritiva ou associativa, como também [o são] das línguas porventura faladas no local, em épocas anteriores, e as espécies animais e vegetais fossilizadas. [...] Mas esta função cristalizadora da significância só se torna possível porque o nome de lugar exerce, concomitantemente, o papel de uma verdadeira crônica, em que os fatos atuais se projetam no futuro, através da inscrição onomástica, possibilitando dessa forma, a sua análise posterior.”

O topônimo deve ser tratado como um verdadeiro ‘artefato<sup>5</sup> lingüístico’ quando conserva formas de falares extintos; em nosso corpus de análise, encontramos denominativos geográficos que remontam ao início da colonização, ou até mesmo antes da chegada dos europeus no século XVI. Esses nomes de lugares configuram uma nomenclatura preciosa para as futuras gerações, pois, cada vez mais, aspectos importantes dessas antigas sociedades desaparecerão e, somente através do estudo destes designativos, poderemos resgatar esse universo étnico que foi fundamental na constituição do ethos brasileiro.

---

<sup>5</sup> A concepção do termo artefato aqui empregado é cultural e arqueológica, isto é, como qualquer objeto feito ou modificado por um humano.

Para Lyons (1991, p.216, p.219), “Names, as they are employed in every language-behaviour, have two characteristic functions: referential and vocative [...] [and names] may have reference, but not sense, and that they cannot be used predicatively purely as names”<sup>6</sup>

Concordamos que o nome próprio de lugar, tanto quanto o nome próprio de pessoas, não têm um sentido comum ou um conceito, excetuando algumas alterações semêmicas que ocorrem em alguns vocábulos, essas palavras não fazem parte do universo da lexicografia, ou melhor, normalmente os nomes próprios não são dicionarizados. Porém, diferentemente dos antropônimos, os topônimos, ao estabelecerem relações semióticas entre o lugar e o homem que ocupa esse lugar, merecem um estudo mais aprofundado. Trataremos dessas relações levando em conta os aspectos conotativos dos denominativos de lugar.

Como mencionamos anteriormente, procuraremos explicitar o caráter metafórico e metonímico dos nomes geográficos, pois entendemos que através desta compreensão a simbiose existente entre o homem e o território ocupado pelo homem se torne mais clara. Para Bally<sup>7</sup>, “a maior imperfeição do nosso espírito consiste na incapacidade de abstrair em absoluto, isto é, de isolar um conceito ou conceber uma idéia fora de qualquer contato com a realidade concreta.” O topônimo está naturalmente inserido nesse pressuposto, pois as relações denominador/denominado implicam associações contextuais importantes entre o nome e o referente que não permitem que o designativo de lugar seja “abstraído em absoluto” da realidade concreta.

Para melhor explicitar os aspectos conotativos do signo toponímico, voltemos à nossa afirmação de que nome de lugar e o lugar estabelecem uma unidade inseparável, como verificamos no triângulo de Ogden e Richards: a linha, antes pontilhada, ligando nome e

---

<sup>6</sup> “Nomes próprios no modo como são empregados em todas as línguas têm duas funções características: referencial e vocativa [...] [e nomes próprios] devem ter referente, mas não significado, e eles não devem ser usados unicamente como qualitativos enquanto nome próprio.” (tradução livre)

<sup>7</sup> BALLY, Charles. In: CRESSOT, Marcel. O Estilo e as suas técnicas. Lisboa: 1980. p. 64.

referente é para nós uma linha contínua. Partindo dessa perspectiva, podemos considerar o nome de lugar, ou mesmo, o nome de pessoa como uma entidade “mítica”, imbuído de subjetividade, na medida em que é visto como parte integrante da pessoa ou do lugar.

Para Cassirer (2006, p.68),

“[...] a identidade essencial entre a palavra e o que ela designa torna-se ainda mais evidente se, em lugar de considerar tal conexão do ponto de vista objetivo, a tomamos de um ângulo subjetivo. Pois também o eu do homem, sua mesmidade e personalidade, estão indissolivelmente unidos com seu nome, para o pensamento mítico. O nome não é nunca um mero símbolo, sendo parte da personalidade de seu portador; é uma propriedade que deve ser resguardada com o maior cuidado e cujo uso exclusivo deve ser ciosamente reservado.”

Sob este aspecto, as apreensões lingüística e mítica dos denominativos tendem à condensação, à concentração e à caracterização isolada (redução sêmica)<sup>8</sup>, diferentemente do pensar teórico e discursivo, onde a percepção individual é referida à totalidade do ser e do acontecer, a palavra se interpõe entre os diferentes conteúdos, e essa interposição é que lhe confere a liberdade e agilidade que lhe permite mover-se entre um conteúdo e outro, e conectá-los entre si (ampliação sêmica).

Primeiramente, procuraremos estabelecer fundamentos dos processos metafóricos e metonímicos para tornar mais clara nossas considerações.

A metáfora estaria instalada no eixo da substituição e seleção, enquanto a metonímia se posicionaria no eixo das combinações e contextura, de acordo com Head.<sup>9</sup> É a relação externa da contigüidade que une os constituintes de um contexto e a relação interna da similaridade que serve de base para a substituição. “Um tema pode levar a outro, quer por similaridade, quer por contigüidade. O mais acertado seria talvez falar de processo metafórico no primeiro

---

<sup>8</sup> BARBOSA, M. A. Léxico, produção e criatividade. São Paulo, Plêiade, 1996.

<sup>9</sup>HEAD, H. Aphasia and Kindred Disorders of Speech, I (Nova York, 1926), in, Jakobson, R. Lingüística e Comunicação, 1995.



caso, e de processo metonímico no segundo, de vez que eles encontram sua expressão mais condensada na metáfora e na metonímia, respectivamente.” (JAKOBSON,1995, p. 55) Resumindo, afirmamos que a metáfora e a metonímia são a vinculação de um significante a um significado secundário associado, por semelhança ou contigüidade, com o significado primário.

Nos processos metafóricos e metonímicos dos denominativos geográficos é necessário que compreendamos esses processos de forma individualizada, onde o conteúdo fique reduzido a um só ponto, e esse conteúdo não imerge de algum modo na palavra, mas dela emerge. “Aquilo que alguma vez se fixou numa palavra ou nome, daí por diante nunca mais aparecerá apenas como uma realidade, mas como a realidade. Desaparece a tensão entre o mero “signo” e o “designado”; e em lugar de uma expressão mais ou menos adequada, apresenta-se uma relação de identidade, de completa coincidência entre a “imagem” e a “coisa”, entre o nome e o objeto.”(CASSIRER, 2006, p.76)

Esta identidade significativa entre nome de lugar e lugar é mais sensível principalmente nos topônimos de origem indígena, onde a força ‘mítica’ motivadora exprime o íntimo convívio do homem indígena com a natureza, “visto que toda a Natureza ressoa, nada mais natural, para o homem sensível, que ela viva, fale, atue.”( Ibid. p.102)

Em nosso corpus de análise, trabalhamos com designativos que, presumimos, remontam a um Brasil em ‘estado puro’, antes de qualquer contato com europeus. Topônimos como Mogi (Mboy-gy- rio das cobras), Jundiáí (*Yundiá-y-* rio dos jundiáís), Taiapuêba (*Täiçúpeba-* porco do mato baixo), foram encontrados em documentação do século XVI e início do século XVII, quando os primeiros portugueses chegaram à região de Mogi das Cruzes. São descrições autênticas dos habitantes naturais daquela região e são esses denominativos geográficos que, em sua configuração conotativa, estabelecem, ou relações metonímicas, por

exemplo, os denominativos citados acima (Mogi, Jundiaí, Taiaçupeba), ou relações metafóricas, como Tietê, “o rio verdadeiro”; considerando a acepção de ‘verdadeiro’ numa abordagem conotativa, pois, de certa forma, todos os rios são verdadeiros e, se esse rio foi denominado como “o rio verdadeiro”, talvez, no designativo ‘verdadeiro’, estejam embutidos conceitos mais subjetivos e, porque não, conceitos mitológicos?

Os rios são naturalmente entidades mitológicas desde os primórdios das civilizações; sem água não há vida. O tema central de nossa pesquisa está assentado nesta premissa da água como fonte de vida. Portanto, em nosso corpus de análise o nome de rios tem importância estratégica, pois são eles que, de certa forma, direcionam o relacionamento do homem com o território ocupado e, como a maioria desses nomes hidrográficos é de origem indígena, procedentes dos primórdios da colonização, entendemos serem descrições autênticas da relação do homem com o lugar, configuradas lingüisticamente em processos metafóricos ou metonímicos.

Se entendermos o topônimo como homônimo de um outro vocábulo da língua, a relação de similaridade e contigüidade se torna ainda mais complexa, pois a cada escolha haveria uma transposição por seleção e/ou por combinação de uma palavra levada de um conceito a outro no ato denominativo. Seria a criação de um novo conceito, por meio de um velho nome. Isso quer dizer que as escolhas de denominativos de lugar levam em consideração características, ou melhor, semas do vocábulo escolhido que se quer conduzir ao novo, neste caso, ocorreria uma transposição de conteúdos.

Em uma escolha de designativo que elenque nomes de santos ou mesmo de Nossa Senhora para determinada localidade, aí estaria configurada a busca por “proteção divina” ou “poderes mágicos”, ou mesmo “graças” para o lugar “abençoado” com esse nome. Quando em nosso corpus encontramos topônimos como Salesópolis ou Suzano, sabemos que essas

escolhas pressupõem relações significativas com os antropônimos dos quais se originaram, daí entendermos que haveria transferência de sentido ou tropos.

Novamente, nos deparamos com questões complexas relacionadas ao estudo dos signos toponímicos, o que justifica a pesquisa onomástica.

São as taxionomias toponímicas definidas por Dick que constroem a ponte semântica entre o lugar e o nome do lugar. Apesar de estas privilegiarem os aspectos denotativos contidos no termo específico do sintagma toponímico, a relação entre o denominador e o nome é sempre uma relação subjetiva, pois pressupõe a contextualização e a mediação entre o símbolo e o que se quer representar, convertendo o que se quer representar em parte do mundo do designador ou designadores.

São essas considerações que nos encaminham para a compreensão dos aspectos culturais presentes no signo toponímico.

Como marcador de lugar, o topônimo é o símbolo das relações semióticas entre o espaço físico e as pessoas que ocupam esse espaço, entre o território, considerado como o espaço modificado pelo homem, e o homem, que ocupa e modifica esse espaço. Portanto, estudar toponímia é estudar as relações do homem com seu meio através do ato de nomear, é estudar a língua e as relações do homem com essa língua. Toponímia, sob esse aspecto, é o estudo das relações do homem com o tempo, o espaço, o meio social, (o *chronos*, o *topoi* e o *stratum*), em suma, estudar toponímia é estudar o homem.

Sendo a língua o instrumento principal de nossos estudos, é conveniente partirmos da compreensão de língua como visão de mundo, recorte cultural de uma comunidade falante, Sapir (1998) afirma que: “Os universos em que vivem as diferentes sociedades são universos distintos, e não o mesmo universo com diferentes rótulos.”

O estudo da toponímia pressupõe não só o estudo da língua, mas também da população que fala essa língua, do espaço em que vive o falante dessa língua, o tempo em que vive ou viveu este falante, daí a pressuposição de que os estudos toponímicos são mais do que estudos lingüísticos, são também estudos etnolingüísticos. Entendemos que a etnolingüística, inserida nos estudos dos denominativos de lugar, completa o sentido da pesquisa toponímica reforçando seu caráter de ciência autônoma.

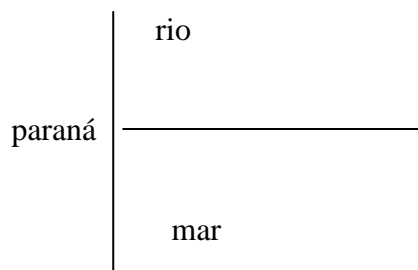
Estudando o homem, o espaço ocupado pelo homem, e o tempo em que vive ou viveu esse homem, a toponímia confronta valores que podem ser questionados ou analisados em um contexto ambiental e sócio-cultural. Para Lyons (1979, p.475), “a língua de uma determinada sociedade é uma parte integral de sua cultura, as distinções lexicais de cada língua tenderão a refletir traços culturalmente importantes de objetos, instituições e atividades em que a língua opera.”

Hjelmslev afirma que “o sentido é ordenado, articulado, formado de modo diferente segundo as diferentes línguas.”<sup>10</sup>, ele nos apresenta um mesmo domínio de substância semântica, recortado em dinamarquês, alemão e francês.

	Baum	arbre	(árvore)
troe		_____	
	Hols	bois	(bosque)
skov		_____	
	Wald	forêt	(floresta)

<sup>10</sup> HJELMSLEV, L. Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem, São Paulo. Perspectiva, 2006, p. 56.

Podemos verificar que o sentido nessas unidades lexicais deve ser analisado de um modo particular nas diferentes línguas. Assim também, inseridos em nossa campo de pesquisa, a unidade lexical *paraná*, em tupi/guarani, em relação as unidades lexicais, *rio* e *mar*, em português, pertencentes à mesma zona de sentido, devem ser analisadas diferentemente.



Pe. Lemos Barbosa, em seus estudos, afirma que “os índios de língua tupi não faziam distinção categórica entre ‘rio’ e ‘mar’. Quiçá nem mesmo os guaranis.”<sup>11</sup>

Portanto, ao analisarmos os topônimos, sua estrutura, sua etimologia, as transformações que sofreram no *chronus*, no *topoi*, e na *phasis*, devemos, levando em conta sua estrutura lexical, e sua língua de origem, tirar o sentido possível dessa lexia ou sintagma lexical.

Além das transformações semântico-sintáticas por que passou o vocábulo, é importante, ao fazermos uma análise do léxico toponímico, levar em conta os aspectos culturais, a formação étnica, aspectos econômicos, políticos e sociais da comunidade falante e suas relações simbólicas com a língua.

Em nosso corpus, encontramos o topônimo *Jundiapeba* que, em um primeiro momento, entendemos como uma unidade lexical de origem tupi, mas após pesquisa, descobrimos que se trata da combinação de dois denominativos de rios importantes da região, *Jundiaí* e

---

<sup>11</sup> LEMOS BARBOSA, Padre Antonio. *O vocabulário na língua brasílica*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 21.

*Taiacupeba*. Incomodada com o estigma do antigo nome do lugar, Santo Ângelo, que estava fortemente vinculado ao leprosário de mesmo nome localizado na região, a comunidade decidiu que uma mudança do designativo desvincularia o lugar com o estigma da doença. Nesse caso, o ‘sentido’<sup>12</sup> desse topônimo não deve ser pesquisado no vocábulo, mas, sim, nas relações que a população mantém com o lugar. Portanto, o topônimo, para ter ‘sentido’, deve estar inserido em uma explanação baseada na compreensão do tempo, do espaço, das instituições sociais, enfim, de todo um contexto extralingüístico. Podemos dizer que a função semiótica no signo toponímico não se dá somente entre a forma do conteúdo e a forma da expressão<sup>13</sup>, mas também em relação ao referente. Citamos Dick (1990):

“O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Sua carga significativa guarda estreita ligação com o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida.”

Wilhelm Von Humboldt, referindo-se à linguagem, diz:

“O homem vive com seus objetos fundamental e até exclusivamente, tal como a linguagem lhos apresenta, pois nele o sentir e o atuar depende de suas representações. Pelo mesmo ato, mediante o qual o homem extraí de si a trama da linguagem, também vai se entrelaçando nela e cada linguagem traça um círculo mágico ao redor do povo a que pertence, círculo do qual não existe escapatória possível, a não ser que se pule para outro.”<sup>14</sup>

Concluimos afirmando que, enquanto a língua reflete a comunidade falante, a comunidade está inserida nesse universo lingüístico sendo, por sua vez, um retrato dessa língua. Estudar língua, portanto, pressupõe estudar o “entrelaçamento” homem/língua, língua/homem.

---

<sup>12</sup>O sentido do topônimo não é o seu significado, mas, sim, as relações existentes entre o denominador e o objeto denominado.

<sup>13</sup> HJELMSLEV, L. Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem. São Paulo, Perspectiva, 2006, p. 62.

<sup>14</sup> HUMBOLDT, W. Von. Einleitung zum Kawi-Werk, S. W. (edição acadêmica), VII, 60; in: Cassirer, E. Linguagem e Mito, 2006, p. 23.

### 2.3. PROCESSO DE TOPONIMIZAÇÃO

Partimos do pressuposto de que o signo toponímico estabelece relações semióticas entre o homem e a língua, entre o homem e o espaço e, entre o homem e o tempo, numa linguagem especializada, que deve ser sincrônica e diacrônica.

“Uma nomenclatura local ou uma cadeia onomástica que interage com vários segmentos culturais, num aparato semiótico de relações de procedências diversas constitui realmente, uma base de pesquisa lingüística altamente produtiva.” (DICK,1999, p.121)

Nosso corpus de análise foi constituído em área demarcada na região do Alto Tietê, região que está sofrendo grandes modificações do espaço pela construção de barragens destinadas ao abastecimento de água para a grande São Paulo.

Nesse recorte espacial, além dos topônimos encontramos um outro tipo de designativo que são termos técnicos científicos que compõem o sistema dos reservatórios, são termos do universo de conhecimento da engenharia que podem estar sendo incorporados à norma da população local.

Procuramos, no percurso de nossa pesquisa, estabelecer algumas considerações sobre o processo de toponimização, pois estamos acompanhando a gênese de um percurso denominativo. Alguns destes termos podem já ter características de topônimo, ou mesmo, até já serem considerados topônimos.

Segundo Ullmann, a diferença essencial entre os substantivos comuns e os nomes próprios é que, os primeiros são unidades significativas e os segundos simples marcas de identificação, como já foi visto anteriormente. É, principalmente, o aspecto dêitico dos nomes próprios que fundamentará nossa proposta.

Retomaremos algumas considerações estabelecidas anteriormente, para melhor caracterizarmos o que seria o processo de toponimização em nosso corpus de análise.

Em razão de o topônimo ser entendido como léxico especializado e motivado (Dick, 1990), como já foi explicitado, a motivação se daria em nível discursivo, levando em conta um contexto geográfico, histórico, étnico, ideológico, social, etc. Nesse processo de ressemantização, temos uma restrição semântico-sintática dos semas lexicais e gramaticais de um campo de conhecimento, recebendo o acréscimo da combinatória dos semas contextuais. (Barbosa, 1995) A denominação passa a ter valor monossemêmico, pois àquela expressão corresponde um só semema, que nada mais é que o lugar que ela representa. Concluímos que na análise do triângulo de Ogden e Richards, a linha (antes pontilhada) ligando nome e referente, é, para nós, uma linha contínua, pois haveria uma relação direta entre o nome de lugar e o referente, que é o próprio lugar. Nesse caso, não haveria um sentido comum que seria moldado diferentemente em conteúdo e expressão. (Hjelmslev, 2006)

Essas considerações sugerem, primeiramente, duas características:

1. o signo toponímico é monossemêmico.

o signo toponímico relaciona-se diretamente ao seu referente.

A partir dessas duas premissas, poderíamos dizer que um vocábulo, ou melhor, em nosso caso, um termo, quando usado por uma determinada comunidade como indicador de lugar, pode ser considerado signo toponímico se for observada uma relação monossemêmica (a um semema corresponde uma expressão) configurada numa situação discursiva. Quando a atualização desse vocábulo, tal qual um índice, “dirige a atenção a seu objeto por compulsão cega” (Pierce). Podemos dizer que essa atualização implicaria naturalmente na contextualização daquele referente, sem necessidade de acréscimos para definir esse objeto lugar. Resumindo, afirmamos que quando atingem plenamente aos receptores, em uma situação



de discurso manifestado, esses termos indicativos de lugar, podem ser considerados topônimos, ou estar em processo de toponimização.

Chegamos, então, à terceira característica, talvez a fundamental: esse termo, usado como topônimo, ou melhor, como designativo de lugar, deve estar associado a um grupo inteiro de falantes; que toda uma comunidade “abarque todas as impressões ou imagens possíveis que seres humanos formaram.” (SAPIR, 1980, p.17)

Concluindo, podemos dizer que, em nosso trabalho, um termo passa a ser considerado topônimo quando apresentar estas três características.

Em nossa pesquisa, consideramos que o termo *represa*, usado pela comunidade de Mogi, atualmente define um local específico, neste caso, poderíamos dizer que para aquela comunidade o termo *represa* pode ser considerado topônimo.

Dick afirma que muitas vezes o acidente geográfico é tão significativo na região, que o termo específico do sintagma toponímico torna-se redundante. Isso pode ter acontecido com o termo *represa*, pois o complexo dos reservatórios é extremamente significativo para a população da região, mas, de qualquer maneira, houve um processo de toponimização e outros mais podem estar acontecendo. O objetivo desta análise é justamente estabelecer parâmetros para que possamos sistematizar nossa base de dados e, futuramente, dar continuidade a esta pesquisa.

### 3. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA: O TEMPO E O ESPAÇO GEOGRÁFICO

#### 3.1. JUSTIFICATIVA

Procurando estudar o homem e o espaço transformado pelo homem, o território, definimos um recorte na região do Alto Tietê, região que está sofrendo grandes modificações pela construção de barragens destinadas ao abastecimento de água para a Grande São Paulo.

A relação do homem com o lugar, e o impacto que esta população está vivenciando frente à modificação do espaço, configura um dos objetivos de nossa pesquisa, através do estudo dos denominativos de lugar.

O Sistema Produtor Alto Tietê (SPAT), como já mencionamos, tem por finalidade a disponibilização de água para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). A área que compõe o corpus de nossa pesquisa está definida entre as cidades de Suzano, Mogi das Cruzes, Biritiba Mirim e Salesópolis. Esses municípios, localizados a leste da cidade de São Paulo, abrangem os cinco reservatórios que compõem o Sistema, são eles: reservatório de Ponte Nova e de Paraitinga em Salesópolis, reservatório de Biritiba em Biritiba Mirim, reservatório de Jundiá em Mogi das Cruzes e reservatório de Taiapuê entre Mogi das Cruzes e Suzano.

Inseridos nessa área, estão os rios como os principais agentes de transformação da paisagem local. Graças à grande quantidade de fluxos de água, pôde-se pensar na construção dos reservatórios nessa região. O Tietê, como protagonista desse conjunto hidrográfico, desempenha um papel mitológico no contexto da formação urbana do estado de São Paulo. Além de condutor dos caminhos para o interior, numa abordagem historiográfica, é também, o condutor de toda essa água para a região da Grande São Paulo.

A área de nossa pesquisa é parte da Bacia Hidrográfica do Tietê; podemos pensar o rio Tietê como hiperônimo dos rios integrantes de nosso estudo. Nesse caso, hiperônimo e hipônimo configurariam um significado geográfico, espacial, onde o lexema de sentido mais abrangente seria representado pelo rio Tietê, e os de sentido mais específico, hipônimos, seriam seus afluentes. São esses os principais rios formadores dos reservatórios: rio Biritiba, rio Claro, rio Jundiaí, rio Paraitinga, rio Taiapuêba Mirim, e rio Tietê. Rios, Ribeirões, córregos e águas que compõem a hidrografia da região são também parte de nosso universo de análise. Esses fluxos de água integram-se ao espaço dos reservatórios.

Nosso corpus de análise está fundamentado em dois mapas disponibilizado pelo DAEE, responsável em parceria com a Sabesp, pela construção e manutenção do Sistema Produtor do Alto Tietê. Além dos nomes de rios e cidades mencionados, constam ainda, como parte de nossa nomenclatura, o nome de alguns distritos e bairros que estão inseridos na área de nossa pesquisa. São lugares geográficos importantes na dinâmica urbana da região, nesta etapa de nossa pesquisa, optamos por não desenvolver um estudo específico sobre esses denominativos, pois parte da historiografia desses designativos pressupõe um estudo de campo complexo, o que deixamos para uma segunda etapa desta análise, quando o corpus de denominativos urbanos determinará o objeto central de nosso trabalho.

Em nossa pesquisa, o ponto de partida é o presente, pois os reservatórios são construções recentes; o processo de enchimento dos reservatórios de Biritiba e de Paraitinga completou-se em 2006. Podemos fazer uma analogia com os estudos etnográficos, como nos é apresentado no texto de Bonomi<sup>15</sup>, em que afirma que “é no presente que o contexto etnográfico é diretamente atingível [...] De certo modo, [a etnografia] inverte as relações

---

<sup>15</sup> BONOMI, Andrea. Implicações Filosóficas na Antropologia de Lévi-Strauss. In: O Estruturalismo de Lévi-Strauss, Organização e Introdução de Luiz Costa Lima, Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 1970, p. 128.

tradicionais e insiste sobre a necessidade de **compreender o presente para proceder à compreensão do passado.**” (grifo do autor).

Este é o percurso de nosso estudo, partimos da análise do topônimo concretamente manifestado, para compreender o homem, o espaço e o tempo. Partimos da realidade do ambiente modificado pelo homem, através da construção dos reservatórios, para tentar entender o homem que ocupa e modifica esse espaço. A historiografia do lugar é também parte de nossa análise. Portanto, sincronia e diacronia estão intimamente ligadas em nosso universo de pesquisa.

## 4. METODOLOGIA

### 4.1. METODOLOGIA DO PROJETO ATESP E AS CATEGORIAS TAXIONÔMICAS TOPONÍMICAS

O Projeto ATESP – Atlas Toponímico do Estado de São Paulo – integrante do Atlas Toponímico do Brasil, fundamenta-se principalmente em cartas municipais paulistas ou mapas elaborados pelo Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo. Objetiva o levantamento da nomenclatura geográfica dos 645 municípios<sup>16</sup>, tanto em relação aos acidentes físicos, quanto aos culturais. O Atlas busca verificar a tipologia motivadora pertinente a determinadas áreas, e inscrevê-las em folhas cartográficas específicas, proporcionando uma panorâmica geral das designações

A base da pesquisa do projeto ATESP é o topônimo concretamente manifestado, buscando a etimologia das formas lingüísticas. Essa etimologia define um critério de tipificações toponímicas estabelecido por Dick (1996) em que as ocorrências lingüísticas de origem portuguesa devem ser marcadas na cor azul, as etimologias de origem indígena na cor vermelha, as de origem africana em marrom e nomes híbridos na cor verde.

Do ponto de vista semântico, o Projeto segue as taxionomias constituídas por Dick (1980), baseadas nas duas ordens genéricas que agrupam os fatos cósmicos entre si, as manifestações físicas e antro-po-cultural. Cada uma dessas comporta uma seriação tipológica específica.

Esta sistematização compreende 26 taxes classificatórias dos índices onomásticos, as quais objetivam verificar os principais motivos geradores de nomes do país e a elaboração de uma nomenclatura terminológica específica à área.

---

<sup>16</sup> Informação atualizada no site IBGE CIDADES@ em 2008.

As taxes procuram satisfazer as ocorrências onomásticas pondo em evidência conceitos como o dos “arquetipos toponímicos (Dick, 1986) e das variáveis culturais dos nomes descritivos e comemorativos (Stewart, 1954), ou do jogo de oposições entre a subjetividade do denominador, respeitadas as variáveis étnicas, e a objetividade ambiental.” (Dick, 1996)

Dentro do universo dos estudos toponímicos, as taxionomias seriam os termos por excelência, pois definem um campo de conhecimento especializado. Considerando os topônimos termos, chamaríamos este subconjunto de metatermos do conjunto metalinguagem dos topônimos.

**a) as taxionomias físicas:**

**Astrotopônimos:** topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Não consta em nosso corpus.

**Cardinotopônimos:** topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex: córrego Lindeiro.

**Cromotopônimos:** topônimos relativos à escala cromática. Ex: ribeirão Ipiranga.

**Dimensiotopônimos:** topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, altura, profundidade. Ex: ribeirão Pequeno.

**Fitotopônimos:** topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade, em conjuntos da mesma espécie, ou de espécies diferentes, além de formações não espontâneas. Ex: ribeirão Guararema.

**Geomorfotopônimos:** topônimos relativos às formas geográficas. Ex: córrego do Pico Agudo.

**Hidrotopônimos:** topônimos resultantes de acidentes hidrográficos em geral. Ex: rio Paraitinga.

**Litotopônimos:** topônimos de índole mineral relativos à constituição do solo, representados por indivíduos, conjunto da mesma espécie, ou de espécies diferentes. Ex: rio Itaguaraé.

**Meteorotopônimos:** topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex: rio Botujuru.

**Morfotopônimos:** topônimos que refletem o sentido de formas geométricas. Não consta nenhum em nosso corpus.

**Zootopônimos:** topônimos de índole animal, representados por indivíduos domésticos e não-domésticos e da mesma espécie. Ex: ribeirão Lambari.

#### **b) as taxionomias antropo-culturais:**

**Animotopônimos ou nootopônimos:** topônimo relativo à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo todos os produtos do psiquismo humano. Ex: rio Doce (desde que doce seja compreendido num contexto metafórico, como algo suave, agradável).

**Antrotopônimos:** topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex: água da Maria Rosa.

**Axiotopônimos:** topônimos relativos aos títulos e dignidades que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais. Não consta em nosso corpus.

**Corotopônimos:** topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões, continentes. Não consta em nosso corpus.

**Cronotopônimos:** topônimos que encerram indicadores cronológicos representados em toponímia pelos adjetivos novo/nova, velho/velha. Não consta em nosso corpus.

**Ecotopônimos:** topônimos relativos às habitações de um modo geral. Ex: rio Cubatão.

**Ergotopônimos:** topônimos relativos a elementos da cultura material. Ex: rio do Açúcar.

**Etnotopônimos:** topônimos relativos aos elementos étnicos, isolados ou não. Ex: rio Itapanhaú.

**Dirrematotopônimos:** topônimos constituídos por frases ou enunciados lingüísticos.  
Ex: rio Volta Fria.

**Hierotopônimos:** topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças, às associações religiosas, às efemeridades religiosas, às associações religiosas, aos locais de culto. Ex: ribeirão da Capela.

Os hierotopônimos se subdividem em:

**Hagiotopônimos:** topônimos referentes aos santos e santas do hagiologioromano. Ex: ribeirão São Bento.

**Mitotopônimos:** topônimos relativos às entidades mitológicas. Não consta em nosso corpus.

**Historiotopônimo:** topônimos relativos aos movimentos de cunho social e aos seus membros, assim como as datas correspondentes. Não consta em nosso corpus.

**Hodotopônimos** (Odotopônimos): topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana. Ex: Ponte Nova.

**Numerotopônimo:** topônimos relativos aos adjetivos numerais. Não consta em nosso corpus.

**Poliotopônimo:** topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex: Parque das Varinhas.

**Sociotopônimo:** topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho, e aos pontos de encontro de membros de uma comunidade. Ex: córrego Fazenda.

**Somatotopônimo:** topônimos empregados em relação metafórica às partes do corpo humano ou animal. Ex: córrego Lavapés.

Dentro da perspectiva de busca das tendências motivadoras da toponímia paulista, fez-se referência a dois campos genéricos condicionadores do mecanismo da doação do nome, a saber, o campo objetivo ou extrínseco, externo ao denominador; e o campo subjetivo ou intrínseco, “que comporta a sua visão personalíssima de entender o local”. (Dick 1990) No primeiro caso, transporta-se para a nomenclatura geográfica uma série de motivos que



encontram sua razão de ser no ambiente ou meio circundante. Nos topônimos de origem indígena, normalmente descritivo, esse vínculo entre o denominador e o ambiente, ou meio circundante, é bastante característico, marcado, principalmente, por relações metonímicas.

No outro, todavia, são motivações pessoais do denominador, aparentemente inexplicáveis, nestas é mais difícil definir os motivos que levaram o denominador, num processo de escolha paradigmática, a selecionar designações cuja razão determinante não se atinge à primeira vista; caracterizadas, muitas vezes, por relações metafóricas

O objetivo do Atlas Toponímico do Estado de São Paulo é a verificação das tendências motivadoras da toponímia paulista para o estabelecimento do modelo-padrão desses toponomásticos e, as circunstâncias do ato denominativo.

“Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; dessa forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada. Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência.” (SANTOS, 1988, p.62)

Tomo como nossa a proposição de Milton Santos, nosso trabalho é a análise e interpretação da ‘paisagem’<sup>17</sup> partindo sempre do denominador de lugar. Um dos objetivos dos Atlas Toponímicos é a interpretação do que é a vida nas diferentes regiões, “de seus funcionamentos específicos, de suas especializações, de suas relações, enfim, de seu arranjo particular” para chegarmos à totalidade do processo que a molda; para a compreensão da realidade total. “A relação social, por mais parcial ou mais pequena que pareça, contém parte das relações que são globais (“mais pequena” é escrito aqui no sentido hispânico de menor de todas).” (Ibid. p.57)

---

<sup>17</sup> Milton Santos entende paisagem como tudo o que nós vemos, o domínio do visível. Não é formada apenas por volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.(1988, p. 61).

Nossa pesquisa está inserida nesta sistemática metodológica e terminológica especializada do Projeto ATESP. Através do estudo do nome de lugares, objetivamos demonstrar as fontes motivadoras e o modelo-padrão dos denominativos na região definida pelos cinco reservatórios que compõem o Sistema Produtor do Alto Tietê.

Analizamos os acidentes físicos e os acidentes humanos numa perspectiva diacrônica (recoo histórico, etimológica), quando possível, e numa perspectiva sincrônica (que é a análise dos dados a partir da exclusão histórica), objetivando explicitar fatos pertinentes ao ato de nomeação. Entendendo que a “relação entre sincronia e diacronia cessa de constituir uma antinomia e a uma incompatibilidade se vem colocar uma complementaridade.”<sup>18</sup>

Seguimos o percurso semasiológico<sup>19</sup> na análise dos denominativos de lugar. Tratando-se de uma região que está sofrendo grandes modificações do espaço físico pela construção dos reservatórios, entendemos, que partindo do estudo dos topônimos concretamente manifestados, conseguiremos detalhar de forma mais clara as tendências da motivação toponímica e definir o padrão motivador da região.

É importante deixarmos claro que o percurso denominativo, o ato de dar nomes, é onomasiológico, isto é, as motivações anteriores ao ato de nomeação, externas ou subjetivas, se traduzem em topônimos das mais variadas origens. Não é nosso propósito buscar o motivo primordial da doação do nome. Pois, como explicita Dick (1990), o levantamento completo da origem de um determinado designativo necessita de um retorno ao passado histórico, por vezes muito difícil de ser desvendado, ou então, a intenção do nomeador quando dela não se tiver certeza plena conduz apenas a suposições, que não levam a conclusões objetivas.

---

<sup>18</sup> BONOMI, Andrea. Implicações filosóficas na antropologia de Lévi-Strauss. In: O Estruturalismo de Lévi – Strauss - Organização e Introdução de Luiz Costa Lima. 1970: 128.

<sup>19</sup> Semasiologia designa a abordagem que visa a partir dos signos mínimos (ou dos lexemas) à descrição das significações. (GREIMAS, 1979, p.402)

Nossa área de análise foi definida a partir de duas cartas geográficas fornecidas pelo DAEE<sup>20</sup>. Desses mapas, foram extraídas as unidades terminológicas base da nomenclatura de nosso estudo. Além dos acidentes físicos e antropoculturais, os mapas nos forneceram um outro tipo de designativo, designativo este que está inserido no universo das terminologias técnico-científicas da engenharia, como já foi explicitado anteriormente.

Entendemos o Sistema Produtor Alto Tietê como obra de engenharia, o homem modificando o espaço de convivência, os termos técnicos da engenharia inseridos nos mapas também devem ser analisados levando-se em conta as teorias da Terminologia e da Onomástica. Um dos propósitos de nossa pesquisa é definir se alguns desses vocábulos podem estar em percurso de toponimização, ou mesmo já ser considerado topônimo, pois dentro do contexto espacial das cartas geográficas, objeto de nosso estudo, alguns desses termos são também definidores de lugar.

Objetivando explicar de maneira mais clara o funcionamento do SPAT, trataremos de forma diferenciada desses vocábulos em capítulo posterior, denominado “Glossário dos termos dos acidentes construídos”, no qual procuramos esclarecer os conceitos definidores dentro de uma base de dados do universo cognoscível da engenharia, tendo o campo semântico da ‘construção de reservatórios para abastecimento de água’ como enfoque de nossos referenciais.

Optamos pelo método indutivo para a análise do corpus, pois partimos do estudo de cada topônimo em nível de palavra ocorrência para determinar o padrão geral de nomeação da região.

A região do Alto Tietê caracteriza-se principalmente pela grande quantidade de cursos de água. Os rios foram os precursores dos caminhos para a ocupação da região, principalmente o

---

<sup>20</sup> DAEE (Departamento de Água e Energia Elétrica) Mapa1, ano 1989, escala 1:100.00 ; Mapa2, ano 1991, escala 1:30.000.

rio Tietê, que segundo Dick (2002, p.165): “... o Tietê era e é o rio símbolo ‘da memória dos paulistas’ apesar da degradação ambiental que o urbanismo lhe acarretou”.

Portanto, além do Projeto ATESP, nosso estudo tem como suporte para a compreensão dos hidrônimos, o estudo de Dick (2002), *Caminho das Águas, povos dos rios – uma visão etnolingüística da toponímia brasileira*, em que a autora discorre sobre o papel mítico dos fluxos de água na formação étnico-cultural da sociedade brasileira.

#### 4.2. ESTABELECIMENTO DO CORPUS DE ANÁLISE E ESTUDO DAS CARTAS GEOGRÁFICAS

O corpus de análise foi estabelecido através dos dois mapas fornecidos pelo DAEE, como já mencionamos anteriormente. Deles extraímos as unidades terminológicas toponímicas, os nomes de cidades, distritos e bairros, os nomes de fluxos d’água, os nomes de reservatórios e as unidades terminológicas do campo semântico da engenharia.

Nos estudos toponímicos, a carta geográfica é o texto por excelência, procuramos contextualizar o material coletado ao espaço geográfico propriamente dito, por meio de estudos da região, buscando determinar o padrão motivador dos denominativos. A pesquisa historiográfica, bastante densa e complexa, foi realizada com o apoio do Comphap (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Artístico e Pedagógico de Mogi das Cruzes), do Departamento de Arqueologia da Universidade Brás Cubas e da Prefeitura de Salesópolis. A bibliografia específica, os documentos e sites pesquisados serviram de suporte às nossas proposições.

A documentação fornecida pelos órgãos responsáveis pela construção dos reservatórios foi fundamental também para esta contextualização. Contamos, para isso, com a colaboração de técnicos do DAEE e da Sabesp.

Como já explicitamos, a região do Alto Tietê é marcada pela grande quantidade de cursos de água, o rio Tietê e seus afluentes, rios, ribeirões, córregos e águas definem o perfil hidrográfico daquela região. Em nosso corpus, além dos principais rios que compõem o Sistema Produtor do Alto Tietê, rio Biritiba, rio Claro, rio Jundiaí, rio Paraitinga, rio Taiaçupeba Mirim e rio Tietê, constituintes direto dos reservatórios, outros fluxos de água elencados nas duas cartas geográficas, a maioria integrantes da bacia hidrográfica do Alto Tietê, são também parte de nosso estudo, compondo uma nomenclatura significativa para definir o modelo padrão da região.

As aglomerações urbanas, as cidades, os distritos e os bairros, constituintes de nosso corpus de análise, não serão detalhados em sua malha urbana neste primeiro momento. Em nossa perspectiva de estudo, esses denominativos são identificados como o lugar em que vive o homem, ou melhor, onde vivem as populações, e são, portanto, definidores do perfil etnolingüístico da região.

A sistematização de nossa nomenclatura foi dividida entre os três campos temáticos predominantes na área de pesquisa, a saber:

A - o campo dos acidentes urbanos: as cidades, os distritos, os bairros. Natureza antropocultural, A.H. (acidente humano).

B - o campo dos acidentes hidrográficos naturais: os rios, os ribeirões, os córregos, as águas. Natureza física, A.F. (acidente físico).

C - o campo dos acidentes hidrográficos construídos: os reservatórios. Natureza antropocultural, A.H. (acidente humano).

Apresentaremos o levantamento dos topônimos em ordem alfabética, de acordo com o campo temático a que pertencem. A localização das aglomerações urbanas e dos reservatórios foi definida de acordo com as cartas geográficas. Os cursos d'água, os rios, os ribeirões, os córregos, as águas configuram um percurso complexo, às vezes percorrendo vários municípios ou, mesmo, indo além da área de nossa pesquisa. Optamos por não situar esses acidentes geográficos nos municípios, entendemos esses topônimos como incorporados à região demarcada. O termo-entrada e a etimologia estão fundamentados no termo específico do sintagma toponímico. Os denominativos foram classificados de acordo com as categorias taxionômicas constituídas por Dick.

TABELA 1: LEVANTAMENTO DOS ACIDENTES URBANOS (A.H.): AS CIDADES, OS DISTRITOS, OS BAIRROS

Q	Topônimo	Tipo	Etimologia	Classificação	Localização
1	Barroso	A.H./ distrito	Português	Antropotopônimo	Mogi das Cruzes/S.P.
2	Biritiba Mirim	A.H./cidade	Tupi	Fitotopônimo	S.P.
3	Biritiba Ussú	A.H./distrito	Tupi	Fitotopônimo	Mogi das Cruzes/S.P.
4	Brás Cubas	A.H./ distrito	Português	Antropotopônimo	Mogi das Cruzes/S.P.
5	Jundiapéba	A.H./distrito	Tupi	Zootopônimo	Mogi das Cruzes/S.P.
6	Manuel Ferreira	A.H./distrito	Português	Antropotopônimo	Mogi das Cruzes/S.P.
7	Mogi das Cruzes	A.H./cidade	Tupi/Português híbrido	Zootopônimo	S.P.
8	Palmeiras	A.H./bairro	Português	Fitotopônimo	Suzano/S.P.
9	Parque das Varinhas	A.H./distrito	Português	Fitotopônimo	Mogi das Cruzes/S.P.
10	Salesópolis	A.H./cidade	Português/grego híbrido	Antropotopônimo	S.P.
11	Suzano	A.H./cidade	Português	Antropotopônimo	S.P.
12	Taiáçupeba	A.H./distrito	Tupi	Zootopônimo	Mogi das Cruzes/S.P.

TABELA 2: LEVANTAMENTO DOS ACIDENTES HIDROGRÁFICOS NATURAIS (A.F.): OS RIOS, OS RIBEIRÕES OS CÓRREGOS E AS ÁGUAS

Q	Topônimo	Tipo	Etimologia	Classificação
1	Acima, rio	A.F.	Port.	Cardinotopônimo
2	Açúcar, rio do	A.F.	Port	Ergotopônimo
3	Água Branca, ribeirão	A.F.	Port.	Hidrotopônimo
4	Água Comprida, córrego	A.F.	Port	Hidrotopônimo
5	Alegre, ribeirão do	A.F.	Port.	Animotopônimo / Antropotopônimo
6	Alhas <sup>21</sup> , rio dos	A. F.	Port.	Fitotopônimo
7	Araponga, córrego	A.F.	Tupi	Zootopônimo
8	Bracaia, ribeirão	A.F.	Tupi	Zootopônimo
9	Biritiba, rio	A.F.	Tupi	Fitotopônimo
10	Botujuru, ribeirão	A.F.	Tupi	Meteorotopônimo
11	Cabuçu, rio	A.F.	Tupi	Zootopônimo
12	Camburu, rio	A.F.	Tupi	Fitotopônimo
13	Canudos, rio dos	A.F.	Port.	Fitotopônimo
14	Capela, ribeirão da	A.F.	Port.	Hierotopônimo
15	Capinzal, córrego	A.F.	Tupi/Port.	Fitotopônimo
16	Capixinga, rio	A.F.	Tupi	Fitotopônimo
17	Claro, rio	A.F.	Port.	Cromotopônimo
18	Cocuera, rio	A.F.	Tupi	Sociotopônimo
19	Corvos, rio dos	A.F.	Port.	Zootopônimo
20	Cubatão, rio	A.F.	Port.	Sociotopônimo
21	Doce, rio	A. F.	Port.	Animotopônimo
22	Espigão Comprido, ribeirão do	A.F.	Port.	Geomorfotopônimo
23	Fazenda, córrego	A.F.	Port.	Sociotopônimo
24	Fornalha, ribeirão da	A.F.	Port.	Ergotopônimo
25	Gerebatiba, rio	A.F.	Tupi	Fitotopônimo
26	Guacá, ribeirão	A.F.	Tupi	Zootopônimo
27	Grande, ribeirão	A.F.	Port.	Dimensiotopônimo
28	Guaçu, rio	A.F.	Tupi	Dimensiotopônimo
29	Guaió, ribeirão	A.F.	Tupi	Zootopônimo
30	Guararema, ribeirão	A.F.	Tupi	Fitotopônimo
31	Guaratuba, rio	A.F.	Tupi	Zootopônimo
32	Ipiranga, ribeirão	A.F.	Tupi	Cromotopônimo
33	Itaguapé, rio	A.F.	Tupi	Litotopônimo
34	Itapanhaú, rio	A.F.	Tupi	Etnotopônimo
35	Itatinga, rio	A.F.	Tupi	Litotopônimo
36	Jaguareguava, rio	A.F.	Tupi	Etnotopônimo/Sociotopo.
37	João Pereira, rio	A.F.	Port.	Antropotopônimo
38	Jundiá, rio	A.F.	Tupi	Zootopônimo
39	Jundiázinho, rio	A.F.	Tupi/Port.	Zootopônimo
40	Jurubatuba, rio	A.F.	Tupi	Fitotopônimo
41	Lambari, ribeirão	A.F.	Tupi	Zootopônimo

Alhas: as folhas secas dos alhos.

42	Lavapés, córrego	A.F.	Port.	Somatotopônimo
43	Lima, córrego do	A.F.	Port.	Antropotopônimo
44	Lindeiro, córrego	A.F.	Port.	Cardinotopônimo
45	Maria Rosa, água da	A.F.	Port.	Antropotopônimo
46	Matadouro, córrego	A.F.	Port.	Sociotopônimo
47	Mogi, rio	A.F.	Tupi	Zootopônimo
48	Morais, córrego dos	A.F.	Port.	Antropotopônimo
49	Morroto, ribeirão dos	A.F.	Port.	Geomorfotopônimo
50	Negro, rio	A.F.	Port.	Cromotopônimo
51	Oropó, ribeirão	A.F.	Tupi	Antropotopônimo
52	Paraitinga, rio	A.F.	Tupi	Hidrotopônimo
53	Paraitinguinha, ribeirão	A.F.	Tupi/Port.	Hidrotopônimo
54	Parateí, ribeirão	A.F.	Tupi	Hidrotopônimo
55	Pedras, rio das	A.F.	Port.	Litotopônimo
56	Pequeno, ribeirão	A.F.	Port.	Dimensiotopônimo
57	Perequê, rio	A.F.	Tupi	Zootopônimo
58	Perequê, rio Mirim	A.F.	Tupi	Zootopônimo
59	Peroba, ribeirão	A.F.	Tupi	Fitotopônimo
60	Pico Agudo, córrego do	A.F.	Port.	Geomorfotopônimo
61	Pote, ribeirão do	A.F.	Port.	Ergotopônimo
62	Pium, córrego do	A.F.	Tupi	Zootopônimo
63	Putim, ribeirão	A.F.	Tupi	Zootopônimo
64	Quatinga, córrego	A.F.	Tupi	Fitotopônimo
65	Quilombo, rio	A.F.	Port.	Ecotopônimo
66	Sabino, córrego	A.F.	Port.	Antropotopônimo
67	Santa, água da	A.F.	Port.	Hagiotopônimo
68	São Bento, ribeirão	A.F.	Port.	Hagiotopônimo
69	Taboão, ribeirão	A.F.	Tupi	Litotopônimo/Ergotopônimo
70	Taiáçueba, ribeirão	A.F.	Tupi	Zootopônimo
71	Taiáçueba Mirim, rio	A.F.	Tupi	Zootopônimo
72	Taiáçueba Assú, ribeirão	A.F.	Tupi	Zootopônimo
73	Tietê, rio	A.F.	Tupi	Hidrotopônimo
74	Una, rio	A.F.	Tupi	Cromotopônimo
75	Varjão, córrego do	A.F.	Port.	Geomorfotopônimo
76	Vargem Grande, rio	A.F.	Port.	Geomorfotopônimo
77	Vermelho, rio	A.F.	Port.	Cromotopônimo
78	Volta Fria, rio	A.F.	Port.	Dirrematotopônimo/Geomorf.



TABELA 3: LEVANTAMENTO DOS ACIDENTES HIDROGRÁFICOS CONSTRUÍDOS (A.H.): OS RESERVATÓRIOS

Q	Topônimo	Tipo	Etimologia	Classificação	Localização
1	Biritiba, reservatório do	A.H.	Tupi	Fitotopônimo	Biritiba Mirim/S.P.
2	Jundiaí, reservatório do	A.H.	Tupi	Zootopônimo	Mogi das Cruzes/S.P.
3	Paraitinga, reservatório do	A.H.	Tupi	Hidrotopônimo	Salesópolis/S.P.
4	Ponte Nova, reservatório de	A.H.	Português	Hodotopônimo	Salesópolis/S.P.
5	Taiapuêba, reservatório do	A.H.	Tupi	Zootopônimo	Mogi das Cruzes/ Suzano/ S.P.

### 4.3. ANÁLISE DO CORPUS

#### 4.3.1. A INTENCIONALIDADE DO DENOMINADOR

Uma das peculiaridades de nossa área de pesquisa é a de que pudemos acompanhar a gênese de um processo denominativo; os reservatórios são construções recentes, o reservatório de Biritiba e o reservatório de Paraitinga completaram o processo de enchimento em 2006. Toda a estrutura de construção do SPAT pode ser verificada e consultada na sua totalidade. Os moradores locais ainda se lembram do ‘antes’ e do ‘depois’ da construção dos reservatórios. Um dos aspectos determinantes para a escolha dessa área foi justamente a dinâmica do novo, ou melhor, da transformação do espaço.

Verificamos que a construção das represas, de certo modo, não alterou o padrão denominativo da região. O impacto da modificação no espaço físico não está refletido no campo dos denominativos de lugar. Paraitinga, Biritiba, Jundiaí e Taiapuêba, nome de quatro dos cinco reservatórios, conservam os designativos de origem tupi do nome dos rios represados. Sabemos que os nomes de rios são os mais perenes de toda a história da humanidade.

“Qualquer que seja a origem Lingüística de seus topônimos, [os nomes de rios] trazem em si a mística das águas, maior que o tempo e a memória de épocas denominativas, revelando estágios de nomeação característicos. Deixam estes nomes de ser apenas signos arbitrários da língua, para se referencializar como ícones de uma memória vivenciada, porque subjacente em si a cosmovisão dos falantes e o sentido próprio que ela lhes confere.” (DICK, 2002)

Acreditamos que houve uma intenção consciente em preservar o padrão de nomeação existente na região conservando os designativos mais antigos. Os topônimos de origem indígena refletem parte da formação étnica da população local constituída desde o início da colonização, ou, podemos dizer, até antes da chegada do europeu. Talvez, alguns desses topônimos sejam originais das tribos que habitavam aquela região, como diz Dick (1990), são verdadeiros ‘fósseis lingüísticos’.

Explicitando o padrão denominativo dos reservatórios:

rio Paraitinga > reservatório de Paraitinga

rio Biritiba > reservatório de Biritiba

rio Jundiá > reservatório de Jundiá

rio Tietê > reservatório de Ponte Nova

Como podemos observar, o reservatório de Ponte Nova rompe o padrão denominativo dos outros reservatórios. O rio represado é o rio Tietê. Entendemos que a força mítica que esse rio incorpora na história do estado de São Paulo impediu que a represa recebesse o nome do rio.

O topônimo Ponte Nova justifica-se na seguinte explicitação: nos estudos iniciais para a construção da barragem de Ponte Nova, o eixo desta ficaria na estrada de acesso à Casa Grande, onde existia uma antiga ponte de madeira sobre o rio Tietê, ligando os municípios de Biritiba Mirim e Salesópolis. Essa antiga ponte foi substituída por uma ponte de concreto, a

qual ficou conhecida por Ponte Nova. Posteriormente, mudaram o local de construção da barragem, mas esta incorporou o nome da ponte do local onde teria sido construído o reservatório.

#### 4.3.2. A PRÓPRIA ORIGEM SEMÂNTICA DA DENOMINAÇÃO

A natureza significativa dos nomes de lugares revela, de modo transparente ou opaco, as procedências extralingüísticas, as quais refletem as particularidades geográficas do local e as particularidades sócio-culturais da população que habitou ou habita a região, numa perspectiva sincrônica e diacrônica.

Definiremos as etimologias dos topônimos de origem indígena procurando o significado desses denominativos, cuja língua, o tupi antigo, ou “Tupi Quinhentista, no dizer de Anchieta, foi a língua mais geral usada na costa do país, no Século XVI.” (DICK, 1990, p.70).

A partir desse pré-requisito, procuraremos definir os dois campos do mecanismo ou modos da doação de nomes do conjunto de nosso corpus de análise: o campo objetivo ou extrínseco (denotativo) e o campo subjetivo ou intrínseco (conotativo).

Apresentaremos os topônimos de origem indígena tupi em ordem alfabética priorizando o termo específico do sintagma toponímico. As etimologias foram fundamentadas nos estudos de Teodoro Sampaio<sup>22</sup>. Os denominativos de origem indígenas que se repetem e que são, prioritariamente, os nomes de cidades e de reservatórios, ou seja, os acidentes antropoculturais, não foram considerados. Os topônimos que sofreram acréscimos por afixos receberam uma nova entrada lexical, pois se trata de indicador de um outro lugar, e houve acréscimo de semas, o que determinou um novo lexema. O termo genérico foi mantido por ser

---

<sup>22</sup> SAMPAIO, Teodoro. O Tupi na Geografia Nacional. São Paulo, Editora Nacional, 1987.

um componente do topônimo. Havendo duas ou mais acepções possíveis, estas serão apresentadas.

Temos consciência da dificuldade pela busca da etimologia precisa, sendo o tupi antigo uma língua ágrafa, a documentação existente é reduzida e muito antiga, as interpretações são sempre alvo de questionamento, como diz Teodoro Sampaio (1987, p.173):

Nada mais ingrato nem mais exposto a controvérsia do que esse mister de interpretar palavras de uma língua, desaparecida ou que já não tem vida, diante de outra que a suplantou e lhe absorveu parte do vocabulário, como é o caso do tupi para com o português falado no Brasil.... Neste terreno das investigações lingüísticas, o imaginário e o hipotético, dando pasto amplo aos espíritos inventivos e imaginosos, aos que se sentem solicitados para as escavações difíceis, aos que se deixam seduzir pelos problemas de soluções transcendentais, deram já nascimento a um verdadeiro gênero literário.

#### 4.3.2.1. Etimologia tupi dos nomes de rios

1. **córrego Araponga:** (tupi) – Ara-ponga, alteração de guirá-ponga, o pássaro martelante, cujo canto soa como a pancada do martelo, o ferrador – **Zootopônimo**
2. **ribeirão Bracaiá:** (tupi) – Bracayá>Mbaracá-yá, o que chocalha, ou imita o som do maracá. É o nome de um gato montês – **Ergotopônimo/Zootopônimo**
3. **rio Biritiba:** (tupi) – Burí- tiba (Burí- palmeira conhecida/ tiba-abundância), abundância de biris – **Fitotopônimo**
4. **ribeirão Botujuru:** (tupi) – Ybytu-juru (Ybytu- vento/ Yurú>juru – a boca), a boca do vento – **Metereotopônimo**
5. **rio Cabuçú:** (tupi) – Cab-uçú (caba- a vespa / uçú-grande, considerável), o marimbondo – **Zootopônimo**
6. **rio Camburu:** (tupi) – Cambuy/ Caá-mboy, a planta ou folha que se desprende – **Fitotopônimo**

- 7. rio Capixinga:** (tupi) – Capitinga ( caapii, planta ou folha fina, a erva miúda/tinga, branca) – **Fitotopônimo**
- 8. rio Cocuera:** (tupi) –
- i. co -coéra (co- a roça, coêra- velho, antigo), a roça antiga – **Sociotopônimo**
  - ii. cogoêra (cog-êra, tragos, sorvos) – **Ergotopônimo**
- 9. rio Gerebatiba:** (tupi) – jirivá > jiribá (Yari-ybá, tipo de palmeira/tiba,abundância) o sítio dos jirivás – **Fitotopônimo**
- 10. ribeirão Guacó:** (tupi) –
- i. guaya-ó, a cova do caranguejo, o caranguejo – **Zootopônimo**
  - ii. goa-caá (Goa-vale/caá-vegetação,mato) o vale com vegetação – **Fitotopônimo.**
- 11. rio Guaçú:** (tupi) –
- i. cõo-açú > sua-çú >guaçú, veado, animal grande – **Zootopônimo**
  - ii. guaçú>açu> oaçú >uçú >guaçu, grande, grosso, largo – **Dimensiotopônimo**
- 12. ribeirão Guaió:** (tupi) – Guayó (Guáya-ó) a cova do caranguejo – **Zootopônimo**
- 13. ribeirão Guararema:** (tupi) – Guara-r-ema ,a madeira fétida, o pau d’alho – **Fitotopônimo**
- 14. rio Guaratuba:** (tupi) – guará-tyba (guará, o pássaro, a garça/ tyba, abundância) a passarada, garças em abundância – **Zootopônimo**
- 15. ribeirão Ipiranga:** (tupi) – Ypiranga (y: rio / piranga: vermelho), rio vermelho – **Cromotopônimo**
- 16. rio Itaguaré:** (tupi) – Itaguahy >taguahy > itagua-y,(Itagua’-o barreiro/ y-rio) o rio do barreiro – **Litotopônimo**
- 17. rio Itapanhaú:** (tupi) – tapuí-una (tapuí- o bárbaro/ una-negro) o negro africano – **Etnotopônimo**

18. **rio Itatinga:** (tupi) – ita-tinga (ita-pedra, tinga-branca) pedra branca – **Litotopônimo**
19. **rio Jaguareguava:** (tupi) – Yaguary-uara,(Yaguar- onça/ y-rio/ guara>uara, sufixo que indica procedência) os moradores do rio da onça – **Etnotopônimo**
20. **rio Jundiá:** (tupi) – Yundiá-y, o rio dos jundiás – **Zootopônimo**
21. **rio Jundiázinho:** (tupi+port) – Yundiá-y + sufixo diminutivo (port.), rio dos jundiás – **Zootopônimo**
22. **rio Jurubatuba:** (tupi) – Jeribatuba ,Yaribá-tyba (yaribá>jeribá-palmeira/tyba-abundância) o sítio do jeribá, o palmar de jeribá – **Fitotopônimo**
23. **ribeirão Lambarí:** (tupi) – lambary >Aramberi, peixinho de água doce semelhante à sardinha – **Zootopônimo**
24. **rio Mogi:** (tupi) – Mboy-gy,(Mboy-a cobra/ gy-rio) o rio das cobras – **Zootopônimo**
25. **ribeirão Oropó**<sup>23</sup>: (canela) – Oropó-kâ, nome próprio – **Antrotopônimo**
26. **rio Paraitinga:** (tupi) – Pará-hy-tinga (Pará-rio /hy-água/ tinga-branca) rio de água branca – **Hidrotopônimo**
27. **ribeirão Paraitinguinha:** (tupi/port) – Para-hy-tinga+(suf. port) – **Hidrotopônimo**
28. **rio Parateí:** (tupi) – Pará-ete-y(Pará-rio/etê-verdadeiro/y-água) rio de água verdadeira – **Hidrotopônimo**
29. **rio Perequê:** (tupi) – Pirá-ikê, o peixe entra, o estuário aonde o peixe entra para a desova, ou para comer – **Zootopônimo**

---

<sup>23</sup> Encontramos em Teodoro Sampaio a forma *Orocó* como denominativo de um monte nas margens do rio São Francisco. O autor considerou esta designação tapuia ou não originária do tronco tupi, p.176. Em nossas pesquisas, encontramos esse denominativo como vocábulo de origem canela (índios habitantes do Maranhão). Resolvemos mantê-la em nosso glossário por ser língua indígena.

- 30. rio Perequê Mirim:** (tupi) – Pirá-ikê, o peixe entra, o estuário aonde o peixe entra para a desova. Mirim, pequeno – **Zootopônimo**
- 31. ribeirão Peroba:** (tupi) – Iperoba/ Ypê- roba, a casca amargosa – **Fitotopônimo**
- 32. córrego do Pium:** (tupi) – Pium (Pi-u) o que pica ou morde, mosquito miúdo – **Zootopônimo**
- 33. ribeirão Putim:** (tupi) – Potim/ Po-ti, as mãos pontiagudas, o camarão, o crustáceo – **Zootopônimo**
- 34. córrego Quatinga:** (tupi) –
- i. Caá-t-enga, o mato ralo – **Fitotopônimo**
  - ii. Caá-tinga, o mato branco – **Fitotopônimo**
- 35. ribeirão Taboão:** (tupi) –
- i. Tauá, Tabuá -argila amarela – **Litotopônimo**
  - ii. Taboa, planta típica dos brejos – **Fitotopônimo**
- 36. ribeirão Taiapuêba:** (tupi) – tãiaçú-peba, (tãiaçú- porco do mato/peba- chato,baixo) o porco montês menor, o porquinho do mato – **Zootopônimo**
- 37. rio Taiapuêba Mirim:** (tupi) – tãiaçú-peba- Mirim( mirim-pequeno, miúdo); o porquinho do mato / pequeno – **Zootopônimo**
- 38. ribeirão Taiapuêba Assú:** (tupi) – tãiaçú-peba ussú(assú, Açú, guaçu-grande), o porquinho do mato/ grande – **Zootopônimo**
- 39. rio Tietê:** (tupi) – ty-etê-(Ty-rio/ etê-verdadeiro) rio bastante fundo, rio verdadeiro – **Hidrotopônimo**
- 40. rio Una:** (tupi) – Una - negro, preto – **Cromotopônimo**

#### 4.3.2.2. Verificação da tendência motivadora da nomenclatura

Procurando determinar o mecanismo motivador dos denominativos tópicos em nossa área de pesquisa, sistematizaremos a nomenclatura em nomes descritivos puros, nomes descritivos associativos (ou metonímicos) e descritivos subjetivos (também metafóricos). Nesta caracterização, incorporamos tanto os nomes de acidentes físicos, os rios, os ribeirões, os córregos e as águas, como o nome de acidentes antropoculturais, as cidades, os distritos os bairros e os reservatórios. A maior parte dos designativos componentes de nosso estudo são vocábulos de origem tupi, e a maioria deles descreve o habitat natural das populações que ocupavam a região; buscamos o padrão motivador desses designativos.

Teodoro Sampaio diz: “No tupi como de ordinário, os nomes de lugares são frases acabadas, traduzindo uma idéia, um episódio, uma feição característica dos lugares a que se aplicam; são, a bem dizer, verdadeiras definições do meio local” (1987:42)

De acordo com a conceituação de Stewart, descrita por Dick (1990), os nomes descritivos puros são aqueles que especificam uma qualidade genuína e inalienável entre o nome e o seu referente, salientando aspectos como cor, forma, dimensão, situação geográfica, portanto, características intrínsecas ao acidente geográfico. Porém, o autor esclarece que essa adequação entre nome e lugar não se dá, necessariamente, ao acidente como um todo unitário, muitas vezes, a presença do nomeador num só ponto qualquer do local bastará para que o aspecto observado seja extensivo ao conjunto todo, fato muito comum em muitos cursos d’água, objeto desta nomenclatura.

Os nomes descritivos associativos não descrevem o acidente em si, intrinsecamente, apenas os identificam através do significado de algo que a ele se associa. E os nomes associativos subjetivos, ou metafóricos, são aqueles em que as qualidades dos acidentes



geográficos são percebidas pelo denominador, segundo seu ponto de vista, de um modo positivo ou negativo.

**a) topônimos caracterizados como descritivos puros:**

- Quanto ao aspecto cromático: ribeirão Água Branca, rio Claro, rio Ipiranga, rio Negro, rio Paraitinga, rio Una, rio Vermelho.

- Quanto à dimensão: córrego Água Comprida, ribeirão do Espigão Comprido, ribeirão Grande, rio Vagem Grande.

A idéia de pequeno ou grande pode vir expressa através de sufixos *-ão* (aumentativo), *-inho* (diminutivo), ou os de origem tupi referentes a grande, *guaçu* e as variantes *-açu*, *-ussú*, e pequeno, *mirim*, com as variantes *-im* e *-i*:

Biritiba Mirim (A.H.), Biritiba Ussú (A.H.), rio Guaçú, rio Jundiázinho, ribeirão Paraitinguinha, rio Perequê Mirim, rio Taiapuêba Mirim, ribeirão Taiapuêba Assú, ribeirão Taboão, córrego do Varjão.

- Quanto à situação geográfica: rio Acima, córrego Lindeiro.

- Quanto a outros aspectos intrínsecos ao objeto descrito: rio Parateí, rio Tietê

Dick esclarece que, muitas vezes, os índices descritivos não denotam um valor absoluto em si mesmo e sim um valor relativo, é o que ocorre com os rios grandes em confronto aos pequenos, os morros altos em relação aos morros baixos, um rio localizado acima de outro, que se localiza mais abaixo, os “iguaçu” diante dos “imirim”. Portanto, ao lado dos descritivos puros existem os chamados descritivos relativos. Como exemplo de descritivo relativo em nossa nomenclatura, citamos os nomes de rios, *Perequê* e *Perequê Mirim*; a

existência do nome Perequê Mirim está em relação direta ao nome Perequê, que presume-se, seja maior que aquele.

**b) topônimos caracterizados como descritivos associativos:**

- rio do Açúcar, rio dos Alhas, córrego Araçonga, ribeirão Bracaiá, rio Biritiba, rio Cabuçú, rio Camburu, rio dos Canudos, córrego Capinzal, rio Capixinga, rio Cocuera, rio dos Corvos, rio Cubatão, córrego Fazenda, ribeirão da Fornalha, ribeirão Guacó, ribeirão Guaió, ribeirão Guararema, rio Guaratuba, rio Itaguaré, rio Jaguareguava, rio Jundiá, rio Jurubatuba, ribeirão Lambari, córrego Lavapés, córrego Matadouro, ribeirão dos Morrotes, rio das Pedras, rio Perequê, rio Peroba, córrego do Pico Agudo, ribeirão do Pote, córrego do Pium, ribeirão Putim, córrego Quatinga, rio Quilombo, ribeirão Taiaçupeba.

Os topônimos descritivos associativos são os que estabelecem de forma mais clara a integração homem/espaço; as relações entre o denominador e o objeto denominado são explicitadas por meio do designativo de lugar. Mesmo quando as condições do meio se encontram alteradas por fatos físicos ou uma ação humana, esses denominativos permanecem como testemunhos do habitat de gerações passadas. Em nossa nomenclatura, nos deparamos com denominativos de origem tupi, muitos deles, talvez, remanescentes do Tupi Quinhentista que, como observa Teodoro Sampaio (1987, p.178), esses denominativos de localidades “são de uma realidade descritiva admirável, revelando as feições características do objeto denominado, como produtos que são de impressões nítidas, reais, vivas.”

Os denominativos de caráter associativos, muitas vezes, estabelecem relações metonímicas entre o objeto denominado e o nome, configurando uma transferência semântica. Ao pensarmos na relação, denominador e espaço denominado, podemos dizer que, ao denominar um rio com o nome de um peixe que ocupa este rio, ou uma planta comum ao espaço próximo a este rio, o denominador, na verdade, está transferindo parte do conteúdo

semântico desses vocábulos, peixe ou planta, para o objeto denominado, no caso, o nome do rio. Explicitando melhor, quando analisamos o denominativo *rio Jundiá*, ou *rio dos jundiás*, sabemos que o vocábulo ‘*jundiá*’ transfere para o topônimo significados, ou melhor, semas próprios; compreende-se que neste rio haja muitos jundiás, ou é um rio apropriado para os jundiás. Assim se dá também com o denominativo *rio Biritiba* (ou *rio dos buris*), ou também com o designativo *rio das Pedras*, onde uma parte do rio, as *pedras*, ou os *biris*, que estão próximos ao rio, passam a designar o acidente geográfico como um todo. Podemos dizer que o todo, o rio, foi representado pela parte, jundiás, biris ou pedras.

A visão pessoal do denominador ou denominadores em relação ao lugar denominado configura o aspecto conotativo do signo toponímico. É esta visão que definirá as relações significativas (ou semióticas) entre o nome do lugar e o homem que ocupa e modifica esse lugar.

**c) topônimos caracterizados como descritivos associativos subjetivos, ou metafóricos:**

- rio Doce, ribeirão Botujuru, ribeirão Bracaiá

Nos topônimos descritivos subjetivos os aspectos conotativos do signo toponímico predominam sob os aspectos denotativos, a visão personalíssima do denominador prevalece no ato denominativo, muitas vezes, não havendo relação lógica entre o nome de lugar e o lugar.

No contexto de nossa nomenclatura, o adjetivo *doce*, como designativo de nome de rio, configura um ato denominativo associativo subjetivo. Ao designar um rio como *Doce*, entendemos que houve a intenção de transferir semas contextuais do adjetivo (o que é doce é bom, o doce em relação ao amargo é mais agradável, etc.) para o objeto designado, que indique aquele objeto como agradável, suave, tranquilo, bom, ou, explicitando melhor, um rio agradável, suave, tranquilo. Também podemos inferir sobre semas ligados ao sabor da água, o

que nos parece inverossímil, pois a região é repleta de rios e a água desses não deve ter um sabor mais adocicado que a de outros rios. Existe ainda a possibilidade de a justificativa ter sua origem num passado remoto, difícil de ser retomado; por exemplo, o rio ser próximo a uma rota de transporte de açúcar, sabemos da existência do rio do Açúcar constante em nosso corpus, são suposições difíceis de serem confirmadas.

No termo específico do topônimo *Botujuru*, podemos dizer que há metáfora marcada pela lexia *juru* (a boca, em tupi), estabelecendo, assim, uma relação de semelhança; uma abertura configurada como a boca, que propiciaria a passagem do vento.

O topônimo *Bracaiá*, de origem tupi, descreve o que imita o som do maracá ou o que chocalha. Entendemos ser esta acepção a mais adequada para descrever um curso d'água que, em algum ponto mais acidentado, pode reproduzir o som do maracá, ou o barulho de um chocalho. Nesse caso, temos uma transposição de semas por semelhança, portanto, uma relação metafórica.

De um modo geral, os topônimos descritivos, quer em sua forma pura, ou em relações associativas, quer ainda associativas metafóricas, revelam as características próprias do acidente nomeado, sugerindo ao pesquisador as causas naturais do acidente nomeado. (DICK, 1990)

**d) topônimos em que o aspecto descritivo não está vinculado ao acidente geográfico propriamente dito:**

Em nosso corpus, destacamos alguns denominativos que não estabelecem uma relação descritiva entre o lugar e o nome de lugar, a razão de ser destes designativos se encontra exclusivamente no homem, ou melhor, no denominador, e liga-se a um processo subjetivo de reflexão não havendo relação com o espaço geográfico propriamente dito; são denominativos comemorativos, ou que se traduzem em uma homenagem. Como não se enquadram nos

padrões descritivos do acidente geográfico, esses denominativos foram sistematizados segundo as taxionomias constituídas por Dick para melhor explicitarmos suas características:

**- os antropotopônimos:**

- Barroso (A.H.), Brás Cubas (A.H.) Salesópolis (A.H.), Suzano (A.H.) Manuel Ferreira (A.H.), rio do Alegre, rio João Pereira, córrego do Lima, água da Maria Rosa, córrego dos Morais, ribeirão Oropó.

Dick caracteriza dois modos de nomeação antroponímica. Primeiramente, o que pode ser chamado de nomeação espontânea, ou seja, o aparecimento de nomeação anônima, restringindo-se às cercanias da localidade, por não possuírem a força e o prestígio dos nomes históricos de projeção nacional.

Inseridos em nossa nomenclatura com essas características, encontram-se os antropotopônimos: Barroso (A.H.) Manuel Ferreira (A.H.), rio do Alegre, rio João Pereira, córrego dos Morais, água da Maria Rosa. A maioria desses é representada por nome de moradores locais, significativos apenas para a comunidade do lugar pelo que se pôde aferir.

Os nomes que indicam reverência a personalidades políticas e históricas do país caracterizam-se como o segundo modo de nomeação antroponímica, citamos:

- Brás Cubas (A.H.), homenagem a um dos primeiros povoadores e desbravadores da região.
- Salesópolis (A.H.), o nome, *Sales* (Manuel Ferraz do Campo Sales), acrescido da desinência *-polis*; homenagem ao presidente da república da época, que visitou a região.
- Suzano (A.H) nome do engenheiro construtor da estação ferroviária local, Joaquim Augusto Suzano Brandão.

**- os hierotopônimos ou topônimos de origem religiosa:**

De acordo com Dick, os topônimos de origem religiosa se enquadram entre aqueles em que a visão subjetiva do denominador está incorporada ao nome do lugar.

“Não se cogita, na toponímia de origem religiosa, da busca do equilíbrio e da [...] adequação entre nome e objeto nomeado [...]. Tampouco se pode dizer que a motivação, extrínseca à natureza do acidente, não o define nem se ajusta à normatividade do sistema onomasiológico. Apenas o fenômeno associativo é de outra ordem, porque centrado no doador, as circunstâncias locais pouco interferem na escolha desde que sua causa determinante se prende ao homem, às manifestações de seu espírito, à maior sensibilidade pelos fatos místicos, à sua crença e à sua fé. Forças anímicas, portanto, estimulam-no e condicionam-no em todas as manifestações existenciais, sejam artísticas, políticas, éticas ou filosóficas”.<sup>24</sup>

Em nosso corpus, registramos os seguintes hierotopônimos: córrego São Bento, água da Santa, ribeirão da Capela.

É importante notar que quanto ao aspecto semântico, que é o foco de nossa análise, os topônimos *água da Santa* e *córrego da Capela* podem admitir outras classificações. Se entendermos *Santa* como nome de pessoa, temos um antropotopônimo. E *Capela* pode ser enquadrado como um denominativo descritivo associativo.

Finalizamos reafirmando que, tanto nos antropotopônimos como nos hierotopônimos, as relações entre denominador e objeto denominado são relações conotativas, isto é, a visão pessoal do denominador ou dos denominadores é a que prevalece independente dos aspectos referentes ao espaço geográfico propriamente dito. Como não há relação descritiva entre nome de lugar e lugar, sugerimos que os antropotopônimos e os hierotopônimos possam ser configurados como índice baseado no conceito de indicador desenvolvido por Pierce.

---

<sup>24</sup> DICK, Maria Vicentina. Um estudo de hierotoponímia. In: Suplemento Cultural de O Estado de São Paulo. São Paulo, 10 de abril de 1977, nº26, p. 7.

### 4.3.3. ANÁLISE DOS DADOS

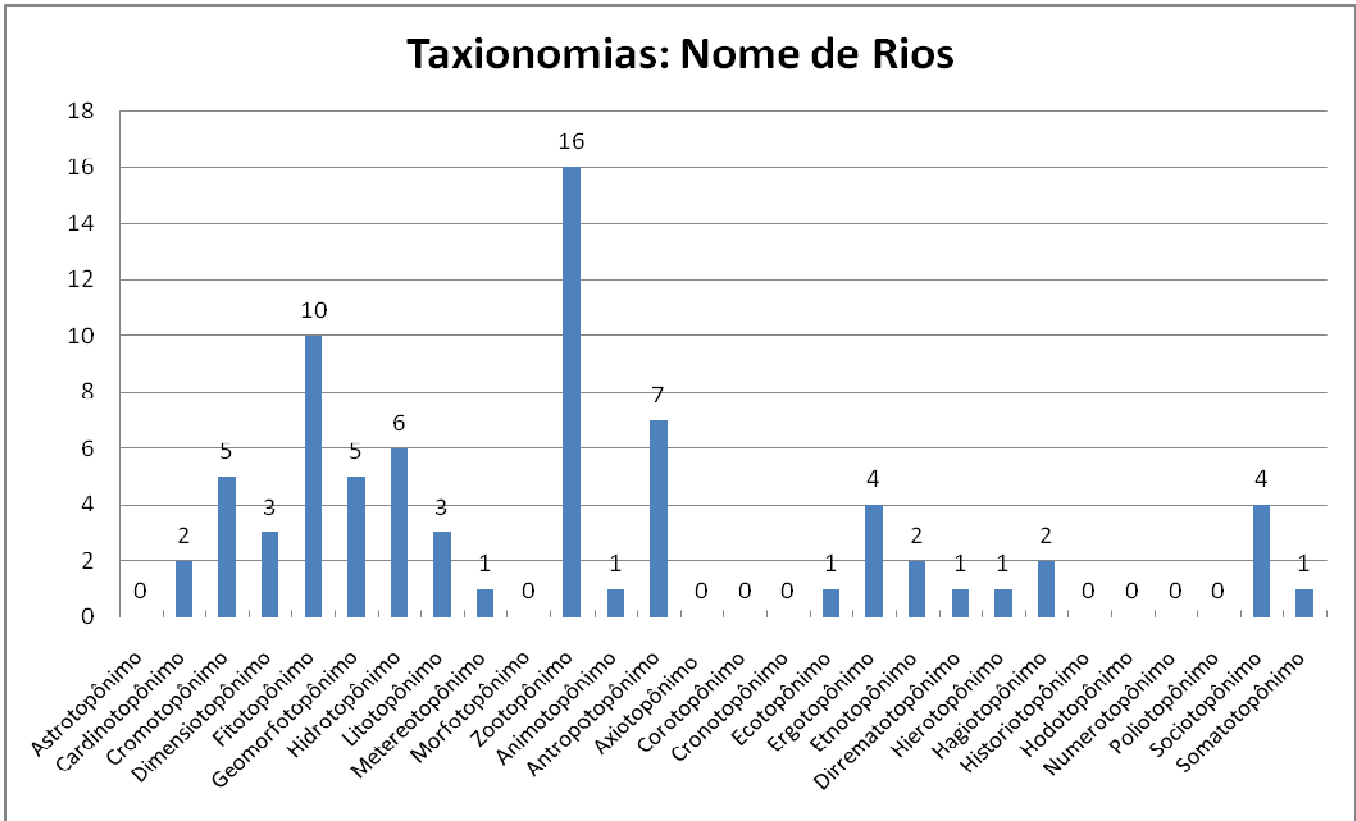


FIGURA 1: DISTRIBUIÇÃO DOS NOMES DE RIOS QUANTO ÀS TAXIONOMIAS

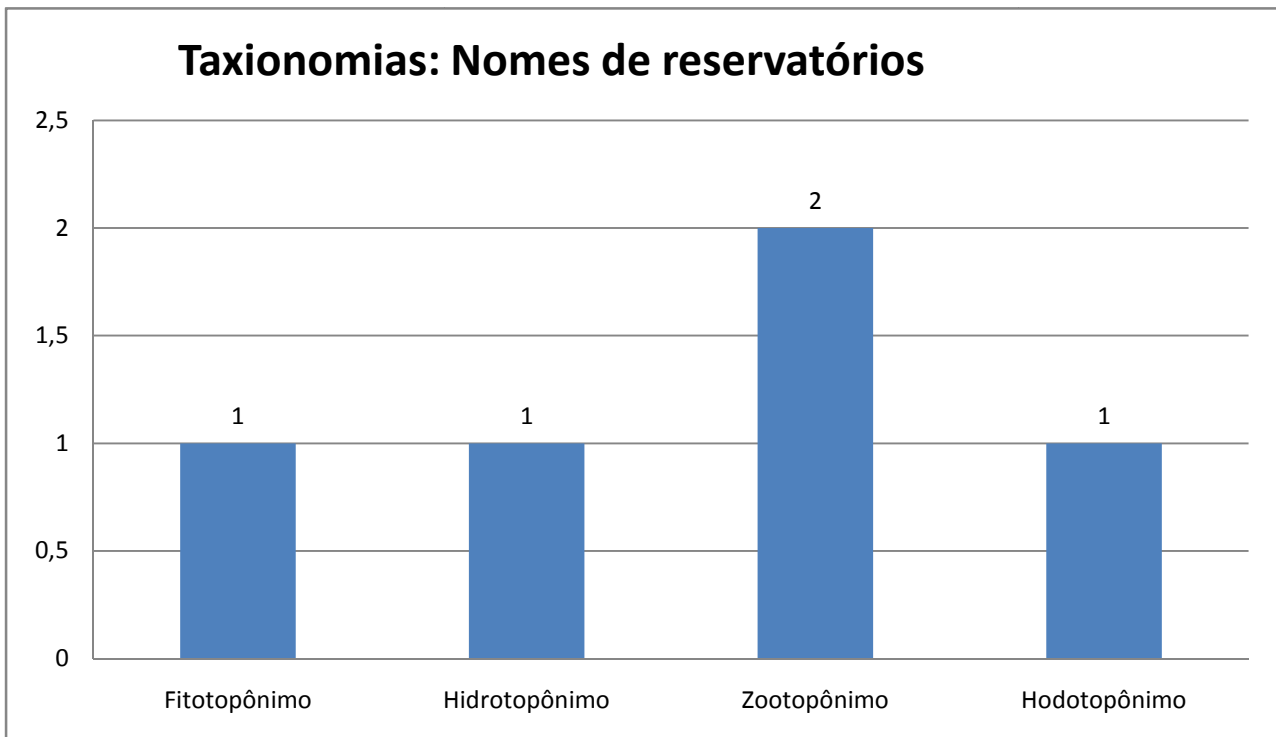


FIGURA 2: DISTRIBUIÇÃO DOS NOMES DE RESERVATÓRIOS QUANTO ÀS TAXIONOMIAS

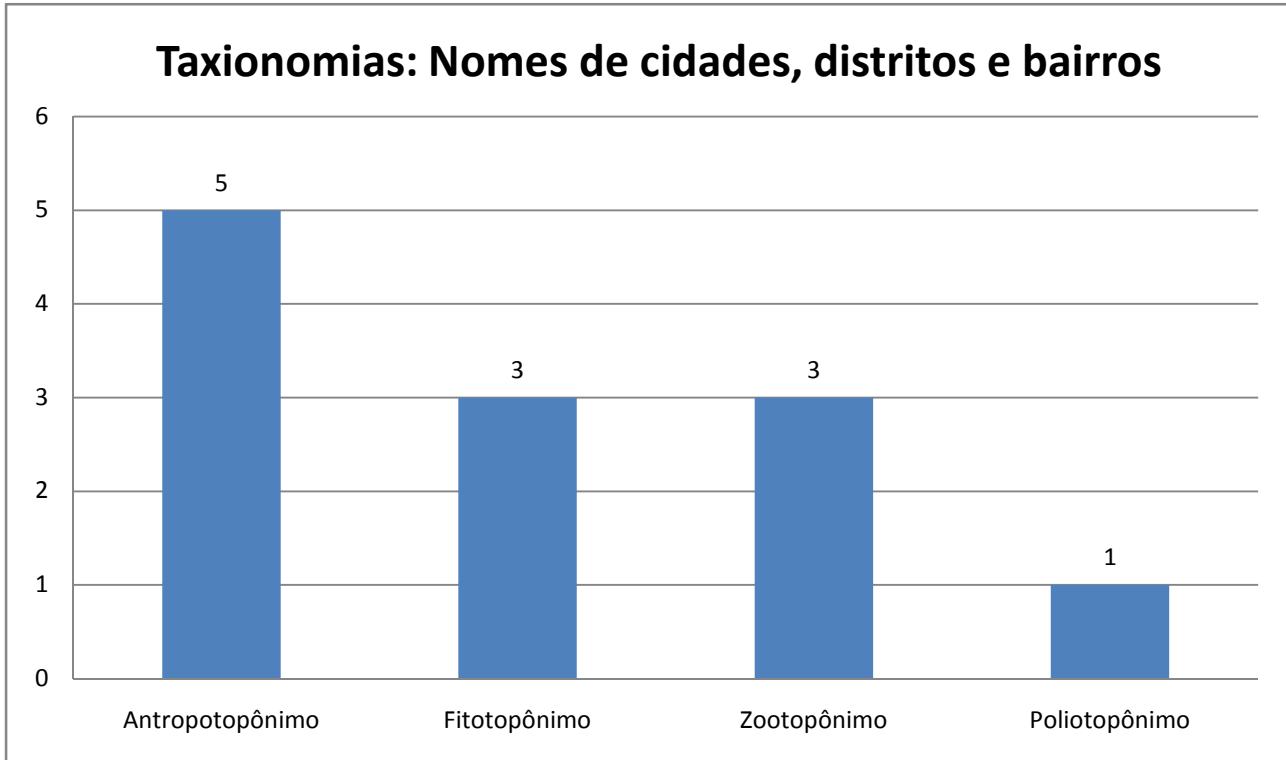


FIGURA 3: DISTRIBUIÇÃO DOS NOMES DE AGLOMERADOS URBANOS QUANTO ÀS TAXIONOMIAS

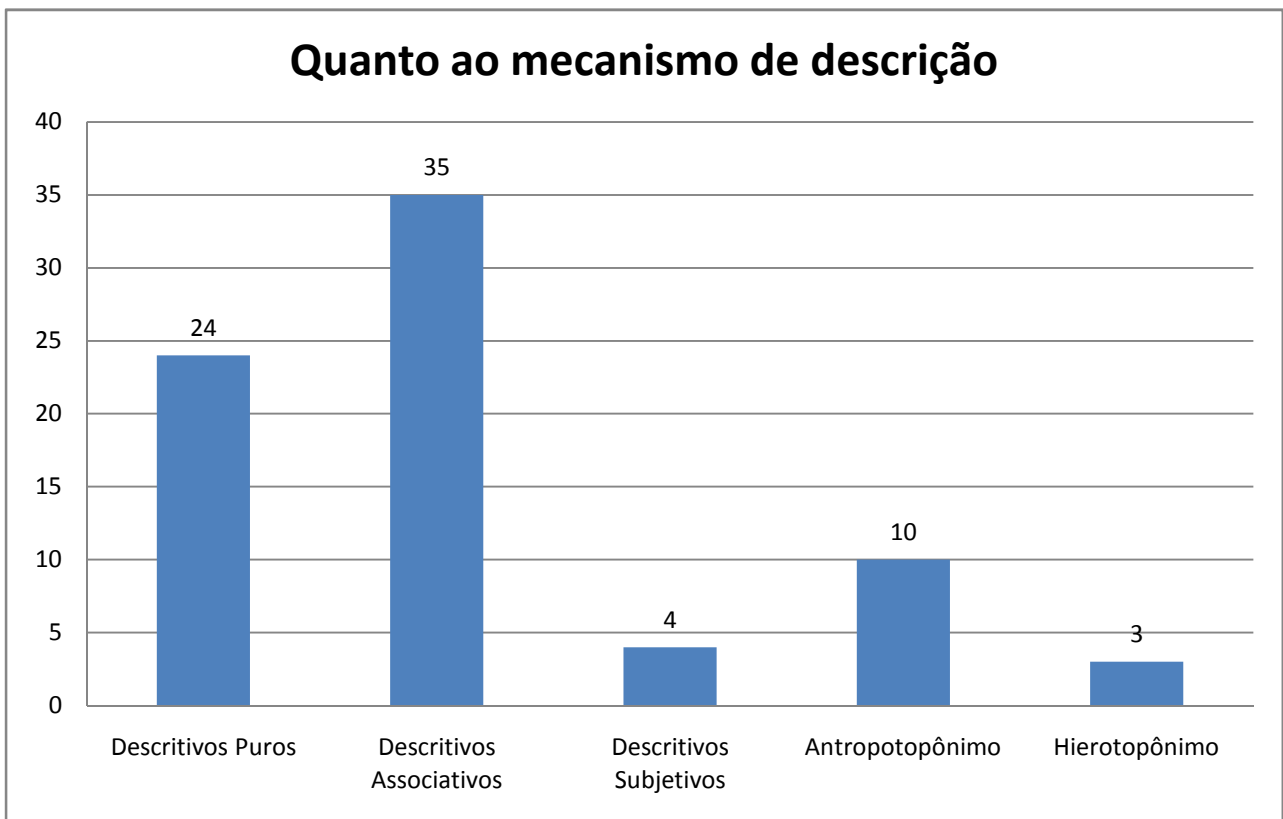


FIGURA 4: DISTRIBUIÇÃO DA NOMENCLATURA QUANTO AOS ASPECTOS DESCRITIVOS



Na análise dos gráficos, estabelecemos dois pontos de intersecção: o primeiro trata do cruzamento de dados relativos às categorias taxionômicas; o segundo refere-se à intersecção dos levantamentos entre taxionomias toponímicas e aspectos descritivos do mecanismo de nomeação. Objetivamos com este estudo estabelecer padrões de motivação toponímica em nossa área de pesquisa.

Nosso primeiro ponto de análise está relacionado ao cruzamento de dados entre as categorias taxionômicas dos acidentes físicos, os fluxos d'água e os acidentes antropoculturais, as aglomerações urbanas e os reservatórios. Percebemos, neste cruzamento, que a categoria zootoponímica seguida da categoria fitotoponímica são visivelmente predominantes nos nomes de rios e no de reservatórios, principalmente nos denominativos de origem indígena tupi. Nos designativos de aglomerados urbanos prevalecem os antropotopônimos. Dick diz que os acidentes ligados aos cursos d'água têm como índices motivadores preferenciais, ou campo semântico de maior ocorrência, as categorias zôos e fitotoponímicas. Esse dado está confirmado em nossa área de estudo, com o acréscimo de que os acidentes construídos, os reservatórios, mantêm este mesmo padrão. Como comentado anteriormente, acreditamos que tenha sido proposital a intenção em preservar os denominativos mais antigos.

Nas cidades, distritos e bairros, prevalecem os antropotopônimos, principalmente os nomes que indicam reverência a personalidades políticas e históricas (Salesópolis, Brás Cubas, Suzano). Essa tendência talvez se mantivesse se estivéssemos estudando a malha urbana, os nomes de rua costumam ser, em sua maioria, antropônimos que homenageiam personalidades relevantes.

Quanto ao mecanismo de descrição dos denominativos de lugar, percebemos, ao analisarmos os gráficos, a predominância dos designativos descritivos associativos seguidos

dos descritivos puros. Nosso corpus é constituído, em sua maioria, de nomes de fluxos de água e, costumeiramente, esses denominativos estão arraigados ao local e refletem circunstâncias típicas, ou do próprio acidente, ou dos locais que percorrem, incorporando ao nome os elementos regionais característicos. Portanto, essa é uma das justificativas da predominância dos descritivos associativos e descritivos puros.

Ao cruzarmos os dados, taxionomias e mecanismos descritivos, percebemos serem as categorias taxionômicas constituídas por Dick um instrumento que define com mais clareza a natureza semântica dos denominativos de lugar. É interessante pensar que os dois mecanismos de classificação se completam, o número de denominativos descritivos associativos e puros é quase o mesmo que o número de zôos, fitotopônimos, e aqueles que descrevem o local por suas características intrínsecas. São, portanto, processos em que as relações denominador e lugar denominado estão intimamente interligadas.

É importante compreendermos o designativo de lugar em toda a sua complexidade enquanto inserido no sistema dos signos lingüísticos, mas, para uma sistematização ampla como a pretendida pelo Projeto ATESP, as taxionomias definem com muito mais clareza os campos semânticos das motivações toponímicas.

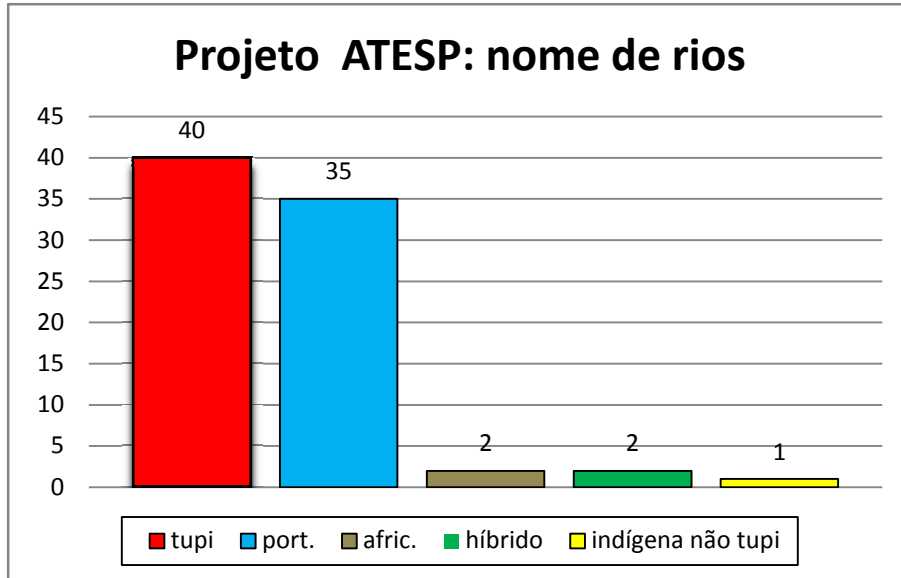


FIGURA 5: NOMES DE RIOS, TABULAÇÃO SEGUNDO O PROJETO ATESP

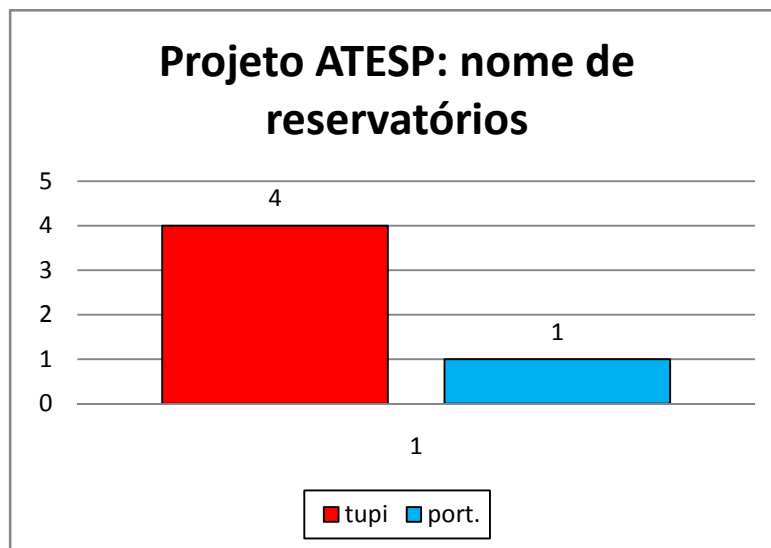


FIGURA 6: NOME DE RESERVATÓRIOS, TABULAÇÃO SEGUNDO O PROJETO ATESP

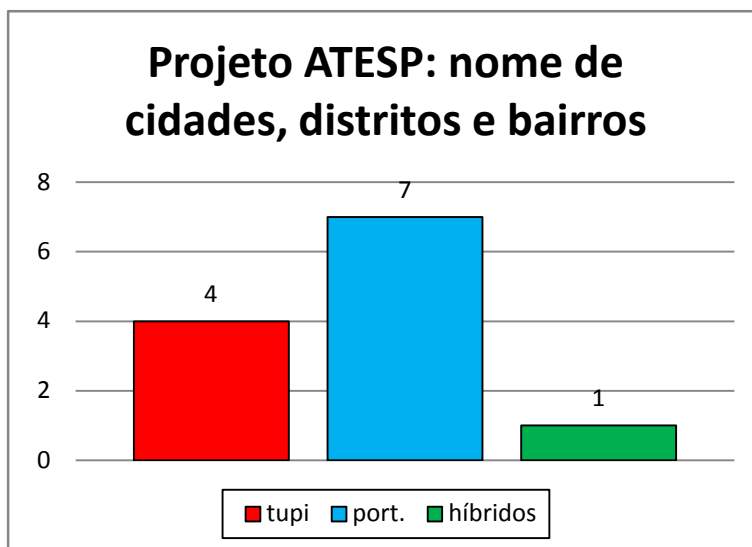


FIGURA 7: NOME DE AGLOMERADOS URBANOS, TABULAÇÃO SEGUNDO O PROJETO ATESP

Concluimos esta análise apontando duas proposições: primeiro, o predomínio de topônimos de origem tupi nos nomes de rios, afluentes do Tietê, principalmente a leste de São Paulo, figurando como testemunhos da língua geral paulista falada por toda a população indígena e não indígena entre os séculos XVI e XVII.

A segunda proposição que pudemos observar é que, na maioria dos nomes de rios de origem não indígena, o mecanismo descritivo de nomeação prevalece. Há uma ligação estreita entre o denominador e o local denominado, mantendo, assim, o padrão dos denominativos de origem indígena. Configurados como vocábulos do português, semanticamente exercem também a função descritiva do objeto, ‘a coisa’, que representam:

- rio Claro: o termo específico ‘Claro’ pressupõe que a cor das águas desse rio, em oposição a de outros rios da região, tenha uma transparência maior.
- rio Grande: o termo específico ‘Grande’ seria um indicativo do tamanho físico desse rio, também em relação a outros rios.

Nos próximos capítulos, procuraremos analisar separadamente os três campos semânticos elencados em nosso corpus; primeiramente os aglomerados urbanos, em seguida os cursos d'água e, por último, o complexo dos reservatórios, detalhando parte da historiografia de cada uma dessas categorias, objetivando contextualizar, no tempo e no espaço, cada conjunto de elementos focados em nossa pesquisa.

#### 4.4. A FICHA LEXICOGRÁFICO - TOPONÍMICA

A ficha Lexicográfico-Toponímica, como instrumento de transcrição do material coletado, é suporte para o levantamento da localização geográfica do topônimo, da sua estrutura morfo-léxica, das fontes bibliográficas, dos campos de motivação semântica pelas taxinomias, enfim, é através da classificação do topônimo pela ficha lexicográfica que o percurso da relação simbólica, lugar/ nome/ pessoa, ficará mais claro dentro dos contextos enunciativos.

Adotamos o modelo de ficha elaborado por Dick (2004), pois entendemos ser o mais adequado ao propósito de nossa pesquisa, que é a análise das motivações toponímicas. Dos 95 topônimos constantes de nosso corpus, apresentaremos, de forma detalhada em fichas lexicográfico-toponímicas, três topônimos representantes dos três diferentes tipos de acidentes que constituem o universo de nossa pesquisa, um nome de cidade, um nome de rio e um nome de represa. Procuramos, dessa forma, elucidar a importância do uso de fichas para a sistematização da pesquisa toponímica. Entendemos não ser necessária a apresentação de todas as fichas preenchidas, as quais são parte fundamental de nossa pesquisa.

<b>Localização:</b>
<b>Topônimo:</b>
<b>Acidente Geográfico:</b>
<b>Taxionomia:</b>
<b>Etimologia:</b>
<b>Entrada Lexical:</b>
<b>Estrutura Morfológica:</b>
<b>Histórico:</b>
<b>Informações Enciclopédicas:</b>
<b>Contexto:</b>
<b>Fonte:</b>
<b>Pesquisador:</b>
<b>Revisor:</b>
<b>Data:</b>

Os componentes da ficha lexicográfico-toponímica são característicos dos estudos toponímicos:

**Localização:** dado referente à localização geográfica do A.F. (acidente físico) ou A.H. (acidente humano). Em nossa pesquisa, refere-se ao município ou, quando se trata de um município, refere-se à Unidade da Federação.

**Topônimo:** o nome do A.F. ou A.H. propriamente dito. Nesse item, o termo específico é que determina o nome.

**Acidente Geográfico:** este campo especifica o tipo de acidente (cidade, distrito, rio, ribeirão, córrego, reservatório, etc.).

**Taxionomia:** são as taxes constituídas por Dick, as quais permitem classificar os topônimos, do ponto de vista semântico, partido de sua natureza física ou antrop-cultural.

**Etimologia:** o estudo da origem da palavra por meio da análise de seus elementos constituintes, procurando, quando possível, a gêneses do significado.

**Entrada lexical:** o topônimo, o elemento lingüístico de base. A designação principal.

**Estrutura morfológica:** descrição no plano morfológico do topônimo, caracterizando-o em unidades mínimas de significação – morfemas lexicais e morfemas gramaticais.

**Histórico:** parte da historiografia do lugar, principalmente dos municípios, onde encontramos dados confiáveis fornecidos pelas prefeituras.

**Informações enciclopédicas:** constituem-se de informações complementares coletadas em meios não-oficiais.

**Contexto:** procuramos transcrever de forma literal o texto onde o topônimo foi citado.

**Fonte:** a principal fonte em nossa pesquisa são os mapas fornecidos pelo DAEE; estudos relativos à pesquisa etno-toponímica desenvolvidos por Dick sustentaram nossa análise além dos dados coletados no percurso deste estudo.

**Pesquisador:** o próprio autor da pesquisa.

**Revisor:** Dick.

**Data:** quando os dados foram coletados.

## b) modelo de ficha lexicográfico-toponímica: nome de cidade:

<b>Localização:</b> estado de São Paulo
<b>Topônimo:</b> Mogi das Cruzes
<b>Acidente Geográfico:</b> Cidade/ acidente humano (AH)
<b>Taxionomia:</b> Zootopônimo/ Cardinotopônimo <sup>25</sup>
<b>Etimologia:</b> Mogi: do tupi> Mboy-gy> Boigy: rio das cobras (das) Cruzes: do latim> crux>cruci: antigo instrumento de suplício
<b>Entrada Lexical:</b> Mboy -gy / ( Mogi das Cruzes)
<b>Estrutura Morfológica:</b> sintagma composto: tupi (subst.+subst.) + conectivo (prep. + art. fem. pl.) + port. (subst. +pl.). Topônimo híbrido(tupi + português)
<b>Histórico:</b> Primeiro nome: 1560, Boigy, nome de aldeia indígena; 1561, Braz Cubas adota o nome Boigy às terras que lhes são dadas em sesmaria; 1611, Vila de Santana das Cruzes de Mogy Mirim (pelo costume de se adotar o nome do santo padroeiro), 1671, é criado o município de Mogi das Cruzes (cruzes pelo costume de sinalizar os limites com cruzes)
<b>Informações Enciclopédicas:</b> Fundador: Gaspar Vaz. /Localização: região leste da Grande São Paulo./ População: 372.419 (IBGE -2006)
<b>Contexto:</b> “Mogi das Cruzes está situada em local privilegiado” (www.pmmc.com.br)
<b>Fonte:</b> Mapa1 (DAEE,1:100.000, 1989) Mapa2 (DAEE,1:30.000,1991), Dick (2004); Grinberg, Isaac (1961); Nascentes, Antenor (1932); Sampaio, Teodoro (1987); Abid Neto in Boigy (1988); Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, 2007
<b>Pesquisador:</b> Edelsvitha
<b>Revisor:</b> Dick
<b>Data:</b> 2007

## c) modelo de ficha lexicográfico-toponímica: nome de rio:

<b>Localização:</b> Mogi das Cruzes/Suzano
<b>Topônimo:</b> Taiapuêba Mirim
<b>Acidente Geográfico:</b> rio./ acidente físico (AF)
<b>Taxionomia:</b> zootopônimo
<b>Etimologia:</b> do tupi: Tãicú > porco do mato/ peba>chato, baixo, de pouca estatura/ Mirim> pequeno
<b>Entrada Lexical:</b> Tãiaçú /peba - Taiapuêba Mirim, rio
<b>Estrutura Morfológica:</b> sintagma composto: (subst. + morf. lexical) + (morf. lexical diminutivo)
<b>Histórico:</b>
<b>Informações Enciclopédicas:</b>
<b>Contexto:</b> “Nesse percurso da Estrada Real do Guaió, próximo da cabeceira do rio Taiapuêba Mirim, uma passagem vai sendo conhecida desde os fins do século XVII”. (www.camarasuzano.sp.gov.br)
<b>Fonte:</b> Mapa1(DAEE, 1:1000.000, 1989). Mapa2(DAEE, 1:30.000,1991) Dick (2004); Sampaio, Teodoro (1987); Tibiriça,Luiz Caldas (1997)
<b>Pesquisador:</b> Edelsvitha
<b>Revisor:</b> Dick
<b>Data:</b> 2007

<sup>25</sup> O termo ‘Cruzes’ foi classificado como cardinotopônimo, pois neste caso, é um referente de lugar, indica localização como apontou os dados historiográficos.



## c) modelo de ficha lexicográfica-toponímica: nome de reservatório:

<b>Localização:</b> Salesópolis/S.P.
<b>Topônimo:</b> Paraitinga
<b>Acidente Geográfico:</b> reservatório/ acidente humano (AH)
<b>Taxionomia:</b> hidrotopônimo
<b>Etimologia:</b> do tupi - para, rio/ y, água /tinga, branca> o rio de águas brancas ou, de águas claras
<b>Entrada Lexical:</b> Para-y –tinga - Paraitinga,reservatório do
<b>Estrutura Morfológica:</b> (subs + subs+ adj. )
<b>Histórico:</b> início do desmatamento, 2003; enchimento, 2006; capacidade, 35,0 milhões/ m <sup>3</sup>
<b>Informações Enciclopédicas:</b> DAEE (Departamento de Água e Energia Elétrica), Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo)
<b>Contexto:</b> “As obras de construção do reservatório do Paraitinga faz parte do escopo do SPAT, sendo um dos componentes do sistema.” (DAEE)
<b>Fonte:</b> Mapa1(DAEE, 1:100.000,1989), Mapa2(DAEE,1:30.000,1991),Dick (2004); Sampaio, Teodoro (1987); Tibiriçá, Luiz Caldas (1997)
<b>Pesquisador:</b> Edelsvitha
<b>Revisor:</b> Dick
<b>Data:</b> 2007

## 5. O NOME DAS CIDADES E DISTRITOS: ESTUDO HISTÓRICO

*“Ao redor desta Villa  
Estão quatro aldeias de gentio amigo  
Que os padres da Companhia doutrinam  
Fóra outro muito  
Que cada dia desce do sertão”*

(*Pau Brasil*, Oswald de Andrade, 1925)

Descreveremos parte da historiografia das cidades e distritos que compõem o nosso corpus de análise. Sabemos que existe uma relação íntima entre o ato denominativo e a história do lugar; como afirma Dick (1990):

“[...] o que anima o espírito das denominações é a faculdade inerente de praticar uma função de registro do momento vivido pelas civilizações. Uma vez exercida a atividade documental que perseguem, fecham-se em torno do ato acabado que, a partir de então, deve ser imutável.”

Este capítulo objetiva a busca pelo registro ‘imutável’ de denominativos que ficaram ‘esquecidos’ desde a formação das primeiras comunidades ou, até mesmo, antes disso.

Foi feito um levantamento histórico dos principais aglomerados urbanos constantes de nosso corpus de análise, tendo Mogi das Cruzes como ponto central desta pesquisa. Essa região caracteriza-se por uma ocupação datando dos primórdios da colonização. Portanto, nos deparamos com uma historiografia complexa e muito antiga. Felizmente, a existência de pesquisa séria e documentação valiosa desenvolvida por historiadores da região foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Na delimitação de nossa área de estudo, além das cidades, encontramos importantes distritos e bairros que determinam o perfil urbano da região. Neste primeiro momento, fizemos o levantamento historiográfico somente daqueles denominativos que consideramos significativos para a fundamentação de nossa proposta de trabalho. Já coletamos material para

dar continuidade aos estudos conclusivos de nossa pesquisa, na qual, procuraremos definir também a malha urbana da região.

### 5.1. MOGI DAS CRUZES

Não é fácil pensar no Brasil do final do século XVI, mas é nesse tempo que devemos começar a contar a história de “Boigy”. Um período em que a unidade nacional era inexistente. Cada “lugarejo” era governado de acordo com a realidade local. Havia uma grande insuficiência de a máquina administrativa metropolitana atuar num território imenso como o Brasil. A grandiosidade territorial explica a diversidade refletida até hoje na realidade nacional. Mogi das Cruzes, como a 17ª vila criada em todo o Brasil, no ano de 1611, segundo Aroldo de Azevedo<sup>26</sup>, está inserida nesse contexto, com características próprias de “huma villa de serra asima”<sup>27</sup>. Diferentemente da Vila de São Paulo de Piratininga, Mogi se apresentava como lugar de enorme isolamento.

Para estudar essa região, devemos entender sua estrutura social e política, visando resgatar sua formação cultural.

Nos cem primeiros anos da colonização, as Câmaras Municipais detêm um poder que asfixiava o poder central. Isso se dá pela fraqueza da máquina administrativa metropolitana em atuar num território imenso como o Brasil, inculto e com uma escassa povoação. O poder dos senhores latifundiários, isolados nos confins do Atlântico, não podia ser enfrentado pela metrópole, que passava por uma quase derrocada de suas atividades mercantis. Algumas Câmaras alcançaram tal poder, que passaram a ter representação em Portugal, interferindo,

---

<sup>26</sup> AZEVEDO, Aroldo. Vilas e Cidades do Brasil Colonial – Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva, Boletim da FFCL da USP, nº208, S. Paulo, 1956.

<sup>27</sup>CAMPOS, Jurandyr Feraz de. Santana das Cruzes de Mogy; huma Villa de Serra aSima, São Paulo, 1978.

inclusive, na nomeação de governadores. Era uma situação vantajosa para Portugal, pois deixava nas mãos dos colonos a exploração da região, sem onerar o cadastro erário régio.

Nesse Brasil, não existia ainda uma unidade administrativa a não ser na denominação. Em cada região, um governo quase que autônomo, dividia o território em diversos países, sendo que a característica comum era um poder tirânico e aproveitador, focado no interesse dos senhores rurais, excluindo do processo político a participação de qualquer outro indivíduo que não pertencesse à restrita aristocracia latifundiária. Durante fins do século XVI e meados do século XVII, as Câmaras Municipais atingem o auge de sua força, como meio de poder local e autonomia administrativa.

A alteração desse quadro teve início quando Portugal, decadente nas atividades mercantis com o Oriente, e refém do domínio Espanhol, iniciou a exploração mineradora no interior centro-sul da colônia, no final do século XVII. Esse seria o início do reerguimento da metrópole. Para assegurar para si os lucros dessa nova e tão sonhada atividade, pratica a opressão fiscal e política, intervindo na administração local e recuperando seu poder enfraquecido em detrimento do poder local das Câmaras Municipais. Enquanto Portugal não possuía formas ou forças para implantar aqui seus interesses, deu total autonomia para que a aristocracia rural excedesse em suas atribuições. A partir do momento em que recuperou suas forças, reduziu a zero as atribuições do senhorio patriarcal, consolidando, a curto e médio prazo, o poder real no Brasil. A coroa passa a controlar, cuidadosamente, entre outras coisas, as Câmaras Municipais.

O temor lusitano de que a colônia brasileira, única fonte de seu parasitismo, crescesse por conta própria, faz desenvolver através de seu governo uma política opressiva em todos os sentidos.

É nesse contexto histórico que tem início a povoação de Mogi das Cruzes. O movimento das Bandeiras, na busca pela expansão territorial, na procura de riquezas minerais e na preação de gentios, é parte desse percurso histórico. Esses acontecimentos, característicos dos primórdios do desbravamento do interior do Brasil, constituem a gênese da ocupação de Mogi.

Há entre os pesquisadores controvérsias quanto ao nome do fundador da cidade. Brás Cubas é citado como o primeiro morador da região, porém existe documentação comprovando ter sido Gaspar Vaz o fundador. Oficialmente, a Prefeitura de Mogi adotou o nome de Gaspar Vaz como o primeiro povoador.

Frei Gaspar da Madre de Deus<sup>28</sup>, baseado em estudos de documentação da época, conclui ter sido Gaspar Vaz o primeiro povoador da vila de Sant'Ana de Mogi. Essa afirmação está fundamentada em um pedido de sesmaria, onde o próprio Gaspar afirma ter sido ele mesmo o primeiro povoador da localidade:

“Da vila de Sant'Ana de Mogi foi povoador Gaspar Vaz e da dita vila para Bertioiga havia caminho. Que Gaspar Vaz povoaou esta vila consta por outra sesmaria concedida ao mesmo pelo dito Capitão, na qual este confessa ter ele sido o primeiro povoador dela, e por este serviço lhe deu de sesmaria as terras que pedia aos 8 de outubro de 1625, a qual se acha registrada no livro 7º, fls. 9.”

Azevedo Marques<sup>29</sup> atribui a Brás Cubas a fundação de Mogi, quando este recebe sua sesmaria de Santos para o sertão, em 1560, situada onde antigamente se chamava *Itaisipé*, na encosta da serra do mar, e hoje se chama *Taiassupeba*. A documentação do período, o foral e algumas atas da Câmara, deixam claro que o povoamento se iniciou na virada do século XVI, e que Gaspar Vaz teve, nesse processo, uma função importante, como primeiro povoador e

---

<sup>28</sup> GASPAR da Madre de Deus. Notas Avulsas sobre a História de São Paulo - publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, V.I, 1899-1900, p.190, In: Boigy, Cadernos da Divisão do Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal 1988, n.1, p. 6 a 10.

<sup>29</sup> MARQUES, Manuel Eufrázio de Azevedo. Apontamentos Históricos e Geográficos, São Paulo, Biblioteca Histórica Paulista, 1953, Tomo II, p. 119.

não como fundador. Não foi ele para a região com o objetivo de fundar alguma coisa, e sim, de passagem, quando iniciou a construção do “*novo caminho do mar*”, estabelecendo-se, então, no local com sua família. Nessas fontes, não há referência a Brás Cubas e nem a data de 1560. Comemora-se, em 1º de setembro de 1611, a elevação à Vila.

A primeira referência que temos de Mogi encontra-se em um mapa da Capitania de São Vicente abrangendo o período de 1533 a 1579, “*Capitania de São Vicente, parte do Brasil, com outros lugares adjacentes*” atribuído à Teodoro Sampaio<sup>30</sup> No rol desses lugares, elenca-se Boigy, como acampamento de índios, não identificados, na sua grande maioria.

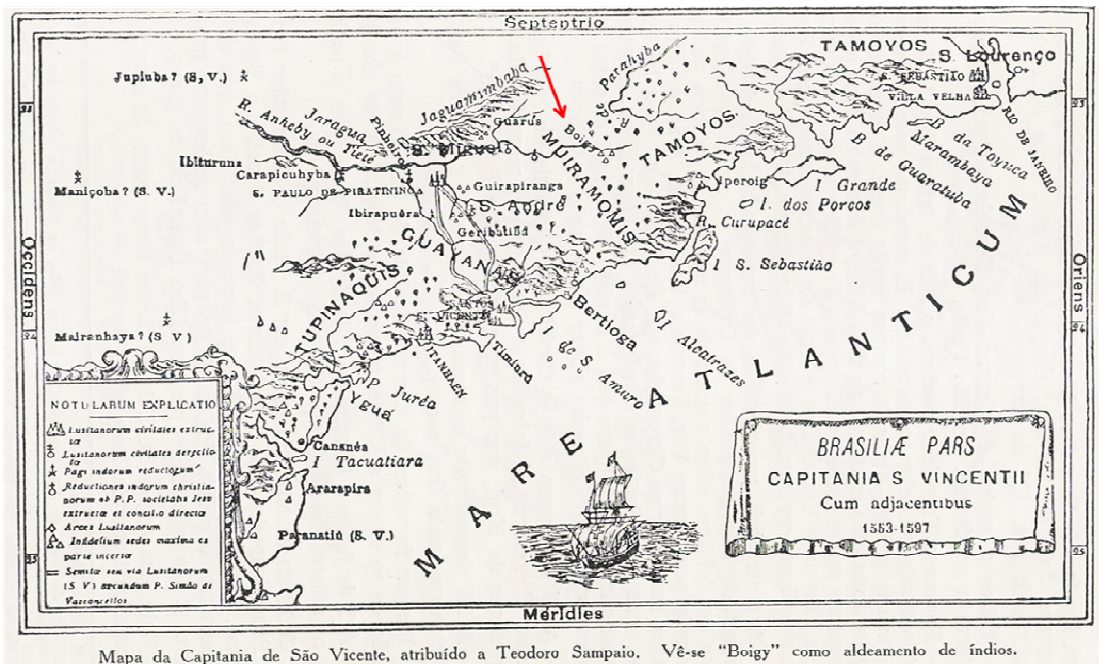


FIGURA 8: CAPITANIA DE SÃO VICENTE, PARTE DO BRASIL, COM OUTROS LUGARES ADJACENTES

Dados da documentação do final do século XVI mostram-nos que a região de Boigy, onde depois se formaria o povoado de Mogi Mirim, permanecia despovoada de colonizadores brancos. Com as dificuldades naturais, onde apenas os rios do Tietê serviam como via de

<sup>30</sup> GRINBERG, Issac. História de Mogi das Cruzes. São Paulo, 1961.

penetração, prevalecia o domínio do desconhecido, sendo ponto de passagem de uma ou outra bandeira que se aventurasse em direção ao Paraíba.

Mogi, naquele final dos quinhentos, estava livre da presença de tribos hostis à população da Vila de São Paulo de Piratininga. A região representava a fronteira de segurança circunvizinha de São Paulo. Para além, na direção que começava a ser conhecida como Norte, a partir do cotovelo do Paraíba, e pelo interior do vale desse rio, ficava a região ocupada por remanescentes dos terríveis tupiniquins.

Pesquisas efetuadas por frei Thimoteo Van den Broeck<sup>31</sup> localiza os índios agressivos de “Bongi” na região de “Tapyypema”, hoje bairro de Itapema em Guararema, na região do rio Paraíba. Demonstra que os indígenas fixados no lado de Mogi já viviam em paz com os Portugueses no final do século XVI.

A Ata da Câmara paulista de 05.12.1593 registra o testemunho dos egressos da bandeira de Domingos Luis Grou e Antonio de Macedo, descrevendo o massacre que sofreram na região de “Boigy”:

“(…) para que elles declarasem (...) o que pasava aserca do gentio de bongy que os havia salteado e desbaratado na viagem que trazião desta entrada de Antonio de Macedo e de Domingos Luiz Grou, em cuja companhia elles todos vinhão para esta capitania (...) disserão que hé verdade que o gentio de mongi, pelo rio abaixo de Anhambi, junto de outro rio de Jaguari, esperarão a toda a gente que vinha, branca e índios cristãos nossos amiguos, e topiñaes (...): no dito rio forão dando nelles, matando e desbaratando a huns e a outros.....”

Neste excerto, podemos perceber que o ataque se deu pelo rio abaixo do *Anhambi*, junto de outro rio de nome *Jaguari*. Segundo análise feita por Campos e Silveira e compartilhada

---

<sup>31</sup> VAN DEN BROECK, Frei Thimóteo. Notas Históricas para a história de Mogi das Cruzes, publicada na “Folha de Mogi das Cruzes”, de 1955 a 1956. In: Boigy. Cadernos da Divisão do Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal. Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, 1988, n. 1, Ano I.

por Carvalho Franco<sup>32</sup>, o Tietê não possui nenhum afluente com o nome de Jaguari e, também não existe um rio com este nome na região de Mogi. Por outro lado, verificam que o texto fala de um rio abaixo do Anhambi. Se o ponto de referência é Mogi, os autores pressupõem que o local estaria mais além, junto de outro rio que consta da documentação da época, um afluente da margem esquerda do Paraíba que deságua na altura da atual São José dos Campos, e que era chamado de Jaguari. Concluem que a destruição da bandeira não se deu na região de Mogi e, sim, no vale do Paraíba, que, segundo documentação quinhentista, era habitada pelos tupiniquins, inimigo dos portugueses. Com isto, reafirmam a tese de que a região do Alto Tietê com a de Mogi incluída, já no final dos quinhentos, estava livre do perigo indígena e pronta para ser povoada e para servir de caminho de penetração dos paulistas.

Um dos primeiros documentos que cita a localidade de Mogi é “o traslado de uma carta de dadas de terras de sesmaria de Bras de Pinha e Gaspar de Pinha, seu filho, em o termo de Boigimirim”<sup>33</sup>, em dezembro de 1609. Este documento faz menção à existência de um arraial de Jerônimo Leitão:

“... a saber, meia légua da banda do campo, nas cabeceiras das dadas de Francisco... e outra meia partindo da Piaçaba, donde... arraial de Jerônimo Leitão... correndo para a banda da serra do... em quadra no que receberá mercê”.

Sabe-se que os bandeirantes em suas entradas formavam pontos estratégicos de abastecimento, defesa e ataque, que os documentos mencionam como arraial. Diz Carvalho Franco<sup>34</sup> “que Jerônimo Leitão rematou, assim, definitivamente no território da Capitania a segurança das vias capitais da penetração paulista no século que espontava: o Tietê e o Paraíba”. Sabe-se que o Capitão Jerônimo Leitão foi substituído no cargo por Jorge Correa,

---

<sup>32</sup> In: Boigy, Cadernos da Divisão do Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal. Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes. 1988, n.1, Ano I, p. 6.

<sup>33</sup> In: Boigy, Cadernos da Divisão do Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal. 1988, n.1, nº. 1 p. 7.

<sup>34</sup> FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo, São Paulo, 1940, p. 30.



em 30 de março de 1592, portanto, antes dessa data, pressupõe-se que já existisse o arraial de Jerônimo Leitão.

Sobre a ocupação da região de Mogi, no final dos quinhentos e início dos seiscentos, os registros da bandeira de André de Leão, de 1601, feitos pelo holandês Guilherme Jose ten Glimmer, participante desta bandeira, diz o seguinte:

“... e assim gastos nove meses nesta expedição, voltamos primeiro a Mogomimin, depois à cidade de São Paulo.”

Para Campos e Silveira<sup>35</sup> Mogomimin, era Mogi Mirim, portanto, vindo do vale do Paraíba antes de chegar a São Paulo, era o único ponto de referência que existia. Deduz-se que em 1601 já existia um núcleo de povoamento em Mogi.

Um dos mais importantes documentos do início da história de Mogi, o foral de 1611, informa que os moradores apresentaram petição ao Governador Geral, dom Luiz de Souza, para “[...] que Sua Senhoria lhe deçe Licenssa para fazer Villa e Levantar Pelourinho, pois erão bastantes em numero para poder fazer, havendo mais de des annos que a tem povoada [...]”, pode-se concluir, portanto, que o início do povoamento tenha se dado em 1601, dez anos antes de 1611, data oficial da fundação de Mogi, confirmando a tese de povoamento no início dos seiscentos.

Como já afirmamos, Gaspar Vaz foi o “capitão da feitura” da estrada que, de São Paulo para o Paraíba, passava por Mogi Mirim, o “*novo caminho do mar*”.

Foi o governador geral, dom Francisco de Souza, quem empreitou com Gaspar Vaz Guedes, a abertura de uma estrada que unisse a Villa de São Paulo ao Rio de Janeiro, com um

---

<sup>35</sup> In: Boigy, Cadernos da Divisão do Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal, Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes 1988, n. 1, Ano I.

braço para Angra dos Reis, passando por Boigy, no ano de 1603. Antes, a ligação entre São Paulo e Boigy era feita pelo rio Tietê.

O *caminho novo do mar* iniciava na Villa de São Paulo de Piratininga e, com percurso por Mogi, rumava para o vale do Paraíba até Angra dos Reis. Esse caminho novo objetivava o povoamento do porto de Angra dos Reis, por onde deveria escoar os reais quintos, e servir de acesso, por terra, às rotas das minas de ouro tão cobiçadas pelo governador.

Possivelmente, como mérito pela eficiência com que executou tal projeto, Gaspar Vaz recebeu, em 1608, a sesmaria em cujas terras formaria o povoado de Boigy Mirim. Ali foi erguida a capela dedicada à padroeira, Santa Anna.

O primeiro documento do processo, o “Requerimento dos moradores e povoadores pedindo a elevação à vila”, diz:

“Gaspar Vaz morador em Mogym Mirim, faz a saber a Voça Senhoria, com os mais moradores abayxo assinados, em como Gaspar Vãz, com eles ditos moradores, povoarão aly por mandado de Voça Senhoria.”<sup>36</sup>

Percebemos que o povoamento se deu por orientação do governador Francisco de Souza. Havia interesse em que aquela região fosse ocupada como primeiro posto avançado em direção ao interior, em busca das riquezas minerais.

Na primeira década dos seiscentos, houve uma lenta ocupação da região de Boigy por colonos que migravam da vila de São Paulo de Piratininga; uns atraídos pela promessa de melhoria de vida, outros, talvez, fugindo de possíveis represálias do governo da metrópole por suas atividades como preadores de índios.

---

<sup>36</sup> In: Boigy, Cadernos da Divisão do Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal. Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, 1988, n. 1 Ano I.

No dia 1º de setembro de 1611, sob liderança do primeiro povoador, Gaspar Vaz, conseguiram provisão de D. Luiz de Souza, e o primeiro povoado foi elevado à vila com o nome de *Santana de Mogi Mirim*. A antiga capelinha de invocação de Santana, construída por Gaspar Vaz, em suas terras, ao lado de sua própria casa, era agora a Igreja Matriz e, o Padre Gaspar Sanches, o seu primeiro vigário.

Outro capítulo importante na formação etnográfica de Mogi foi o estabelecimento do Convento do Carmo na região, em 1629. Os carmelitas já estavam atuantes em São Paulo de Piratininga quando o vigário Padre Gaspar Sanches e a família de Gaspar Vaz, principalmente seu genro, José Preto e sua mulher Catharina Dias, movimentaram-se pedindo ao Provincial da Ordem, Mestre Frei João da Cruz, autorização para os carmelitas virem se estabelecer na vila. Acredita-se que em 1633, as obras do convento finalmente já estivessem concluídas.

### 5.1.1. A ORIGEM DO TOPÔNIMO MOGI DAS CRUZES

Em nossa pesquisa, nos deparamos com diferentes propostas que explicam o designativo Mogi das Cruzes. Trata-se de topônimo muito antigo, remanescente do século XVI, híbrido (português/tupi). As fundamentações encontradas podem ser contestadas e novas proposições podem surgir. Por isso, achamos importante considerarmos cada uma delas.

A primeira explicação é baseada em estudos de Abib Neto<sup>37</sup>. Primeiramente, o autor justifica o termo específico *cruzes*. Afirma que na Capitania de São Vicente, a qual pertencia à Villa de Santa Anna de Mogi Mirim, vigorava o costume judicial e administrativo de se fazer demarcações de limites e confrontações de terrenos, assinalando uma cruz nos

---

<sup>37</sup>In: Boigy, Cadernos da Divisão do Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal. Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes. 1988. N.2, Ano I, p. 1.

elementos que servissem de marcos naturais e/ou artificiais: uma pedra grande ou uma árvore grande, por exemplo.

“Segundo o testemunho ocular de Clemente Álvares, registrado na Câmara da Villa de São Paulo, no dia 16/12/1606, Brás Cubas extremou as suas terras das dos Goes, na Serra do Mar, por ‘umas cruces em pedras inscritas’ e que lá estão até agora, declarou ele à Câmara”... “Clemente Álvares e seus sócios, Martim Rodrigues – um índio batizado e civilizado pelos frades carmelitas – e Damião Simões encontraram ‘mantas de ouro ‘ e minas de ‘betas’ quando penetraram, pelo caminho da Borda do Campo, além das ‘cruzes’ que, segundo depoimento do primeiro, Brás Cubas inscrevera em pedras , cumprindo uma composição de divisas com Luís Goes lavrado em escritura pública.”<sup>38</sup>

Em 1614, três anos após a instalação da vila, o autor afirma ter encontrado documento em que consta o nome do povoado como *Santa ana das Cruzes de mogi*.

Continuando sua proposição, Adib Neto afirma que o topônimo *mogi* é referente de acidente geográfico, consta da orografia (estudo do relevo) da Serra do Mar “mogy” ou “mohy”, ou ainda “boigy”, como nome de rio que nasce em Cubatão, e o vale ao redor é chamado de “mogy”. É interessante constatar que esse rio é parte de nosso corpus de análise, coincidindo sua localização com as descrições mencionadas.

O autor cita os autos do inventário do espólio de Martim Rodrigues, no qual foi juntado escritura de terras que consistiam de capões. Nessas escrituras, encontra-se o topônimo Bohy como nome de rio, “*capõens que estão entre dois rios a saber Gerebatiba e Bohy*”.<sup>39</sup>

Neste mesmo documento, há uma carta de dadas de terras onde se lê “*pelo rio bohy arriba*”.

Abid Neto completa sua explanação afirmando que a Serra do Mar, em suas ramificações para o sul, recebe diversas denominações: Cubatão, Taquari, Pouso Alto, Mogi

<sup>38</sup> In: Boigy, Cadernos da Divisão do Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal. Prefeitura Municipal de Ibiá, p. 2.

<sup>39</sup> In: Boigy, Cadernos da Divisão do Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal. Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes. 1988. N.2, Ano I, p. 1.

ou do Meio. A descrição da denominação do Meio ou Mogi é esta: corre em direção SO e localiza-se nos municípios de Santo André, Cubatão e Mogi das Cruzes. Conclui, argumentando que Mogi é topônimo de acidente físico da região, rio e ramificação de serra.

Azevedo Marques (1953, p. 119) nos apresenta uma nova proposição para justificar o topônimo Mogi das Cruzes: “Povoação situada a ENE. da capital. Em tempos remotos, denominara-se Boigy. Ulteriormente, a corrupção da língua mudou para Mogi. Consta que no adro da primeira igreja matriz existiram plantados três cruzeiros e daí resultou aquela qualificação de Mogi das Cruzes”.

Jurandy Ferraz de Campos<sup>40</sup>, estudioso da região de Mogi, explica a etimologia do termo *Boigy* ou *Bougy*, de origem indígena, em conformidade com as proposições já apresentadas por nós, baseada em estudos de Teodoro Sampaio; *Mboi*, que quer dizer *cobra*, e *Y*, que em tupi é *rio*, portanto, temos *rio das cobras*, seria a denominação local para o Tietê – o *Anhembi* dos indígenas. De boigy ou Bougy prevaleceu o derivado Mogy, sendo o povoado, no início dos seiscentos, conhecido por Mogy Mirim. Em homenagem à santa padroeira, a vila recebeu o nome oficial de “*Santa Anna*”, e passou a ser conhecida como *Santana de Mogi Mirim*. Segundo esse autor, o termo *Das Cruzes* vem do costume de se demarcar o território com cruzeiros. Cita documentação de Dom Duarte Leopoldo da Silva constante em suas “Notas de História Eclesiásticas” que diz:

“Continuando nesse sisthema de assinalar as divisas do termo, plantaram os oficiais da Câmara, em 23 de outubro de 1665, nada menos que treze cruzeiros, entre *Mogy* e *São Paulo*...”

Verificamos que em pesquisa realizada por Campos, referentes à localização da casa de Gaspar Vaz, um excerto que diz que esta “estava muito bem situada, estendendo-se pela borda do platô, acompanhando a margem direita do ribeiro Mogi Mirim...”. Percebe-se que o nome

---

<sup>40</sup> CAMPOS, Jurandy Ferraz de. *Santa Anna das Cruzes de Mogy; huma Villa de serra aSima*. São Paulo. Global Editora e Distribuidora. 1978, p. 17.

*Mogi Mirim* aparece como nome de curso de água localizado no povoado de Mogi, talvez, essa seja a justificativa para o aparecimento do sufixo Mirim no denominativo Santa Anna de Mogi Mirim. Este riacho foi canalizado e, atualmente, não é mais visível na malha urbana da cidade.

Encontramos outras hipóteses sobre a origem da palavra *Mogi*; existe argumentação afirmando que o termo pode não ser de origem indígena. Preferimos endossar a mesma proposta adotada pela prefeitura de Mogi das Cruzes e comprovada em nossos estudos, para a qual a palavra *Mogi* vem de *Boigy*, que é uma alteração de *M'Boigy*, na língua tupi, *rio das cobras*, uma denominação que os índios davam a um trecho do rio Tietê. Sabemos que a região era ocupada por indígenas até o final dos Quinhentos. Estes eram conhecidos como “*gentio de bougi*,” formado de grupos tupiniquins, recuados de Piratininga ou, ainda, de grupos remanescentes de Tamoios que tivessem conseguido sobreviver ao extermínio de seu povo<sup>41</sup>. Contudo, não conseguimos definir nenhuma etnia indígena autóctone desta região, esse estudo ainda deve ser confirmado, pois não existe documentação comprobatória a este respeito.

Estudando a origem de Mogi das Cruzes, no final dos quinhentos e início dos seiscentos, percebemos a importância desta cidade em relação a todas as outras comunidades da região. No período do Império, compreendia as paróquias de Santa Ana de Mogi das Cruzes, Nossa Senhora da Ajuda de Itaquaquecetuba, Senhor do Bom Jesus do Arujá e Nossa Senhora da Escada, que corresponde atualmente à área que compreende os municípios de Suzano, Poá, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Guararema, Arujá, Biritiba e Salesópolis.

---

<sup>41</sup> CAMPOS, Jurandyr Ferraz de. Santa Anna das Cruzes de Mogy; huma Villa de serra aSima. São Paulo. Global Editora e Distribuidora. 1978, p. 17. p. 18.

Mogi das Cruzes expandiu-se primeiramente com a lavoura do café, depois, sob a influência da imigração japonesa, com as culturas de chá, frutas e hortaliças.

Podemos dizer que Mogi das Cruzes, dentro do recorte de nossa pesquisa, desempenhe o mesmo papel que o rio Tietê em relação aos rios constantes de nosso corpus. Mogi seria caracterizada como hiperônimo, num contexto historiográfico, e as outras cidades seriam seus hipônimos, pois, de uma forma ou de outra, estão todas vinculadas à mesma genealogia histórica, ou seja, a do município de Mogi, como constataremos ao descrever o percurso histórico de cada uma dessas cidades. Esta foi a razão por que nos detivermos tanto na descrição histórica desta cidade. De certa forma, a historiografia é a mesma para toda esta micro-região.

## 5.2. SALESÓPOLIS

O nosso universo de pesquisa é predominantemente marcado pelo rio Tietê e seus afluentes. Salesópolis, como cidade sede da nascente do Tietê, assume uma importância especial neste trabalho.

O município surgiu no período colonial, no cruzamento de duas rotas comerciais que ligavam São Paulo de Piratininga e o vale do Paraíba ao litoral, conhecida como Rota do Sal ou Rota Clandestina dos Escravos; o local servia de pouso de homens e animais nas viagens entre o litoral e o interior paulista. Essas rotas se destinavam ao comércio de escravos e índios, além, é claro, do sal vindo do litoral.

Este antigo povoado, cujo nome era Nossa Senhora d'Ajuda, foi fundado por descendentes dos antigos Bandeirantes Paulistas, que ali construíram uma capela em louvor à Santa Padroeira. Atualmente, neste local, está situado o bairro da Capela Nova do município de Salesópolis.

Não satisfeitos com a localização do primeiro povoado, e em busca de uma localização mais segura e próxima a fonte de água para abastecimento esse mesmo grupo, descendentes de bandeirantes, formado por Aleixo Miranda, o alferes Francisco Gonçalves de Souza Melo, Domingos Freire de Almeida e o alferes José Luís de Carvalho, adquirem de Antonio Martins de Macedo Aranha uma pequena propriedade. Nessa propriedade, Antonio Martins e sua família tinham instituído um ponto de comércio com algumas moradias próximas para suprir os viajantes que por ali passavam. Esse foi o lugar escolhido para estabelecerem a nova comunidade, localizada no alto de uma colina, aos pés do rio Paraitinga e, distante sete quilômetros do primeiro núcleo. Nesse local, já existia uma capela construída pelos primeiros moradores, cujo nome era São José de Paraitinga. Foi a partir desse núcleo que se originou a cidade de Salesópolis.

Em 1838, a Vila da Capela de São José de Paraitinga foi elevada à condição de Freguesia pertencente ao município de Sant'Ana de Mogi das Cruzes. E em 1857, foi elevada à categoria de cidade e foi, então, criado o município de São José do Paraitinga.

No contexto de nossa pesquisa, Salesópolis foi a cidade que mais cedo se emancipou de Mogi, mas nem por isso seu desenvolvimento correspondeu a esse fato. Uma das causas, talvez, a principal, seja a dificuldade de acesso com outras comunidades, a ferrovia, que impulsionou o desenvolvimento da região, não passou por Salesópolis, deixando-a, de certa forma, isolada, e dificultando seu desenvolvimento.

Outro dado a ser dito em relação à história da cidade foi a modificação do nome original, São José do Paraitinga, que tinha forte vínculo com a população, para Salesópolis, em homenagem ao Presidente da República na época, Dr. Manuel Ferraz do Campo Sales; decisão tomada pela Câmara Municipal no ano de 1900, em razão de uma visita que este fizera à região.



Ainda hoje, na entrada de Salesópolis, existe uma imagem de São José. O nome da igreja matriz é uma homenagem ao seu padroeiro. Toda primeira quinta-feira de cada mês é dedicada uma missa, ao Santíssimo Sacramento, em cumprimento de promessa feita, em 1892, frente a uma violenta epidemia de varíola, que dizimou grande parte da população local. Esse dia continua sendo dia de festa religiosa e é considerado feriado na cidade.

Percebe-se, portanto, quão forte é a ligação da população com o aspecto religioso em sua prática cotidiana. O rio Paraitinga continua correndo não mais aos pés da cidade, mas, atualmente, está completamente incorporado à malha urbana, e desempenha um papel fundamental na dinâmica da comunidade. O nome São José do Paraitinga estava inserido na identidade dos moradores, neste topônimo estava explícito o espírito religioso da população local e, de maneira denotativa, apresentava o nome do rio que ainda hoje é fonte de vida para aquela comunidade. Dick (1990, p.29) diz, “a nomeação [.....] inscreve-se como atividade bastante significativa ao homem, complementar, muitas vezes, do perfeito entendimento da realidade circundante.”

É de se questionar até que ponto essas modificações se justificam? Qual a relação do denominativo ‘Salesópolis’ com a etnografia local? Existia relação entre o presidente e a população local, ou, o inverso, a relação da cidade com aquele presidente era tão significativa que justificaria a mudança de nome?

Seria interessante que os toponimistas propuséssemos que a população local de uma comunidade seja soberana em relação aos denominativos de lugar, uma troca de nome somente se justificaria com o aval dos moradores. Não se justifica dizer que as Câmaras Municipais representem, de fato, a população. Existe um jogo de interesses em que a comunidade raramente participa.

“O hábito da autolatria e lisonja generalizou-se. Estações de estrada de ferro, túneis, pontes, edifícios, povoados, vilas, cidades, tudo recebe no Brasil nomes de pessoas

vivas, em regra de pessoas no exercício do poder ou em situação de distribuir graças e favores.” (Backheuser<sup>42</sup>)

Entendemos que, no Brasil, já se passou muito da hora em que o cidadão deva tomar, de fato, posse da cidade, exercer plenamente a cidadania. O ato de nomear seria apenas um dos aspectos desta conquista, mas, talvez, o mais significativo.

### 5.3. BIRITIBA MIRIM

Como pertencente ao município de Mogi das Cruzes até 1963, Biritiba Mirim se inscreve em nosso campo de estudo também como hipônimo historiográfico de Mogi. Levando-se em conta esta ligação, temos que os moradores de Mogi, desde o período colonial, já exploravam a região predispostos a desbravar novos horizontes. Não há dúvida de que o local teria sido passagem de bandeirantes e exploradores em buscas de jazidas de ouro, ou interessados na preação de índios.

Um desses caminhos, margeando o rio Tietê, chamado estrada de Santa Catarina, deu início ao povoado de Biriba. Segundo a tradição, os viajantes tinham o costume de fincar cruzes ao longo dos caminhos, objetivando orientar os próximos viajantes, demarcar espaços por onde havia passado pessoa católica ou, simplesmente, rezar. Na estrada de Santa Catarina, repleta de cruzes, onde já existia um antigo povoado, foi construída, em 1790, pelos sitiantes da região, uma pequena capela em louvor a São Benedito.

Conta-nos a tradição popular que residia no lugarejo uma família cuja filha, chamada Firmina, era conhecida por ser uma pessoa ‘iluminada’, possuía dons de cura e profecia, até

---

<sup>42</sup> BACKHEUSER, Everardo. Toponímia suas regras. Sua evolução. In: Revista Geográfica. Instituto Americano de Geografia e História, v.IX, X (25), 1952. In: DICK, Maria Vicentina de P. A. A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira. São Paulo, Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990, p. 301.

mesmo, era atribuído a ela o dom da multiplicação de alimentos. Essa criança ajudava as pessoas através de sua fé. Sua morte prematura, por volta dos dez anos, fez com que o lugar onde ela vivera se tornasse santo, pessoas vinham de regiões distantes pagar promessa a “Santa Firmina”. Foi esta devoção que motivou a construção da primeira capela.

Benedito Antônio do Espírito Santo, conhecido como Benedito Pedro, doou, em 1873, uma área de 36.300 metros quadrados para a ampliação da antiga capela de São Benedito, ali surgiu a Vila de São Benedito, futura cidade de Biritiba Mirim. Considera-se a data da fundação da cidade o dia 5 de maio de 1873, ano da construção da pequena igreja.

Em 21 de novembro de 1892, já com um considerável número de habitações em volta da capela, foi criado o Distrito Policial de Capela de São Benedito, pertencente ao Município de Mogi das Cruzes. Orientados pelo Padre Chico e pelo frei Silvério, iniciou-se em 1902, a construção da Igreja de São Benedito no lugar da antiga capela.

Somente em 1963, Biritiba Mirim conseguiu sua emancipação política e administrativa de Mogi das Cruzes.

Marco importante para a cidade foi o ano de 1929, quando os imigrantes japoneses chegaram e se estabeleceram na região, participando ativamente da economia local através do cultivo e produção de hortifrutigranjeiros. Esta aptidão agrícola só tem aumentado, fazendo com que aquela área seja conhecida como cinturão verde da Região Metropolitana de São Paulo.

O nome Biritiba Mirim originário da língua tupi significa ‘muitos buris pequenos’. *Biri* ou *buri* é uma planta ornamental que produz flores coloridas, as mais conhecidas são as brancas, as vermelhas e as amarelas, muito comuns na região. *Tiba*, do tupi *tyba* é sufixo formador de coletivo, exprimindo a idéia de abundância. *Mirim* é adjetivo, pequeno, miúdo.

Biritiba Mirim é nome de rio, temos, então, que o termo específico é aplicado a outros acidentes, processo denominado por Dick (2001) de translação toponímica: “há translação toponímica sempre que ocorrer o deslocamento do designativo de um acidente para outro. Esse esquema pode ser circular, seja do rio para o aglomerado nascente em suas margens, ou deste para aquele, o que é mais raro. Em toponímia, os nomes dos cursos d’água, das montanhas, das serras, são os mais primitivos, por isso, os mais comumente usados no processo de translação”.

#### 5.4. SUZANO

A formação da cidade de Suzano está intimamente ligada à construção da estrada de ferro que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, passando por Mogi das Cruzes. O próprio nome ‘Suzano’, adotado em 1907, ainda não de forma oficial, foi uma homenagem ao engenheiro da ferrovia que, a pedido da população local, havia construído uma nova estação toda em alvenaria. O nome deste engenheiro, Joaquim Augusto Suzano Brandão, foi primeiramente adotado como nome da estação ferroviária e, depois, passou a ser o denominativo da vila.

Também a história da cidade de Suzano está inserida à macro-região de Mogi das Cruzes como hipônimo historiográfico deste município. A intersecção de fatos históricos entre os dois municípios, nos primórdios da ocupação da região, é facilmente explicitada ao descrevermos o primeiro documento referente ao território onde hoje está situada a cidade de Suzano, esta localização é marcada pelo rio ‘Cuayao’ (Guaió) e o ‘rio grande Anhemby’ (Tietê). É uma concessão de sesmaria a um certo “Rodrigues”, em 10 de dezembro de 1609:

“Campos do Itacurutiba no caminho que fez Gaspar Vaz que vae para Boigi Mirim a saber partindo da barra dum rio que se chama Cuayao por elle arriba até da em outro no que se chama..... dali dará volta a demarcação pelas faldas do outeiro da banda do sudoeste e correrá avante até dar no rio grande Anhemby e por o rio grande até dar

digo até tornar aonde começou a partir assim mas meia ...com dois capões que estão de frente da dita dada a saber um capão que se chama de Ytucurubitiba e outro ... assupeva.”<sup>43</sup>

Em documentos referentes à vila de Mogi das Cruzes, no século XVII, encontram-se citações de uma “Estrada Real do Guaió”, localizada, muito provavelmente, entre os rios Guaió e Taiassupeba Mirim, por onde passariam todos que voltassem do litoral ou de São Paulo de Piratininga para Mogi. Nessa região, foram encontrados os primeiros veios de ouro da Capitania. Sabemos que a cidade de Suzano está localizada entre os rios Guaió e Taiassupeba Mirim.

Já no final do século XVII, próximo à cabeceira do rio Taiassupeba Mirim, foi se formando um pequeno aglomerado de moradias em volta de uma paragem de tropeiros e bandeirantes, esse pequeno povoado era conhecido por Taiassupeba. Ali, em 1720, o padre Antonio de Souza e Oliveira ergue a primeira capela em louvor a Nossa Senhora da Piedade.

Na segunda metade do século XVIII, o denominativo do lugarejo muda de Taiassupeba para Baruel, sobrenome do mais importante morador do local, Antonio Francisco Baruel. Cerca de um século depois, a família desse antropônimo terá desaparecido completamente da região, mas o denominativo de lugar permanece até hoje como designativo de bairro do município.

A chegada da estrada ferroviária muda completamente o perfil da localidade, antes um simples vilarejo, apenas local de passagem, passa, a partir da implantação da ferrovia, a ter um crescimento bastante significativo.

O trecho da ferrovia entre São Paulo e Mogi das Cruzes é inaugurado em 6 de novembro de 1837, com uma primeira parada em Guaianases. Uma segunda parada para o

---

<sup>43</sup> In: Boigy, Cadernos da Divisão do Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal. Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes Mogi, 1988, Ano 1, n. 1.

embarque de lenha foi construída entre os rios Taiassupeba Mirim e Guaió, num local conhecido como Campos de Mirambava. O nome Piedade dado a esta parada foi uma homenagem à Igreja de Nossa senhora da Piedade, pois a parada foi implantada próxima à vila de Baruel, onde estava localizada a igreja.

Em 1890, em torno da parada Piedade, surge uma nova vila chamada Vila da Concórdia, planejada por alguns moradores da região, principalmente, o feitor da ferrovia, Antonio Marques Figueira, que ali estabelecera residência. Construíram uma igreja no local e, na data consagrada a São Sebastião, 20 de janeiro, no ano de 1897, rezaram a primeira missa. Desde então, a vila ficou conhecida como São Sebastião do Guaió. Foi essa vila que deu origem ao município de Suzano.

Após a ferrovia ser encampada pela Central do Brasil, a população local consegue que seja instalada a Estação Piedade com Posto Telegráfico.

No início do século XX, a antiga estação foi substituída por uma nova, toda em alvenaria, como explicitamos no primeiro parágrafo; a placa com o antigo nome da Estação Piedade foi trocada pelo nome de Estação Suzano, homenageando o engenheiro responsável pela ferrovia e pela construção da estação. Somente em 1908, a vila passou a ser denominada Suzano.

Em 1908, com a chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao local, incrementou-se o crescimento da região. Até hoje, a colônia japonesa é bastante atuante no desenvolvimento do município.

A autonomia aconteceu em 8 de dezembro de 1948. Diferentemente de Salesópolis e Biritiba Mirim, Suzano apresenta um parque industrial significativo, e, atualmente, podemos dizer que está equiparada ao desenvolvimento de Mogi das Cruzes. A facilidade das vias de

transporte, principalmente a via férrea, e também o fato de estar muito próxima a São Paulo, com certeza, foram preponderantes para este progresso.

Assim como Salesópolis, Suzano também, no percurso de sua formação, adotou um antropônimo como denominativo da cidade, mas, a semelhança parece não ir além desse fato. A troca de nome da cidade, de São Sebastião do Guaió para Suzano, foi em razão do envolvimento do homenageado, no caso, o engenheiro, com a comunidade local. Além de residir na região (morava em Mogi), esse profissional autorizou, a pedido da população, a reforma da Estação Ferroviária. Notamos também o inverso, o envolvimento das pessoas moradoras da região com uma causa importante para o desenvolvimento de seu povoado (a construção da estação ferroviária). Podemos dizer que, neste caso, a mudança de nome se justificaria, pois ao questionarmos os moradores da localidade sobre a origem do denominativo de sua cidade, talvez, grande parte deles, saiba contar a história do engenheiro que construiu a estação ferroviária. Este capítulo da história do município é parte da etnografia local.

### 5.5. JUNDIAPEBA<sup>44</sup>

Jundiapéba é distrito de Mogi das Cruzes, situado entre os rios Taiapéba e Jundiáí, a oeste de Mogi. Jundiapéba surgiu, primeiramente, com o nome de “Campos de Santo Ângelo”, pois nos seus primórdios, mais precisamente no século XVII, este local pertencia aos freis do Carmo que ali construíram uma pequena capela em louvor a Santo Ângelo. Dizem que antes da chegada dos carmelitas este local era denominado ‘*Jundiapahuba*’, nome

---

<sup>44</sup> Dados pesquisados no Comphap – Divisão de Preservação do Patrimônio Histórico de Mogi das Cruzes.

de origem tupi que fazia referência à grande quantidade de capim melado existente ali, chamado *Jundiá*.

A implantação da Estação Ferroviária no Campo de Santo Ângelo, no dia 20 de julho de 1914, foi um marco importante para o desenvolvimento da região. Ainda hoje, quando paramos na estação, podemos ler a antiga inscrição com o nome de Santo Ângelo.

A história deste distrito está intimamente ligada à construção do Leprosário Modelo. Em 1917, um grupo de senhoras paulistas resolve fundar uma entidade em favor dos leprosos, denominada “Associação Protetora dos Morpheticos”. Solicitam aos freis carmelitas a doação de uma pequena parte de suas terras dos Campos de Santo Ângelo para a implantação do leprosário. A escolha de um local afastado dos centros urbanos parece ter sido intencional para que os doentes permanecessem isolados, o estigma da lepra era muito forte naquela época.

No dia 13 de julho de 1918, o Convento do Carmo, através de escritura de doação, cede à “Associação Protetora dos Morpheticos” o terreno para edificação do leprosário, cuja responsabilidade estava a cargo da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Com a construção do hospital, começam a surgir os problemas para os moradores do distrito. O preconceito e a discriminação em relação à população local eram muito grandes. As pessoas temiam descer na estação ou mesmo passar pelo local. Todos os moradores de Santo Ângelo passaram a ser conhecidos como leprosos. O estigma aos portadores da doença era extremamente forte.

Na década de 40 do século passado, uma ordem vinda de São Paulo propõe que seja feita uma reunião com os moradores do bairro para a mudança do nome do lugar. Uma das justificativas era de que havia no Rio Grande do Sul outra localidade com o nome de Santo Ângelo e, por direito, aquela cidade teria o nome conservado. Não oficialmente, sabe-se que



havia um desejo grande da comunidade em mudar o nome do bairro, procurando se desvincular do nome do leprosário.

O encontro para a escolha do novo nome se deu no “Bar do Seu Lourenço” com a maioria da população presente. Muitas idéias surgiram, mas quando Francisco Silva propõe o nome de Jundiapéba, justificando que o distrito estava localizado entre os rios *Jundiahy* (em tupi, rio dos peixes chamados jundiás) e *Tayaçupeba* (porco pequeno do mato, também em tupi) as sugestões encerraram. A junção do nome dos rios foi aceita por todos, dizendo que a idéia era original e soava bem. A partir desse dia, mudaram a placa da estação para Jundiapéba, mudando também o nome do distrito.

Hoje, na região de Mogi das Cruzes, existe um movimento buscando a retomada do nome de Santo Ângelo. Partem do princípio de que o nome original conserva mais a identidade do bairro, mesmo a existência do leprosário não deve ser esquecida, pois é parte da história da comunidade.

Percebemos a importância do topônimo quando comunidades inteiras se mobilizam procurando marcar sua identidade através do denominativo de lugar.

## 6. NOME DOS RIOS

### 6.1. HISTORIOGRAFIA DOS NOMES DOS RIOS

*“As Fontes que há na terra sam infinitas  
Cujas águas fazem crescer a muytos e muy  
grandes rios  
Que por esta costa  
Assi na banda do Norte como do Oriente  
Entram no mar oceano”*

*(Pau Brasil, Oswald de Andrade, 1925)*

A historiografia de nome de rios é diferente da história de nome de cidades. Como acidente físico, os rios estão inseridos na paisagem natural muito antes que qualquer pessoa chegasse àquela localidade. Pensaremos nos rios como aglutinadores de ocupação humana.

Desde que o homem deixou de ser nômade e passou a viver em sociedades sedentárias, a escolha do lugar para fixar as comunidades pressupunha a proximidade com um rio ou uma fonte de água segura para o abastecimento; o homem sempre reconheceu que a presença de água é um dos fatores fundamentais para a sua permanência num determinado local.

O espaço geográfico ou, melhor, a área de nossa pesquisa está envolvida neste universo dominado, primeiramente, pelos cursos d'água e, mais tarde, através da ação humana, pelos reservatórios e aglomerados urbanos.

A região do Alto Tietê caracteriza-se pela alta densidade de fluxos de água e pelo aproveitamento dessa água para abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo. O rio Tietê e seus principais afluentes, rio Claro, rio Paraitinga, rio Biritiba Mirim, rio Jundiá e rio Taiassupeba Mirim definem essa rede de captação. Essa área se estende desde o extremo leste da capital paulista, onde ficam os limites de Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquecetuba, até o

município de Guararema, já na margem do rio Paraíba. Definimos nossa área de pesquisa nos orientando pelos cinco reservatórios, e não pelo percurso traçado pelos rios, entre as cidades de Suzano, Mogi das Cruzes, Biritiba Mirim e Salesópolis, como explicitamos anteriormente.

Objetivamos, neste capítulo, analisar a relação dos rios com a história do povoamento da região, desde os primórdios de sua ocupação no século XVI. Perceberemos que, como ‘verdadeiros fósseis lingüísticos’, os nomes de rios transmitem traços étnicos e sociais preciosos das primeiras comunidades que ocuparam a área. Esses designativos, a maioria de origem tupi, estavam intrinsecamente ligados a uma característica marcante do local.

“As conexões lógicas operadas pelos ‘primitivos’ são **concretas** à medida em que abrem a reflexão à esfera do sensível enquanto sensível, em que não rompem seu cordão umbilical com a fisionomia perceptiva do mundo. A relação íntima que o indígena mantém com o ambiente circundante - relação que não é apenas de manipulação em vista de uma necessidade, mas ainda de conhecimento: o mundo dos acontecimentos naturais é constantemente objeto de um revolvimento interessado – faz nele surgir a exigência de um pensamento que tenha a cultura como inserida sobre a natureza”. (BONOMI, 1970, p.135)

O rio Tietê será o grande desbravador deste estudo. Como já mencionamos anteriormente, trataremos este rio como hiperônimo e seus afluentes como hipônimos. Não só pelo aspecto físico este tratamento se justifica, mas também no contexto historiográfico da região. Podemos propor que, em relação ao estado de São Paulo, o rio Tietê é o grande rio dos Paulistas. Dick (2002, p.74) diz:

“O Tietê ou Anhembi, como ainda o chamam, não é, para os paulistas, apenas um rio de planalto, mas um credo de fé, uma religião”.

O Tietê nasce em Salesópolis, “nos contrafortes da banda ocidental da Serra do Mar” (DICK, 2002), segue em sentido oposto ao que seria natural, caminha para o interior e não para o mar. Talvez esta sua ‘rebeldia’ em não querer seguir o rumo natural (estava tão próximo do mar!) tenha feito dele um rio tão especial. Foi graças a esta ‘rebeldia’ que o

paulistano, tão rápido, chegou ao interior, conquistando novos territórios, chegando até a Vila do Bom Jesus de Cuiabá. As expedições monçoeiras levaram à ocupação do Planalto Paulista até o Mato Grosso “que já nasceu paulista e mameluco” (Ibid. p. 74).

Segundo Azevedo Marques (1953, p.285), o rio Tietê, denominado pelos indígenas, Anhembi e, pelos primeiros colonos portugueses, rio Grande de Anhembi, desenvolve um trajeto de 1120 km pelo interior do estado, atravessando várias cidades até o encontro das águas do Paraná, onde morre.

Em nosso estudo, nos concentramos no Tietê de São Paulo de Piratininga ou, como prefere Dick, São Paulo do Campo, indo em direção à nascente, caminhando no sentido contrário de sua correnteza.

“Foi na banda dos terraços, próximo da linha d'água, que se estabeleceram aldeias indígenas, vivendo na primeira terra firme, e tendo água para o banho, para cozinhar e para beber, peixe para pescar. Os missionários jesuíticos escolheram uma alta colina, entre o Tamanduateí e o Anhangabaú, para construir a igreja e a escola do Pátio do Colégio: um sítio defensivo e um pequeno templo na borda leste das colinas, voltado para a zona leste da época (Brás, Mooca, Pari, Cambuci de Baixo), onde iria se estabelecer a primeira zona rural paulistana. Por muito tempo a cidade permaneceu voltada para lá, tendo a "boa vista" dos cercadinhos agrícolas dispostos entre campos de várzeas e terraços.”(Ab'Sáber,)<sup>45</sup>

São Paulo era pobre no início de sua ocupação, pobre de recursos econômicos, pobre de homens. Na busca por melhores condições, os desbravadores paulistas abriam novos caminhos à procura de riquezas minerais, apresamento de índios, a posse da terra virgem e o aumento do território para a Coroa Portuguesa.

O grande ordenador dos fluxos da região do Alto Tietê durante os primeiros séculos foram os rios. Seguindo o caminho do Tietê, a leste de São Paulo, os primeiros conquistadores

---

<sup>45</sup> AB'SABER. Natureza Primária de São Paulo de Piratininga. Scientific American-Brasil, ed.25-junho 2004. Disponível em: [http://www2.uol.com.br/sciam/artigos/natureza\\_primaria\\_de\\_sao\\_paulo\\_de\\_piratininga.html](http://www2.uol.com.br/sciam/artigos/natureza_primaria_de_sao_paulo_de_piratininga.html)

avançaram em direção ao vale do Paraíba, não necessariamente pelo rio, mas apenas seguindo seu rumo. Este curso coincide com um trecho da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil que, na época de seu apogeu, trouxe tanto progresso para a região. Mogi das Cruzes, localizada às margens do rio Tietê, fundada pouco depois de São Paulo de Piratininga, abriu caminho para o interior na busca das riquezas minerais. Os rios do Tietê muito contribuíram para este desbravamento.

A documentação do século XVI e XVII, referente à nossa área de pesquisa, se apóia nos nomes de acidentes físicos, principalmente no nome de rios para demarcar territórios. As cartas de concessão de sesmarias, as cartas de datas de chão, as atas de câmara, as doações, as partilhas, as heranças, em toda esta documentação, o referente de lugar normalmente é um rio ou uma serra. O contato com essa documentação nos permite refazer o percurso dos primeiros povoadores, graças a esses denominativos de lugar ‘imutáveis’:

“(.....) para que elles declarassem (...) o que pasava aserqua do gentio do bongy que hos havia salteado e desbaratado na viagem que trazião desta entrada de Antonio de Masedo e de Domingos Luiz Grou, em cuja companhia elles todos vinhão para esta capitania (...) diserão que hé verdade que o gentio de mongi, pelo rio abaixo do Anhambi, junto de outro rio de Jaguari, esperarão a toda a gente que vinha, branca e índios cristãos nossos amigos, e topinães (...) no dito rio forão dando nelles, matando e desbaratando a huns e outros ....”<sup>46</sup>

Historiadores como Campos e Silveira, através deste excerto de ata de câmara de 05.12.1593, afirmam, baseados na descrição dos rios, que a localização real do massacre da bandeira de Domingos Luiz Grou e Antonio de Macedo, em 1590, não foi a região de Mogi das Cruzes, contrariando alguns estudos, mas, afirmam que o rio Jaguaribe é afluente do Paraíba, portanto, o massacre desta bandeira só poderia ter acontecido na região do Paraíba, onde viviam os tupiniquins, inimigos dos portugueses.

---

<sup>46</sup> In, Boigy, Cadernos da Divisão do Arquivo Histórico e pedagógico Municipal. Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes. 1988, ano 1, nº 1, p. 6.

“Campos do Itacurubitiba no caminho que fez Gaspar Vaz que vae para Boigi Mirim a saber partindo da barra dum rio que se chama Guayao por elle arriba até da-em outro no que se chama.....dali dará volta a demarcação pelas faldas do outeiro banda sudoeste e correrá avante até dar no rio grande Anhemby e por o rio grande até dar digo até tornar aonde começou a partir e assim mas meia ... com dois capões que estão de frente da dita dada a saber um capão que se chama de Yytucurubitiba e outro...Assupeva...”<sup>47</sup>

Apresentamos parte do texto de uma concessão de sesmaria a um certo “Rodrigues” em 10 de dezembro de 1609. Esse documento descreve área compreendida no atual território de Suzano, é o rio Guaió que nos orienta nesta localização.

“... e começará a partir pelo caminho... para o dito rio da Paraíba...”

Esse pequeno texto é parte da documentação de uma doação de sesmaria de 06 de março de 1610. A interpretação historiográfica fica mais clara graças ao denominativo de rio.

“... outra banda do rio Anhambi, por caminho de Par(aiba).

Também parte de um documento de doação de sesmaria no ano de 1611.

“... uns chãos que estão na rua nova de Nossa Senhora da Conseisão do caminho que vai pera a outra banda do rio Ajembi”.

Carta de datas de 25 de abril de 1626.

“... capõens que estão entre dois rios a saber Gerebatiba e Bohy.”

Trecho encontrado nos autos do inventário do espólio de Martim Rodrigues, do início do século XVII.

Poderíamos continuar esse inventário descrevendo, até com detalhes, a região no início da colonização. O caminho que podemos percorrer através dos nomes de rios, ao longo da

---

<sup>47</sup>In, Boigy, Cadernos da Divisão do Arquivo Histórico e pedagógico Municipal. Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes. 1988, ano 1, nº 1,p .9.

história, é fabuloso. Porém, esse percurso só é possível graças à perenidade desses denominativos. A permanência de nomes ao longo dos séculos é um tesouro inestimável não só para os toponimistas, mas para todos aqueles que estudam o homem e suas sociedades.

A especulação quanto aos aspectos lingüísticos, étnicos e sociais desses primeiros denominativos nos fornece pistas a respeito dos grupos que estiveram presentes nessa região, e qual a relação dessas pessoas com o espaço que ocupavam. Uma análise, ainda superficial, nos indica, através do estudo do nome de rios, uma forte influência de grupos indígenas na região. Como pudemos perceber, esses denominativos têm origem num Brasil pré-colonial. Antes que qualquer europeu tivesse chegado a estas paragens, os indígenas já recortavam o ambiente com sua linguagem intuitiva e descritiva. A toponímia autóctone seria o resultado lógico das vivências e necessidades dos nativos, que associavam a uma palavra a idéia de acidentes geográficos, nome de plantas, animais e qualquer outro elemento importante para a sua cultura.

Como já foi visto anteriormente, os topônimos de origem tupi traduzem uma idéia, um episódio, são verdadeiras definições do meio local.

A análise desses denominativos explicita a forte relação da palavra com o ambiente. Podemos verificar essa relação nos seguintes topônimos:

Anhemi: Inhambu-í – rio das aves anhumas ou inhambu

Tietê: Ty – etê – rio bastante fundo, rio verdadeiro

Guayo: Guáya-ó: a cova do caranguejo

Paraíba: Pará – ayba, o rio ruim, impraticável

Boigy: Mboy – gy: rio das cobras

Gerebatiba: Jirivá-tiba: abundância de jerivás

Jaguari: Yaguar- y, o rio da onça

Estes hidrônimos nos guiam também na busca pelas diferentes etnias que ocuparam a região. Mostram aspectos valorosos do cotidiano dessas populações, a importância da natureza na constituição de cada uma dessas sociedades.

Nesta análise de nome de rios de origem tupi confirmamos proposições feitas por Dick (2002, p. 77):

“Drumond e Nogueira examinaram mapas, diários e relatos de viagem, levantando cerca de 398 acidentes entre córregos, ribeirões, rios, cachoeiras, corredeiras, ilhas, águas, portos, saltos, canais, voltas, lagoas, pontal. Submeteram os topônimos ao modelo taxionômico (Dick, 1980), que revelou, como índices motivadores preferenciais, ou campos semânticos de maior ocorrência, as categorias zoo e fitotopônicas, acompanhando assim a tendência comum em acidentes físicos.....Reestruturando o campo etimológico coletado pelos autores, encontramos 135 matrizes indígenas, o que reforça a conclusão de estudiosos como Dauzat, ao fixarem a antiguidade dos topônimos de rios e montes às primitivas camadas lingüísticas regionais, e sua permanência no decorrer dos tempos. Mudam os nomes dos acidentes antroponômicos, os dos físicos permanecem.”

Dick (2007) afirma que a Onomástica, ciência da linguagem que se fundamenta na lexicologia, apoiando-se em leituras de documentos de diversas épocas e, em pesquisa de campo, vem contribuindo com os estudos etno-sociolingüísticos da realidade brasileira, através da investigação antroponímica e toponímica em que se estrutura o léxico regional.

Nossa pesquisa busca entender melhor esta ‘realidade brasileira’ na região de Mogi das Cruzes, estudando os nomes de lugares. Entender o homem e o meio em que vive este homem é um dos objetivos de nosso trabalho através dos estudos da Lingüística e principalmente da Onomástica.



## 7. O COMPLEXO DAS REPRESAS E A MODIFICAÇÃO DO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA

### 7.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ASPECTOS SOCIAIS E POLÍTICOS QUE DETERMINARAM O APARECIMENTO DAS REPRESAS

O Sistema Produtor do Alto Tietê, SPAT, objetiva a captação de água para a Região Metropolitana da Grande São Paulo. Visa a disponibilização de até 15m<sup>3</sup>/s de água, devendo beneficiar mais de 4 milhões de pessoas.

É um sistema integrado que abrange cinco reservatórios: Ponte Nova e Paraitinga, no município de Salesópolis; Biritiba em Biritiba Mirim, Jundiaí em Mogi das Cruzes e Taiaçupeba, na divisa de Mogi das Cruzes e Suzano. Fornece, atualmente, 10m<sup>3</sup>/s de água bruta para a Estação de Tratamento de Água, ETA, da Sabesp, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, em Taiaçupeba.

O Sistema funciona interligado, as águas provenientes dos reservatórios de Ponte Nova e Paraitinga escoam pelo rio Tietê até as proximidades da foz do rio Biritiba, de onde, parte dela é direcionada para uma Estação Elevatória. As águas, então, são recalçadas até o túnel de interligação Tietê-Biritiba. A partir desse ponto, todo o escoamento é feito por gravidade, passando por um canal até atingir um braço do reservatório de Biritiba e, através de sistema canal-túnel-canal alimenta o reservatório de Jundiaí que, por sua vez, através de canal-túnel-canal, sempre por gravidade, vai alimentar o reservatório de Taiaçupeba, onde é feita a captação pela Sabesp.

A idéia de aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos de uma bacia hidrográfica, relacionado com o desenvolvimento regional integrado, surgiu, nos Estados Unidos, a partir de 1933, com a criação de um organismo governamental, com autonomia para decisões,

implantado no vale do Rio Tennessee. A primeira experiência similar que se tem notícia no Estado de São Paulo ocorreu no Vale do rio Paraíba do Sul. Após a época áurea do café, quando sua produção entrou em declínio, o governo começou a preocupar-se com a recuperação da agricultura regional, que era responsável por 37% da produção agrícola do Estado, e implantou um sistema integrado para o aproveitamento dos recursos hídricos na geração de energia e na captação de água.

O DAEE, Departamento de Águas e Energia Elétrica, visando trazer benefícios sociais à população da Região Metropolitana de São Paulo, RMSP, interferiu com os recursos naturais, construindo barragens, canais, túneis, na região da Bacia do Alto Tietê, a fim de resolver problemas decorrentes da crescente demanda de água, procurando controlar as enchentes, melhorando a qualidade de vida e respeitando o meio ambiente.

A cidade de São Paulo cresceu ao lado dos cursos d'água. Surgiu num platô próximo da várzea do rio Tamanduateí, onde foi implantado um colégio pelos padres jesuítas em 25 de janeiro de 1554, local denominado Campos de Piratininga. Era uma região com muita água, e a população se abastecia dos ribeirões e das fontes, principalmente, nos declives e afluentes do Anhangabaú.

Já nessa época, havia extravasamento nas cheias do rio Piratininga, hoje rio Tamanduateí. Desse rio, chegava-se suavemente ao rio Grande do Anhembi ou, rio Tietê. Seguindo-se o Tietê, chegava-se ao Paraná e Prata. Como já mencionamos anteriormente, esse foi o caminho natural para a penetração no interior do Brasil no século XVI e XVII; ao longo desse percurso surgiram vários povoados.

As enchentes da várzea do rio Tietê são um problema histórico, registros datados de 1560 a 1624, pela Ordem dos Jesuítas, atestam chuvas excepcionais e inundações na mesma proporção.

Em 1711, São Paulo passa à categoria de cidade. O aumento da população trouxe enormes filas junto às fontes de água, onde as pessoas se abasteciam, o que provocava muita confusão.

Foi erguido, em 1792, o chafariz do Largo da Misericórdia, a mando do Governador Bernardo José de Lorena, para que a população pudesse ter água de boa qualidade

Nos anos de 1850, 1851 e 1856 novas enchentes são documentadas e as suas conseqüências ficaram gravadas na memória da cidade de São Paulo.

A história das inundações do rio Tietê e o problemático abastecimento de água para população estão diretamente relacionados com a história da busca por soluções.

O século XIX encontrou uma cidade com pouco mais de cinco mil habitantes, quando então começou a construção da Cidade Nova, à esquerda do Anhangabaú.

O ano de 1822 foi decisivo na história de São Paulo, a presença de D. Pedro II e a Proclamação da Independência foram acontecimentos políticos marcantes. A população crescia e o abastecimento de água continuava precário e defasado. Houve momentos em que, a já pouco recomendável água do Tamanduateí, era oferecida em pipas, à porta das casas, por preços que variavam de 40 a 80 réis o barril de vinte litros. Os chafarizes viviam danificados com os constantes atritos entre negros escravos e aguadeiros, os que vendiam água.

Saltando uns vinte anos, em 1842, foi elaborado o primeiro projeto oficial para adução e distribuição de água, sem que nada fosse executado. Dez anos depois, o engenheiro Afonso Miliet realizaria estudos para a substituição dos regos de alvenaria, na adução do Anhangabaú, pelo sistema de tubos de ferro.

No ano de 1858, foi edificada a caixa d'água da rua Cruz Preta, atual rua Quintino Bocaiúva, por operários alemães, a qual funcionou por 31 anos. Foi fechada em 1899 por sujeira e nocividade à saúde.

Um cronograma das obras propostas e executadas, principalmente na bacia do Alto Tietê, desde essa época, nos mostra a grande preocupação de todos os governos em tentar solucionar o problema do abastecimento de água e das enchentes, e aproveitar esse potencial, tanto do ponto de vista energético, como para o suprimento de água. Enumeraremos as iniciativas mais significativas relacionadas ao foco de nossa pesquisa:

- Em 1866, o Presidente da Província de São Paulo, João Alfredo Correa, defendeu a necessidade de se drenar as várzeas do Tietê e do Tamanduateí. Em 1880, a questão seria retomada devido à febre amarela; já em 1889, a relação entre os focos de febre amarela e as águas paradas foi definitivamente comprovada. O governo, então, nomeia, em 1890, uma comissão para estudar os terrenos e a hidrografia do rio Tietê, orçando verbas para as primeiras obras que se iniciariam daí até a virada do século.

- Em 1877, São Paulo já conta com uma população de aproximadamente 50 mil habitantes, forma-se a Companhia Cantareira de Água e Esgotos, sociedade entre capitalistas e o governo estadual. Gradativamente, os chafarizes e a distribuição por meio de carros pipas foram sendo substituídas por ligações domiciliares de água, derivadas de canalizações distribuidoras assentadas nas vias públicas.

- No alto da Consolação foi fincada a pedra fundamental da primeira caixa de abastecimento de água para a cidade. Ao reservatório da Consolação seriam conduzidas as águas dos ribeirões Toucinho e Iguatemi e do córrego Barro Branco. Em 1881, o reservatório estava cheio para começar a distribuição à população. Em março de 1882 estavam ligados à rede distribuidora 113 prédios.

- Passados dez anos e os serviços da Companhia Cantareira estão totalmente deficientes, a população nessa época já ultrapassava os 60 mil habitantes.
- Em fins de 1894, o suprimento de água fornecida à cidade era de 27 mil litros por dia, mas a população tinha saltado para 160 mil habitantes.
- Nos anos seguintes, de 1895 a 1898, completaram-se as aduções de todos os recursos hídricos da Serra da Cantareira, construindo-se novo reservatório na Consolação. Iniciava-se também a captação de águas do rio Tietê, na altura do Belenzinho. Ainda no ano de 1898, o engenheiro Teodoro Sampaio assume a chefia do RAE (Repartição de Águas e Esgotos) criada em 1893.
- Já em 1899, todas as providências de melhoria de abastecimento eram insuficientes.
- Em 1900, a população era de 231.820 habitantes, obrigando a captação de novos mananciais e a ampliação da rede distribuidora.
- 1901, a Light & Power CO inicia a operação da usina hidrelétrica de Parnaíba, hoje Edgard de Souza para fornecer energia elétrica para a capital.
- 1907, entra em operação a barragem do rio Guarapiranga para regularizar as vazões do rio Pinheiro e gerar energia em Santana do Parnaíba.
- 1911, para conter as enchentes do rio Tietê, o Engenheiro Saturnino de Brito tem idéia de construir reservatórios de regularização nas cabeceiras do rio Tietê, com aproveitamento de parte das águas revertidas para o rio Itapanhaú<sup>48</sup>, gerando energia elétrica para a Baixada Santista.

---

<sup>48</sup> O rio Itapanhaú nasce no município de Biritiba Mirim, percorre um trajeto de 40 km, atravessa a Serra do Mar e deságua no mar na cidade de Bertiooga.

- 1924, o prefeito Firmino Pinto cria a comissão de melhoramentos do Tietê, presidida pelo Engenheiro Saturnino Brito, para urbanizar e aproveitar as várzeas, cuidar da navegação e da disposição dos esgotos.
- 1925, foi feito um estudo sério pelo Engenheiro Saturnino Braga, através de sondagens, observações pluviométricas, avaliações e medições de vazões do rio Tietê.
- 1929, uma enchente de enormes proporções causou grandes prejuízos ao Alto Tietê, reativando a Comissão de Melhoramentos do Tietê. Entretanto, os trabalhos foram interrompidos pela crise de 1929, pela Revolução de 30, e pelo Movimento Constitucionalista de 32.
- nas décadas de 40/50/e 60, obras de retificação do rio Tietê foram executadas dentro do município de São Paulo, visando amenizar as enchentes.
- 1951, o DAEE, Departamento de Água e Energia Elétrica, foi criado, em 12 de dezembro, com o objetivo de estudar o aproveitamento integrado de Bacias Hidrográficas, apresentando um plano para o Alto Tietê, onde seriam criadas sete barragens nas cabeceiras do Tietê, tendo em vista solucionar os problemas relacionados com o fornecimento de água e controle de enchentes.
- 1964, o DAEE, junto a um consórcio de empresas, desenvolve estudos que resultam em um plano diretor denominado “Desenvolvimento Global dos Recursos Hídricos das Bacias do Alto Tietê e Cubatão”. Nesse mesmo ano, tem início a construção da barragem de Ponte Nova. As obras de retificação do rio Tietê, entre o rio Pinheiros e a barragem de Edgar de Souza, também começam nesse ano, estando já finalizadas em 1970.
- 1968, o “Plano Diretor para Aproveitamento Múltiplo dos Recursos Hídricos da Bacia do Alto Tietê”, denominado Plano Hibrace, começa a ser gradativamente implementado através

do DAEE. Esse Plano refere-se ao conjunto de obras do chamado sub-sistema Alto Tietê, constituído dos cinco reservatórios: Ponte Nova, Biritiba, Jundiaí, Taiapuê e Paraitinga.

- 1976, é inaugurada, em novembro, a barragem de Taiapuê.

- 1976, a Sabesp completa o “Plano para Suprimento de Água Potável para a Região Metropolitana de São Paulo”, incluindo aí o Sistema Produtor do Alto Tietê.

- 1977/ 1978, conclusão do Projeto Executivo do reservatório do Paraitinga.

- 1982/1983, o Plano SANESP propunha a construção de quatro barragens no Parque Ecológico do Tietê, localizadas na Penha, São Miguel, Itaquaquecetuba e Brás Cubas, tendo por finalidade principal conservar as várzeas nos trechos ainda não urbanizados, capazes, portanto, de absorver inundações. Desse plano, somente a barragem da Penha foi construída.

- 1985/1986, a Sabesp propõe estudos do Sistema Produtor do Alto Tietê com as seguintes propostas:

18m<sup>3</sup>/s para abastecimento de água

0,9 m<sup>3</sup>/s para abastecimento de indústrias

3,4m<sup>3</sup>/s para a diluição de esgotos

1,9m<sup>3</sup>/s para irrigação

- 1987, é finalizado o Plano Diretor de Abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo: a Sabesp utiliza os reservatórios de Taiapuê e Jundiaí para viabilizar a Estação de Tratamento de Águas localizada na margem esquerda do reservatório de Taiapuê.

- 1989, inaugurada a barragem de Jundiaí.

- 1991, a Sabesp conclui as obras da primeira etapa da Estação de Tratamento de Águas, já captando 5m<sup>3</sup>/s do reservatório de Taiapuêba.
- 1992, é inaugurada a interligação do Reservatório do Jundiá com o reservatório de Taiapuêba.
- 1999, início do funcionamento do Sistema Produtor Alto Tietê no mês de junho, contando com os reservatórios de Ponte Nova, Jundiá e Taiapuêba, com uma vazão média de 9,5m<sup>3</sup>/s.
- 2003/2004, início do desmatamento das áreas dos reservatórios de Biritiba e Paraitinga.
- 2005, início do processo de enchimento dos reservatórios de Biritiba e Paraitinga, com capacidade de reservação de 34,4 milhões de m<sup>3</sup> e 35,0 milhões de m<sup>3</sup>, respectivamente.



FIGURA 9: REGIÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SISTEMA PRODUTOR DO ALTO TIETÊ



O Sistema Produtor Alto Tietê ainda não está funcionando em sua plenitude, o reservatório de Taiacupeba continua deficitário, pois a empresa de celulose e papel Manikraft deve deixar definitivamente a área nos próximos meses, aí, então, a represa poderá ter aumentada sua capacidade de armazenamento. Explicando melhor, essa empresa estava localizada em parte da área de inundação da represa. Houve acordo entre a companhia e os órgãos públicos responsáveis pela construção dos reservatórios, e a desapropriação definitiva logo se completará. Com as modificações necessárias no reservatório, e o aumento da capacidade da Estação de Tratamento de Água da Sabesp, o Sistema poderá finalmente operar, gerando os 15m<sup>3</sup>/s de água tratada, inicialmente proposto.

Os principais objetivos do SPAT, desde a sua concepção, foram: abastecimento público, industrial, irrigação, diluição de efluentes das estações de tratamento de esgoto, alocação de recursos para controle de enchentes, recuperação de terras para uso urbano e agrícola, recreação e geração de energia elétrica. Verificamos que, no transcorrer do tempo, desde sua implantação, o Sistema priorizou o suprimento de água potável para a população da Região da Grande São Paulo conciliada, porém, às demais utilizações.

Nossa abordagem visa, principalmente, analisar as transformações ocorridas no ambiente e sua relação com o homem que ocupa esse lugar. Levando-se em conta que as cinco barragens do Sistema controlam uma área de 900km<sup>2</sup> dentro da sub-bacia do Alto Tietê, que é de 1300km<sup>2</sup>, da confluência do rio Taiacupeba, em Suzano, até a nascente do Tietê, em Salesópolis, pode-se perceber o impacto dessas modificações para a população local, impacto não necessariamente negativo.

A preocupação com o meio ambiente é uma prioridade constante, o controle das vazões, por meio das barragens, permite a recuperação de extensas áreas de várzeas, ocasionando melhor aproveitamento agrícola e desenvolvimento urbano. As áreas agrícolas têm recebido

uma atenção especial, pois o conhecido Cinturão Verde<sup>49</sup> da Região Metropolitana de São Paulo deve ser preservado. A recreação e o lazer para as populações dos municípios próximos aos Reservatórios foram assegurados com a formação das represas.

Existe um Programa de Reflorestamento das margens dos reservatórios e das áreas degradadas durante a execução das obras a fim de protegê-las contra a erosão, criando, assim, mata ciliar<sup>50</sup> na faixa desapropriada, preservando o manancial, fornecendo ambiente à fauna, e servindo à coletividade com atividades ou programas de educação ambiental. Esse Projeto de Revegetação está sendo feito com árvores e plantas regionais naturais, objetivando beneficiar a Área de Proteção Ambiental da Várzea do rio Tietê.

O Programa de Resgate e Manejo da Fauna Silvestre no Desmatamento e Enchimento dos Reservatórios procurou identificar, resgatar e relocar as espécies da fauna local em áreas próximas aos reservatórios.

Uma equipe de Arqueologia coordenada pela Arqueóloga Dra Margarida Davina Andreatta verificou a possível existência de sítios arqueológicos significativos nas áreas de risco de impacto direto e indireto do empreendimento, colhendo material para análise.

A implantação total do Sistema não deve afetar o clima da região, já que apenas em torno dos reservatórios poderá ser observado o aumento da umidade do ar e dos ventos. Assim, o clima não deverá sofrer alterações significativas, apesar da tendência natural de leve aquecimento em consequência do aumento da urbanização e diminuição das áreas verdes.

Os caminhos e as estradas vicinais foram, na medida do possível, transferidos, causando o menor dano possível à população local. Essa extensa malha de fluxos que circunda a Região

---

<sup>49</sup> Cinturão verde caracteriza-se por ser uma área de proteção de remanescentes da Mata Atlântica que circunda a região metropolitana. Na região de Mogi esta área refere-se também às propriedades rurais produtoras de hortifrutigranjeiros.

<sup>50</sup> Mata ciliar é o nome dado à vegetação presente nas margens dos rios e mananciais. O termo refere-se ao fato de que ela pode ser tomada como uma espécie de cílio que protege os cursos d'água.

Metropolitana de São Paulo, responsável pelo abastecimento de hortifrutigranjeiros, foi totalmente relocada, procurando não interromper a dinâmica da circulação na área.

Com esta explanação, podemos perceber que existiu uma grande preocupação com a preservação ambiental e as atividades do cotidiano da população local. Mas não podemos dizer que essa preocupação tenha existido desde a concepção primeira do Projeto. Foi uma conquista da sociedade civil, e as reivindicações se tornaram responsabilidade dos órgãos públicos.

Seria hipocrisia nossa nos omitirmos quanto à necessidade de abastecimento de água de boa qualidade para população da Grande São Paulo, mas que toda a interferência do homem no meio ambiente seja feita procurando causar o menor dano possível à região explorada.

Conhecemos as conseqüências da interferência desordenada na natureza. Hoje, o aquecimento global é um fato indiscutível. Sabemos que a construção de reservatórios colabora para esse aquecimento, pois faz com que o nível do mar diminua na medida em que a água que é retida para uso não volta para os oceanos. Temos consciência que nas sociedades humanas a água potável é vital, portanto, o bom senso manda que tenhamos cautela ao intervir nas coisas da natureza, pois o prejuízo é de todos, principalmente, das gerações futuras.

Estudando a implantação do Complexo dos Reservatórios, percebemos que o nome das represas está diretamente ligado ao nome do rio que foi represado. Segundo Dick<sup>51</sup>, esse processo é chamado de *translação toponímica*, “sempre que ocorrer o deslocamento do designativo de um acidente para outro” como já vimos em capítulo anterior. Os nomes de rio, de montanha ou de serra são normalmente os mais primitivos, e são esses denominativos que regularmente emprestam seus nomes aos acidentes mais recentes, neste caso, o nome dos reservatórios.

---

<sup>51</sup>DICK, Maria Vicentina de P. A. Caminho das Águas Povos dos Rios uma Visão Etnolingüística da Toponímia Brasileira, in Cadernos do CNLF, V.6, 2002, p. 69.

Falamos anteriormente sobre o envolvimento do Projeto dos Reservatórios em preservar o meio ambiente, também poderíamos dizer que essa preocupação esteja refletida nos denominativos das represas ao manterem o mesmo nome dos rios. Esses nomes, de origem tupi, são remanescentes das primeiras populações que ocuparam a região, são denominativos pré-coloniais. Repetindo o que já dissemos, são verdadeiros fósseis lingüísticos.

Para agradar políticos locais, ou mesmo gente “importante” da região, do estado ou até mesmo ‘autoridades’ ligada ao governo central, poderiam esses reservatórios ser denominados com nomes de pessoas (antropônimos) que não tivessem afinidade alguma com aquela área, ou tivessem uma ligação tão efêmera que, depois de algum tempo, ninguém mais saberia dizer a relação daquele antropônimo com o lugar. A decisão em manter o designativo dos rios no nome das represas foi bastante interessante, pois as futuras gerações vão estar em contato com resquícios de uma língua representativa de uma etnia, com a qual dificilmente terão algum contato.

Preserva-se a história mantendo os topônimos de origem tupi. Como é feito em arqueologia, nenhum sítio deve ser explorado à exaustão para que as futuras gerações de pesquisadores possam ter acesso àquela área com vestígios de antigas culturas. Assim também, esses topônimos servem de base de estudo para futuras gerações, a chance de eles desaparecerem se tornou muito remota.

## 7.2 GLOSSÁRIO DOS TERMOS DOS ACIDENTES CONSTRUÍDOS

### 7.2.1 JUSTIFICATIVA E ORIENTAÇÕES SOBRE O GLOSSÁRIO

Primeiramente, gostaríamos de esclarecer o motivo de um glossário com termos da engenharia em um trabalho cujo objetivo central é o estudo dos nomes de lugares, os topônimos.

Em toponímia, o mapa é o instrumento fundamental para a análise do corpus. A carta geográfica seria o gênero discursivo da pesquisa toponímica. A leitura correta de um mapa nos fornece dados fundamentais do ethos toponímico. Nosso corpus de análise está vinculado a duas cartas geográficas elaboradas pelo DAEE. Esses mapas nos fornecem uma visão do uso real dos topônimos em uma composição espacial.

Inseridos em nosso corpus, como parte integrante do espaço contextual dos topônimos, destacamos alguns termos que pertencem ao universo de conhecimento da engenharia. Procuramos analisar esses termos técnicos levando sempre em conta que trabalhamos com um enunciado toponímico, base de nossa pesquisa.

O Sistema Produtor Alto Tietê configura-se principalmente como obra de engenharia, a interferência do homem no espaço de convivência das comunidades locais, construindo acidentes antrópicos, foi um dos aspectos determinantes do percurso de nossa pesquisa. A terminologia inserida em nosso corpus de análise, portanto, é também parte integrante deste estudo.

Elaboramos um glossário dos termos mais significativos relativos à área temática da construção dos reservatórios. Nossa base de dados são as cartas geográficas fornecidas pelo DAEE, fonte de nossa pesquisa. Ao definirmos os termos, procuramos dar prioridade aos

conceitos referentes à nossa área de trabalho. Poderíamos dizer que o campo temático de nosso estudo está inserido no “*sistema de construção de reservatórios para abastecimento*”.

Fundamentamos a conceituação das definições no conhecimento de especialistas da área e em bibliografia especializada.

Esclarecemos que a constituição deste glossário tem por finalidade fornecer dados sobre o funcionamento do SPAT (Sistema Produtor do Alto Tietê). Não é nosso propósito, neste primeiro momento, elaborar um glossário para uso de especialistas da área. Nossa base de dados e a conceituação desta nomenclatura estão restritas ao tema de nossa pesquisa, que é o estudo toponímico do Sistema Produtor do Alto Tietê, como explica Barbosa<sup>52</sup>:

“[...] o glossário pretende ser representativo da situação lexical de um único texto manifestado (no limite, de um macrotexto) em sua especificidade léxico-semântica e semântico-sintática, numa situação de enunciação e de enunciado, numa situação de discurso exclusivas e bem determinadas.”

Optamos por organizar os verbetes por ordem alfabética, entendemos ser essa a forma mais comum e, portanto, mais fácil de ser compreendida. As formas sintagmáticas seguirão o mesmo padrão, priorizando sempre o primeiro termo do sintagma.

Seguimos a seguinte microestrutura sugerida por Faulstich (1990), adaptada às nossas necessidades: termo entrada, categoria gramatical, gênero, definição.

Reafirmamos que alguns termos constantes deste glossário podem estar em processo de toponimização, ou mesmo, podem até ser considerados topônimos para as comunidades locais, pois muitos deles são indicativos de lugar.

---

<sup>52</sup> BARBOSA, Maria Aparecida. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. In: A Constituição da Normalização Terminológica no Brasil, Ieda Maria Alves (Organizadora), São Paulo, Humanitas, 2001, p. 36.

**Lista de abreviaturas:**

adj.	–	adjetivo
f.	–	feminino
m.	–	masculino
nom.	–	nominal
pl.	–	plural
s.	–	substantivo
sin.	–	sintagma
sing.	–	singular
v.	–	verbo
vb.	–	verbal

## 7.2.2 GLOSSÁRIO DOS TERMOS DA ENGENHARIA

- **adução** s. f.

Transporte de água da captação para as estações de tratamento por meio de grandes tubulações.

- **adutora** s. f.

Grandes tubulações para transporte de água para a estação de tratamento.

- **bacia hidrográfica** sin. nom. f.

Área com um único exutório (ponto onde se dá o escoamento) comum para o escoamento de suas áreas superficiais.

- **barragem** s. f.

Barreira dotada de uma série de comportas ou outros mecanismos de controle, construída transversalmente a um rio para controlar o nível das águas de montante e regular o escoamento.

- **cabeceiras** s.f.

Parte superior de um rio, próximo à sua nascente.

- **canal** s. m.

Conduto aberto artificial.

- **canal de adução** sin. nom. m.

Canal que conduz a água na direção da turbina ou bomba.

- **canal de interligação** sin. nom. m.

Canal construído para permitir a transferência d'água.

- **captação** s. f.

É a retirada da água de um manancial que pode ser superficial (bacias hidrográficas) ou subterrâneo (aquífero).

- **casa de bombas** sin. nom. f.

Instalação onde são abrigados conjuntos motos-bombas para bombeamento d'água.

- **controle de vazão** sin. nom. m.

Instalação destinada a gerenciar o controle hidráulico.



- **degraus de dissipação** sin. nom. m.

Emulsionamento de ar e dissipação de energia de escoamento em descarregadores em degraus.

- **diluição de efluentes** sin. nom. f.

A razão entre a vazão do rio (corpo receptor) e a vazão da água residuária, ou do efluente da estação de tratamento nele despejado.

- **dique** s. m.

1. Barreira construída transversalmente a um vale para represar a água ou criar um reservatório. 2. Obra de terra para conter as águas de um rio num determinado trecho ou para evitar as inundações decorrentes de ondas de cheia ou mar.

- **estação de recalque** sin. nom. f.

Se constitui de uma construção onde estão colocadas as bombas para recalcar o líquido.

- **estação de tratamento de água** sin. nom. f.

É o conjunto de instalações e equipamentos capazes de operar a classificação e a desinfecção da água bruta.

- **efluentes** s. m.

1. Líquido que escoar para fora de um recipiente ou de outro sistema. 2. Águas servidas que saem de um depósito ou de uma estação de tratamento. 3. Derivação de uma corrente principal ou lago.

- **escoamento** s. m.

Parte da precipitação que escoar para um curso d'água pela superfície do solo (escoamento superficial) ou pelo interior do mesmo (escoamento subterrâneo).

- **jusante** s. f.

É o ponto referencial no sentido da corrente do curso de água, rio abaixo.

- **margem** s. f.

Terreno que se eleva beirando um rio ou mar.

- **margem esquerda** sin. nom. f.

Lado esquerdo de um curso d'água quando se olha na direção da jusante.

- **montante** s. f.

É o ponto referencial em direção oposta à corrente do curso de água, rio acima.

- **nascente** s. f.

Área onde se distribuem os olhos d'água que dão origem a um rio ou outro curso fluvial, o mesmo que manancial.

- **recalcada** adj.

Água submetida à pressão superior à atmosfera de um ponto a outro, esse geralmente mais elevado por meio de uma ou mais estações elevatórias.

- **regular vazão**: sin. vb. (regulador de vazão)

Estruturas para controle de vazão associada a um vertedor e um regulador de vazão.

- **represa** s. f.

Obra de engenharia destinada à acumulação de água para diversos fins, o que é obtido pelo represamento de rios, originando daí grandes lagos artificiais. O mesmo que reservatório.

- **reservatório** s. m.

1. Lago natural ou artificial para a acumulação, regularização e controle de água. 2. Massa de água formada por retenção; por exemplo, a montante de uma barragem. O mesmo que represa.

- **sub – bacia** s. f.

Parte de uma bacia hidrográfica de um rio maior, correspondente a um de seus afluentes ou tributários.

- **tomada de água** sin. nom. f.

Estrutura ou local cuja finalidade é controlar, regular, derivar e receber água diretamente da fonte por uma entrada d'água construída à montante.

- **túnel** s. m.

Em arquitetura e engenharia, uma passagem totalmente coberta.

- **usina hidrelétrica** sin. nom. f.

Conjunto de obras e de equipamentos que tem por finalidade produzir energia elétrica através do aproveitamento do potencial hidráulico existente em um rio.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos este trabalho, confirmamos a importância dos estudos toponomásticos para a identificação e significação dos acidentes geográficos. Os resultados alcançados constataam que a busca pelo padrão da motivação toponímica permite uma visão panorâmica da diversidade etnolingüística presente na área pesquisada.

Os topônimos, enquanto signos lingüísticos, são também portadores de funções próprias à sua natureza designativa; como nome próprio, destacamos o aspecto dêitico do signo toponímico, levando-o a ligar-se diretamente ao objeto denominado, fato que o distinguiria dos demais signos da língua. Em nossa explanação, sugerimos que a linha antes pontilhada, que liga o nome ao referente no triângulo de Ogden e Richard, pode ser lida como uma linha contínua quando se trata de denominadores de lugar. Esse pressuposto reafirma a importância do referente na composição do signo toponímico, portanto, a função semiótica no topônimo se estabeleceria entre a forma da expressão, a forma do conteúdo e o referente. Para Hjelmslev, o sentido seria ordenado, articulado, formado de modo diferente segundo as diferentes línguas; o designativo de lugar não comportaria este sentido comum.

A partir dessas proposições, sugerimos três características que determinam se os termos do universo cognoscível da engenharia, inseridos em nosso corpus, podem ser considerados topônimos: o termo deve ser monossemêmico; ligar-se diretamente ao seu referente, e deve estar associado a um grupo inteiro de falantes. Em nossos estudos, o termo *represa* foi considerado topônimo para a comunidade de Mogi.

Além da iconicidade implícita no signo toponímico, quando descreve os acidentes geográficos (Dick, 1990), verificamos que, como indicador de lugar, o topônimo pode também ser considerado um índice. Para Pierce, o índice ou indicador não tem semelhança significativa com seus objetos, refere-se a individuais, a unidades singulares, às coleções

singulares; e dirige a atenção para seus objetos por compulsão cega, concluímos que os hierotopônimos, ou mesmo, os antropotopônimos, podem ser considerados índices, já que não implicam descrição do local denominado, apenas o *indicam*.

A análise e definição do padrão da motivação toponímica na região do Alto Tietê configuraram o objetivo central deste trabalho, baseados na metodologia do Projeto ATESP, desenvolvido por Dick. Os dados alcançados nos permitem confirmar a concentração de topônimos de origem tupi nas zonas de colonização mais antigas. A ocupação da região de Mogi das Cruzes data do final do século XVI; deparamo-nos com topônimos indígenas, principalmente nomes de rios, que possivelmente os primeiros colonizadores já teriam encontrado aqui, pois, como afirma Dick, o europeu aprendeu o tupi, mas não fez dele o veículo natural para nomear os elementos urbanos que ia formando. Esses topônimos, portanto, configuram verdadeiros “fósseis lingüísticos”, permitindo o descortino de aspectos valiosos da cultura de antigas populações.

De acordo com proposição de Dick (1997), a chegada do homem europeu ao novo mundo fez com que o ambiente desconhecido fosse composto com seus próprios referentes, pouco existia de semelhança nesta terra com os “lugares” de Portugal, então, a posse da terra foi intermediada pela espiritualidade da linguagem religiosa. Numa abordagem diacrônica, encontramos nos nomes de acidentes humanos, as cidades, os distritos e os bairros, exemplos de como o perfil do novo mundo foi construído antropológica e lingüisticamente à maneira da visão de mundo dos lusitanos: vila de Sant’Ana de Mogi Mirim, como primeiro nome da cidade de Mogi das Cruzes; vila de São Benedito, para a atual cidade de Biritiba Mirim; Santo Ângelo, para o distrito de Jundiapéba. Verificamos que num segundo momento, quando a língua indígena passou a ser conhecida e utilizada em todo o território, prevaleceu, nessa região, os denominativos autóctones do antigo tupi. Os rios, como os acidentes físicos mais antigos, foram a fonte destes designativos num processo chamado por Dick de translação

toponímica, quando o nome mais antigo, geralmente de um rio, uma serra ou um morro, passa para um acidente humano mais recente. A permanência desses denominativos de origem tupi também em acidentes humanos configura uma riqueza inestimável, destacando aspectos importantes da formação étnica e cultural da comunidade.

Ao construirmos o perfil denominativo da região, privilegiamos duas modalidades para a averiguação dos fenômenos de motivação toponímica sugeridos por Dick; a intencionalidade do denominador e o próprio designativo considerado em seus aspectos semânticos. Quanto ao primeiro item, nos foi possível verificar, graças à atualidade dos fatos, que o nome dado aos reservatórios privilegiou os denominativos dos hidrônimos mais antigos de origem tupi. Acreditamos que, conscientemente, tenha havido intencionalidade (do denominador) em manter esse padrão denominativo, favorecendo, assim, a manutenção no tempo e no espaço de um precioso dado cultural do povo.

Do ponto de vista semântico, confrontamos duas modalidades de aferição da motivação toponímica: a análise dos aspectos descritivos implícitos nos denominativos, de acordo com a sistematização desenvolvida por Stewart (Dick, 1990), e as taxionomias, motivos que comandam a organização da nomenclatura geográfica, constituídas por Dick. Os dados levantados, ou melhor, a intersecção desses dados, demonstrou que, para a sistematização do Projeto ATESP, as taxionomias toponímicas universalizam os campos semânticos sendo, portanto, mais adequadas ao Projeto. Verificamos também que as duas modalidades se completam, pois a predominância de zôos e fitotopônimos coincidem com o maior número de denominativos descritivos associativos. Por meio desta aferição, concluímos que o padrão da doação de nomes constantes nos nomes de rios de origem tupi se manteve nos nomes de rios de origem portuguesa, nesses hidrotopônimos, a iconicidade apresentada nos nomes geográficos tupis praticamente não foi alterada.

A variedade lingüística presente na nomenclatura da região de Mogi das Cruzes reflete a antiguidade da formação étnica daquela região. Como vimos, trabalhamos com topônimos que acreditamos pertencerem às populações primitivas, anteriores à chegada do europeu ao continente americano. Esses denominativos geográficos, considerados verdadeiros artefatos arqueológicos, devem ser preservados para que as futuras gerações possam confrontar valores culturais que indiquem o *modus vivendi* destas antigas populações indígenas.

Finalizando esta pesquisa, podemos afirmar que, no plano étnico-cultural, tivemos a possibilidade de vislumbrar, por meio do estudo dos designativos de lugar, a formação de uma etnia nova que foi se unificando na língua e nos costumes; é o brasileiro que surgia desta mistura de índios, negros e europeus. Portanto, a compreensão da constituição do que viria a ser o nosso país, desde os primórdios de sua ocupação, justificou a delimitação de nossa área de pesquisa.

Tentando entender o homem que ocupa e modifica o espaço, tendo como instrumento os signos toponímicos, obtivemos resultados além dos que eram esperados; a complexidade inserida nos estudos dos designativos geográficos sugere a interdisciplinaridade como um valor inestimável nesta área de conhecimento.

## 9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz Nacib. Natureza primária de São Paulo de Piratininga. **Scientific American, Brasil**. São Paulo: ed. 25, junho de 2004. Disponível em: [http://www2.uol.com.br/sciam/artigos/natureza\\_primaria\\_de\\_sao\\_paulo\\_de\\_piratininga.html](http://www2.uol.com.br/sciam/artigos/natureza_primaria_de_sao_paulo_de_piratininga.html)

ALVES, Ieda Maria (Org.) **A Construção da Normalização Terminológica no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2001.

AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e Cidades do Brasil Colonial – Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva**, Boletim da FFCL da USP, nº208, S.Paulo: 1956.

BARBOSA, Maria Aparecida. **Lexicologia, Lexicografia, terminologia, terminografia: identidade científica, objetos, métodos, campo de atuação**. In. II Simpósio Latino Americano de Terminologia. I Encontro Brasileiro de Terminologia. I Encontro Brasileiro de Terminologia Científica, Anais. Brasília: União Latina; CNPq; IBICT, 1992.

\_\_\_\_\_. **Terminologizaçã, vocabularização, científicidade, banalização: relações**. In: Acta Semiótca ET Lingüística, V. 7. São Paulo: Plêiade, 1990.

\_\_\_\_\_. **Campo Conceitual e campo lexical dos termos globalização e relações Mundialização: relações**. In. Revista Brasileira de Lingüística, V.19, n. 1. São Paulo: Plêiade, 1999.

BARROS, Lídia Almeida. **Les Noms Propres Doivent-Ils Faire L'objet D'Etude de La Terminologie?** In. Revista Brasileira de Lingüística. v. 11, n.1. São Paulo: 2001 p. 61-71.

BATALHA, Jair Rocha. **Calhaus e Burgaus**. São Paulo: Prefeitura de Mogi das Cruzes, 2002.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas, Pontes, 2006.

BLOOMFIELD, Leonard. **Language**. London: George Allen & Unwin LTD, 1967.

BOAS, Franz. **Race, Language and Culture**. New York: The Macmillan Company, 1940.

BOIGY. **Cadernos da Divisão do Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal**. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes. Mogi das Cruzes: 1988, set./out. Ano 1, n. 1.

BOIGY. **Cadernos da Divisão do Arquivo Histórico e Pedagógico Municipal**. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes. Mogi das Cruzes: 1988, nov./dez. Ano 1, n. 2.

CABRÉ, Maria Tereza. **La Terminologia Hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones**. *Ciência da Infomação*. V. 24, n. 3, 1995.

CAMPOS, Jurandyr Ferraz de. **Santa Anna das Cruzes de Mogy; huma Villa de serra aSima**. São Paulo, Global Editora e Universidade de Mogi das Cruzes. Mogi das Cruzes: 1978.

CARVALHO, Benjamin de. **Glossário de Saneamento e Ecologia**. Rio de Janeiro: ABES, 1981.

CASSIRER, Ernst. **Linguagem e Mito**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CHARBONNIER, Georges. **Arte, Linguagem, Etnologia. Entrevista com Claude Lévi-Strauss**. Campinas: Papyrus, 1989.

COSERIU, Eugenio. **Princípios de Semântica Estrutural**. Madrid: Gredos, 1977.

\_\_\_\_\_. **Sincronia, diacronia, e história: o problema da mudança lingüística**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

\_\_\_\_\_. **Lições de Lingüística Geral**. Tradução do Prof. Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

CRESSOT, Marcel. **O Estilo e as suas Técnicas**. Lisboa: Coleção Signos, 1980.

GASPAR, Frei da Madre de Deus. **Notas Avulsas sobre a História de São Paulo**- publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo:V.I, 1899-1900, p. 190.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.



\_\_\_\_\_. **Atlas Toponímico: Um Estudo de Caso.** In. Acta Semiotica Et Lingvistica. V.6. São Paulo: Ed. Plêiade. 1996. p. 27-44

\_\_\_\_\_. **Toponímia e Antroponímia no Brasil.** Coletânea de Estudos. 2 ed. São Paulo: 1990.

\_\_\_\_\_. **Rede de Conhecimento e Campo Lexical: Hidrônimos e Hidotopônimos na Onomástica Brasileira.** In. Aparecida Negri Isquerdo; Maria da Graça Krieger (org.) As Ciências do Léxico. Campo Grande, MS: Editora UFMS, v. II, 2004. p. 121-130.

\_\_\_\_\_. **O Português do Brasil no Período Colonial.** In. V Congresso Nacional de Lingüística e Filologia. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. Cadernos do CNLF, vol. V, n. 06. Rio de Janeiro: 2002. p. 133-146.

\_\_\_\_\_. **Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de Caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo.** In. Investigações Lingüísticas e Teoria Literária, Recife: v.9, 1999. p. 119 – 148.

\_\_\_\_\_. **Caminho das águas, povos dos rios: Uma visão etnolingüística da toponímia brasileira.** In. Investigações Lingüísticas e Teoria Literária, v. 13-14, Recife: 2001b. p. 153-172.

\_\_\_\_\_. **O Sistema Onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência.** In. Oliveira, Ana M. Pinto Pires e Isquerdo, Aparecida Negri. In: As Ciências do Léxico. 2 ed.. Campo Grande: Ed. UFMS. 2001, p. 79-90.

\_\_\_\_\_. **Interrelação Léxico e Cultura na América Indígena. Estudo de Caso.** In: Acta Semiótica ET Lingvistica. V.8. São Paulo: Plêiade. 2000.

\_\_\_\_\_. **A Significação Hiponímica e Hiperonímica nas práticas Onomásticas.** In: Anais do I Encontro Nacional de GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL. Recife: 1998.

\_\_\_\_\_. **A investigação lingüística na onomástica brasileira.** In: Estudos de gramática portuguesa (III), V.14. Frankfurt: Eberhard Gärtner/Christine Hundt/Axel Schönberger (eds.) TFM.2000. p. 217-239.

\_\_\_\_\_. **Aspectos de Etnolingüística. A toponímia Carioca e Paulistana. Contrastes e Confrontos.** In. Cadernos do CNLF, Série IV, n.10- Semântica e Lexicologia. Rio de Janeiro: 2001. p. 172-190.

\_\_\_\_\_. **A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo 1554-1897**. São Paulo: Annablume, 1997.

FAULSTICH, Enilde. **Metodologia para projeto terminográfico**. In. Simpósios de RITerm – Actas 1988-2002. ed. Union Latina, 1990. Disponível em: <http://www.riterm.net/actes/3simposio/faulstic.htm>

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo**. São Paulo: 1940. p. 30.

FREIRE, Mello. **Histórias da História de Mogi das Cruzes**. São Paulo, Prefeitura de Mogi das Cruzes. Mogi das Cruzes: 2002.

GASPAR da Madre de Deus, Frei. **Notas Avulsas sobre a História de São Paulo**- publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: V.I, 1899-1900, p.190.

GENOUVRIER, Emile; PEYTARD, Jean. **Linguística e Ensino do Português**. Coimbra: Livraria Almedinha, 1974.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

GRIMBERG, Isaac. **História de Mogi das Cruzes**. São Paulo: 1961.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1995.

JAKOBSON, Roman; MARTINET, André. **Linguística e Significação**, Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATO, Maria José B. **Introdução à Terminologia**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

LEMOS BARBOSA, Padre Antonio. **O vocabulário na língua brasílica**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 21.

LIMA, Luiz Costa. **O Estruturalismo de Lévi-Strauss**. Petrópolis: Editora Vozes, 1970.

LOPES, Edward. **Fundamentos de Lingüística Contemporânea**: São Paulo, Cultrix, 1995.

LYONS, John. **Semantics 1**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação**. Curitiba: Criar Edições, 2006.

\_\_\_\_\_. **Termos-Chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos, Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos**. Tomo I Biblioteca Histórica Paulista. São Paulo: 1953.

\_\_\_\_\_. **Apontamentos, Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos**. Tomo II. Biblioteca Histórica Paulista. São Paulo: 1953.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Comissão Brasileira para o Decênio Hidrológico Internacional, e Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, **Glossário de termos hidrológicos**. Brasília: 1976.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.

PAIS, Cidmar Teodoro. **Conceptualização, denominação, designação: relações**. In: Revista Brasileira de Lingüística. V.9, n.1. São Paulo: 1997.p. 221- 239.

\_\_\_\_\_. **Campos Conceptuais, Campos Lexicais, Campos Semânticos, da Cognição à Semiose**. In: Cadernos do CNLF, Ano VI, Nº 07. Rio de Janeiro: 2002. p.72-85.

PIERCE, Charles Sanders. **Semiótica e Filosofia**. São Paulo: Cultrix: 1975. Contexto, 2004.

POTTIER, Bernard. **Lingüística Geral: teoria e descrição**. Tradução e adaptação portuguesa de Waldomiro Macedo. Rio de Janeiro: Presença, Universidade Santa Úrsula, 1978.

SAMPAIO, Teodoro. **O Tupi na Geografia Nacional**. 5. ed. São Paulo: 1987.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SAPIR, Edward. **A Linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2004.

TAUNAY, Affonso de E. **Estudos de História Paulista**. São Paulo: Diário Oficial, 1927.

ULLMANN, Stephen. Semântica. **Uma Introdução à Ciência do Significado**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.

#### **Sites consultados:**

[www.salesopolis.sp.gov.br](http://www.salesopolis.sp.gov.br)

[www.biritibamirim.sp.gov.br](http://www.biritibamirim.sp.gov.br)

[www.suzano.sp.gov.br](http://www.suzano.sp.gov.br)

[www.camarasuzano.sp.gov.br](http://www.camarasuzano.sp.gov.br)

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>

[www.pmmc.com.br](http://www.pmmc.com.br)

## 10 ANEXOS

Foto I – Rio Paraitinga em Salesópolis.



Foto II – Canal de interligação entre o reservatório de Jundiaí e o reservatório de Taiacupeba.



Foto III – Rio Tietê em Suzano.



Foto IV – Entrada de Salesópolis com imagem de São José.



Foto V – Rio Biritiba Mirim entre Mogi e Biritiba Mirim.



Foto VI – Barragem de Ponte Nova.





# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)



[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)